



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

BRUNO SILVA DOS SANTOS

Movimentos Sociais e Rádio Comunitária: estudo sobre
a Práxis e o Projeto do Movimento de Radiodifusão
Comunitária em Alagoas entre 1999 e 2006

Maceió, 2006

BRUNO SILVA DOS SANTOS

Movimentos Sociais e Rádio Comunitária: estudo sobre
a Práxis e o Projeto do Movimento de Radiodifusão
Comunitária em Alagoas entre 1999 e 2006

Orientador: Prof. Dr. José Nascimento de França

Dissertação apresentada como requisito complementar para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social, área de concentração em Questão Social, Direitos Sociais e Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas

Maceió, 2006

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

S237m

Santos, Bruno Silva dos.

Movimentos sociais e rádio comunitária : estudo sobre a práxis e o projeto do movimento de radiodifusão comunitária em Alagoas entre 1999-2006 / Bruno Silva dos Santos. – Maceió, 2006.
170f.

Orientador: José Nascimento de França.

Dissertação (mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Maceió, 2006

Bibliografia: f. 151-160.

Apêndices: f. 161-163.

Anexos: f. 164-170.

1. Movimentos sociais. 2. Radiodifusão – Alagoas – 1999-2006. 3. Rádio comunitária. 4. Comunicação de massa – Aspectos sociais. I. Título.

CDU: 654.195(813.5)


UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Movimentos Sociais e Rádio Comunitária: estudo sobre a Práxis e o Projeto do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas entre 1999 e 2006

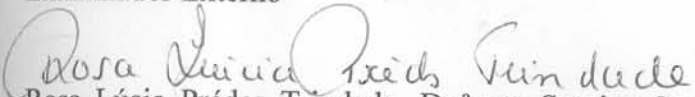
BRUNO SILVA DOS SANTOS

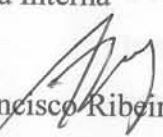
Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas e aprovada em 27 de novembro de 2006.

Banca Examinadora:


José Nascimento de França, Dr. em Lingüística, Universidade Federal de Alagoas -
Orientador

José Edgard Rebouças, Dr. em Comunicação Social, Universidade Federal de Pernambuco -
Examinador Externo


Rosa Lúcia Prêdes Trindade, Dr.^a em Serviço Social, Universidade Federal de Alagoas -
Examinadora Interna


Antonio Francisco Ribeiro de Freitas, Dr. em Lingüística, Universidade Federal de Alagoas -
Examinador Suplente

Dedico a minha família: aos meus pais, Benilde e Valdemir, a meu irmão, Júnior, a Vanessa, a Tia Zezé, ao Carlos, todos presentes no meu cotidiano, estimulando-me cada um a seu jeito. Faço uma dedicatória especial a meu avô, Valdemar dos Santos, que sempre me incentivou a superar os desafios construídos pelos homens.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof.º Dr. José Nascimento de França, um pesquisador inventivo acerca dos movimentos sociais na ainda superficial democracia brasileira, pelo trabalho como orientador.

Aos demais professores, mestrandos, funcionários e bolsistas do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, aos quais me dirijo à prof.ª Dr.ª Virginia Borges, Coordenadora do Mestrado, e à prof.ª Dr.ª Rosa Prêdes, Vice-Coordenadora.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) pela bolsa de Mestrado concedida entre os anos de 2005 a 2006, que proporcionou minha dedicação exclusiva ao curso, e que a mesma bolsa continue a auxiliar outros pesquisadores no desvendamento do mundo e na superação da realidade alagoana que está posta.

“A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante. [...] na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos dominem em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensantes, como produtores de idéias, que regulamentem a produção e a distribuição dos pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes da sua época”.

(Karl MARX e Friedrich ENGELS)

RESUMO

A presente dissertação realizou um estudo acerca do Projeto e da Práxis do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas. A investigação deu conta de que as ações coletivas das Rádios Comunitárias no estado representam expressões dos Movimentos Sociais brasileiros. Mais ainda, entende-se que as dificuldades experimentadas inicialmente pelas Rádios Livres e, logo em seguida, pelas Rádios Comunitárias quanto a seu reconhecimento pelo Estado estavam relacionadas à luta de classes no capitalismo brasileiro. O objetivo desta pesquisa foi investigar essas ações coletivas, com vistas a desvendar a atuação do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária (MBRC) em Alagoas, desde seu surgimento até os dias atuais. Analisar a relação entre o Estado brasileiro, os Movimentos Sociais e as Políticas Públicas e estudar se haveria no movimento local um projeto que orientasse sua práxis eram objetivos específicos que corroboram essa finalidade. Para tanto, utilizou-se do Método Dialético para compreender o movimento sócio-histórico em sua totalidade. Quanto aos instrumentos, fez-se uso da pesquisa bibliográfica, da pesquisa documental e da pesquisa de campo, com a técnica da entrevista semi-estruturada. Dessa forma, conseguiu-se refazer na teoria a construção do MBRC em Alagoas e identificar os componentes dos movimentos sociais: a Democratização da Comunicação como projeto e a proliferação das experiências de RadCom como práxis. No entanto, é válido apontarmos os limites objetivos da sociedade capitalista ao projeto e a práxis do movimento estudado, no sentido de contribuir com a efetivação do direito à comunicação, enquanto um direito social e humano, na realidade nacional, e especialmente, em âmbito local.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Rádio Comunitária, Democratização da Comunicação.

ABSTRACT

This dissertation presents a study concerning both the project and the praxis of Communitarian Broadcasting Movements in Alagoas. The analysis has shown that group actions evolving communitarian radios, in the up mentioned state, represent a clear expression of the Brazilian social movements. Moreover, the initial difficulties faced by free radios, later, communitarian radios relate to class struggle in the Brazilian capitalist system. The aim of this research is to investigate those mentioned group actions, in order to unveil the actions of the Brazilian Movement of Communitarian Broadcasting (BMCB) in Alagoas, from its upsurge to the current days. It has also the aim of analyzing the relations between the Brazilian State, the social movements and the public politics, questioning the possibility of finding in the local movement a project whose praxis were a means to that end. Therefore, the dialectic method has been used so that one can understand the social-historical movement in its totality. We have made a bibliographical research, from both documental research and field research with the technique of half-structuralized interview. That way, it became possible to theorize the foundations of BMB in Alagoas and identify the following components of social movements: the democratization of communication as a project and the spreading of communitarian broadcasting experiences as a possible praxis. However, it is of relevance to point to the barriers and objections imposed by the capitalist system to the studied movements. We intend to contribute with the effectiveness of the right for communication, as both a social and human right in the national scenario and, especially, in the local scope.

Keys-word: Social Movements, Communitarian Radios, Democratization of Communication.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e alguns bens duráveis existentes no domicílio / PNAD – 2001 Alagoas.

Quadro 02: Variação anual no número de aparelho de rádio e televisão nos domicílios pesquisados pela PNAD 2001, 2002, 2003 e 2004.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABERT: Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão;
- ABRA: Associação Brasileira de Radiodifusores;
- ABRAÇO – NACIONAL: Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária;
- ABRP: Associação Brasileira de Relações Públicas;
- ALERT: Associação Alagoana das Emissoras de Rádio, Televisão e Jornais Diários;
- AM: Ondas Medias;
- AMARC: Associação Mundial de Rádios comunitárias;
- ANATEL: Agência Nacional de Telecomunicações;
- ANCINE: Agência Nacional de Cinema;
- ARCAL: Associação das Rádios Comunitárias de Alagoas;
- CBT: Código Brasileiro de Telecomunicações;
- CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica;
- ConRadCom: Congresso Alagoana de Radiodifusão Comunitária;
- CONTEL: Conselho Nacional de Telecomunicações;
- CSN: Companhia Siderúrgica Nacional;
- CUT: Central Única dos Trabalhadores;
- DENTEL: Departamento Nacional de Telecomunicações;
- ENDH: Encontro Nacional de Direitos Humanos;
- EPCOM: Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação;
- FAMOAL: Federação das Associações de Moradores de Alagoas;
- FEBRABAN: Federação Brasileira dos Bancos;

FEJAL: Fundação Jaime de Altavila;

FENAJ: Federação Nacional dos Jornalistas;

FHC: Fernando Henrique Cardoso;

FM: Frequência Modulada;

FNDC: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação;

FNLPCD: Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação;

FUNDESCOLA: Fundo de Fortalecimento da Escola;

Gt: Grupo de trabalho;

GTI: Grupo de Trabalho Interministerial;

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

MBRC: Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária;

MC: Ministério das Comunicações;

MHz: Megahertz;

OAM: Organizações Arnon de Melo;

OEA: Organização dos Estados Americanos;

ONG: Organização Não-Governamental;

ONU: Organização das Nações Unidas;

PF: Polícia Federal;

PFL: Partido de frente Liberal;

PL: Partido Liberal;

PMDB: Partido da Mobilização Democrática Brasileira;

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar;

PSB: Partido Socialista Brasileiro;

PSDB: Partido da Social-Democracia Brasileira;

PT: Partido dos trabalhadores;

PUC-SP: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo;

RadCom: Rádio Comunitária;

SISCOM: Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa;

TELEBRAS: Empresa Brasileira de Telecomunicações;

TVCOM: Televisão Comunitária;

UFAL: Universidade Federal de Alagoas;

UFPE: Universidade Federal de Pernambuco;

UnB: Universidade de Brasília.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS	25
1.1 FUNDAMENTOS PARA UMA ANÁLISE DO ESTADO CAPITALISTA ATUAL	25
1.2 A CATEGORIA ANALÍTICA MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESTUDO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	38
1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: CONQUISTA OU ENGODO PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS DA CLASSE TRABALHADORA?	48
2 DAS RÁDIOS LIVRES ÀS RÁDIOS COMUNITÁRIAS: A CONSTRUÇÃO SÓCIO- HISTÓRICA DO PROJETO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	52
2.1 RÁDIO COMUNITÁRIA, PARA QUEM?	52
2.2 A GÊNESE DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS NO MOVIMENTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA COMUNICAÇÃO NO BRASIL	66
2.3 DAS RÁDIOS LIVRES ÀS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	78
3 RÁDIO COMUNITÁRIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO.....	88
3.1 A TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMUNICAÇÃO NO BRASIL.....	90
3.2 DESVENDANDO A POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA NO PAÍS.....	99
4 A PRÁXIS DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM ALAGOAS ENTRE 1999 E 2006 DIANTE DO PROJETO DO MOVIMENTO BRASILEIRO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA.....	113
4.1 O RÁDIO EM ALAGOAS: PENETRAÇÃO SOCIAL E REALIDADE LOCAL	113
4.2 ELEMENTOS PARA ENTENDER A HISTÓRIA DO MOVIMENTO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EM ALAGOAS	122
4.3 A PRÁXIS DO MOVIMENTO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EM ALAGOAS	128
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	143
REFERÊNCIAS	151
APÊNDICES	161
ANEXOS	164

INTRODUÇÃO

As Rádios Comunitárias são emissoras que se caracterizam atualmente no Brasil pelo sinal de até 25 *watts* de potência, restrito a uma pequena extensão territorial, e pelo funcionamento geralmente ligado a comunidades específicas. Sua origem no país remete às experiências de Rádios Livres, emissoras de rádio que funcionavam sem concessão do Estado e que emergiram entre as décadas de 1970 e 1980.

Durante os anos seguintes, atuaram sofrendo as perseguições do aparato jurídico-institucional do Estado, do qual reclamavam seu reconhecimento. Ao mesmo tempo em que essas experiências de comunicação eram reprimidas, seguiu-se no Brasil ao incremento de um sistema privado de comunicação eletrônica.

Nos anos de 1980, vanguardas da classe trabalhadora no país compreenderam o papel estratégico dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e articularam-se num movimento de contestação à concentração desses meios pela classe dominante brasileira. A organização desses setores ocorreu, mais fortemente, paralelo ao processo de redemocratização política no Brasil, culminando com a emergência de um projeto nacional de democratização da comunicação.

Inicialmente essas ações coletivas estavam ligadas às Rádios Livres, mas logo em seguida ampliaram-se, com a formação do Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação (MNDC) no país, na transição entre as décadas de 1980 a 1990. Assim, passaram a envolver também iniciativas de TV Comunitária e outros movimentos da classe trabalhadora, como o movimento sindical, por exemplo.

Neste período, a atuação das Rádios Livres cresceu em todo o país. A partir daí, colocou-se para o movimento a necessidade de repensar sua atuação diante de inúmeras emissoras que se autodenominavam livres. Assim, esses meios de comunicação passaram-se a ser definidos como Rádios Comunitárias (RadCom).

Os grupos envolvidos com as RadCom passaram a integrar um Movimento Social nacional, o Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária (MBRC), que age em nome de um projeto amadurecido desde a formação do MNDC: a Democratização da Comunicação. Suas ações coletivas reúnem, além das Rádios, as TVs Comunitárias.

No entanto, somente no final da década de 1990, após intensas disputas entre interesses antagônicos na sociedade brasileira, a existência das Rádios Comunitárias foi reconhecida oficialmente. Em 19 de fevereiro de 1998, o Congresso Nacional aprovou a Lei 9.612, que institui o serviço de radiodifusão comunitária. Essa foi a resposta do Estado brasileiro às lutas coletivas que buscavam dar um novo ordenamento aos meios de comunicação no Brasil.

Em suma, o MBRC busca intervir nas políticas de comunicação do Estado brasileiro, entendidas como instrumento de defesa do capital. Pretende transformar a atual legislação que regulamenta a radiodifusão comunitária, no sentido de promover a ampliação do acesso ao direito à comunicação.

Atualmente, suas vanguardas apresentam-no como movimento social popular e revolucionário, conforme informações coletadas na investigação desta pesquisa. Para isso acreditam que, por meio da mobilização dos militantes, possam controlar as políticas públicas de comunicação. Há ainda o entendimento de que os meios de comunicação popular, a exemplo das Rádios Comunitárias, possam combater a ideologia dominante, reforçada pelos meios de comunicação de massa, ao exercitar a expressão das comunidades envolvidas.

Para os líderes do MBRC em Alagoas entrevistados nesta investigação¹, o antagonismo entre os meios de comunicação de massa e as rádios comunitárias representa a manifestação da luta de classes na esfera da comunicação, ao passo que se apresenta como alternativa de combate ao capital. No entanto, por meio da estratégia de incentivar a proliferação das emissoras comunitárias, defendem um possível equilíbrio na comunicação eletrônica no Brasil, visando à diminuição da concentração de mídia e à redução do poder dos meios comerciais, em vez de suprimi-los.

Em Alagoas, as iniciativas de radiodifusão comunitária desenvolveram-se tardiamente, se comparado com o contexto nacional. No início, as ações coletivas articulavam-se quase que exclusivamente em torno das RadCom. No entanto, o debate em torno das TVs Comunitárias já estava presente, pelo menos, desde a fundação da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, seccional de Alagoas (ABRAÇO/AL) em 1999.

A partir do levantamento feito por esta pesquisa, somos autorizados a qualificar o MBRC como um movimento eminentemente estadual, que abrange diversas iniciativas em

¹ Cf. os roteiros das entrevistas colocados nos apêndices.

várias cidades alagoanas, atuando de forma articulada. Assim, não podemos falar isoladamente no movimento de Maceió ou de quaisquer outras cidades.

Não podemos afirmar exatamente o número de emissoras de Rádio Comunitária em Alagoas. Entretanto, existem aproximadamente duzentas RadCom entre emissoras autorizadas e aquelas que funcionam sem autorização, segundo estimativas da Coordenação Geral da ABRAÇO/AL. Apontar um número exato é um exercício difícil, pois muitas atuam sazonalmente, quando não têm autorização do Ministério das Comunicações (MC) para funcionar, sendo somente duas emissoras de RadCom com autorização definitiva no estado.

O fato que despertou esta investigação foi o crescimento no número de emissoras comunitárias desde o fim dos anos de 1990 até os dias atuais, percebido no universo desta pesquisa: o estado de Alagoas. Assim, esses meios de comunicação popular são cada vez mais comuns na realidade local.

Ainda, de acordo com informações da Coordenação Geral da ABRAÇO/AL, a maioria das emissoras não participa do movimento e apresenta atuação desvirtuada de qualquer interesse coletivo. A Coordenação Geral dessa entidade afirma que quase todas as RadCom de Alagoas possuem ligação político-partidária e/ou religiosas.

Diante da forte atuação do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária (MBRC), o Movimento local possui uma práxis ainda incipiente, no que diz respeito a seu projeto. Portanto, o problema que se colocava para nós era se, frente à problemática explicada acima, haveria componentes dos Movimentos Sociais brasileiros nas ações coletivas das RadCom em Alagoas.

As hipóteses que suscitaram esta investigação davam conta de que essas ações coletivas representavam expressões dos Movimentos Sociais brasileiros. Mais ainda, entendíamos que as dificuldades experimentadas inicialmente pelas Rádios Livres e, logo em seguida, pelas Rádios Comunitárias quanto a seu reconhecimento pelo Estado estavam relacionadas à luta de classes no capitalismo brasileiro, permeada por contradições e antagonismos típicos do modo de produção capitalista. Assim, fomos buscar no movimento do real os elementos que validassem ou não essas premissas.

O objetivo desta pesquisa foi investigar as ações coletivas das RadCom no estado, com vistas a desvendar a atuação do MBRC, desde seu surgimento em Alagoas, até os dias atuais, diante das hipóteses defendidas inicialmente. Analisar a relação entre o Estado brasileiro, os Movimentos Sociais e as Políticas Públicas e estudar se haveria no MBRC um

projeto que orientasse sua práxis eram objetivos específicos que corroboram essa finalidade. Para buscarmos as respostas, fez-se necessário investigar como se processou o surgimento das ações coletivas das Rádios Comunitárias em Alagoas, buscando refazer na teoria o movimento sócio-histórico das RadCom no Brasil e sua chegada ao estado de Alagoas, enquanto um Movimento Social.

Entender alguns aspectos desse processo nos permitirá situar os limites objetivos que são colocados a efetivações de direitos sociais, neste caso, especificamente o direito à comunicação no Brasil e, particularmente, em Alagoas, com vistas a superá-los. Daí a relevância que atribuímos a esta investigação por sua contribuição à construção de uma cidadania efetiva na democracia brasileira.

Este trabalho é parte de uma trajetória de pesquisa acerca do fenômeno da Comunicação Popular. A compreensão que temos dessa categoria das Ciências da Comunicação é que são experiências de comunicação, sejam eletrônicas, oral ou escrita, desenvolvidas por membros da classe trabalhadora, especialmente nas camadas populares, nas quais a produção e o consumo das mensagens têm o seu meio e final.

Neste estudo, fazemos uso de dados, entre outros elementos, retirados de três produções que contribuíram para se chegar no atual estado de entendimento sobre o objeto de estudo em questão. Essas produções são a pesquisa de iniciação científica no Núcleo de Estudos e Pesquisa em Comunicação (NEPEC) da UFAL denominada *Rádio comunitária e pedido de outorga de canal comunitário vinculado à Universidade Federal de Alagoas* (2000); o Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, *Quando a sociedade democratiza a comunicação em Alagoas: grande reportagem* (2002); e a monografia de especialização *Controle social de políticas públicas e rádio comunitária* (2005).

O Projeto de Pesquisa *Rádio comunitária e pedido de outorga de canal comunitário vinculado à Universidade Federal de Alagoas* foi iniciado em 1999 e pretendia investigar o desenvolvimento de experiências de Rádios Comunitárias em Maceió e em outras cidades alagoanas um ano após a aprovação da Lei N. 9.612/98, tendo em vista, em um segundo momento do projeto, a formulação de uma proposta para o Departamento de Comunicação Social da UFAL. Nesse sentido, buscou reunir, a partir da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, elementos que possibilitassem a análise das experiências existentes, sintetizando os pontos bem sucedidos e elaborando uma crítica aqueles que poderiam comprometer um projeto de radiodifusão comunitária. Os resultados apontavam já naquele momento que a

maioria dos projetos de RadCom possuíam ligações com grupos políticos-partidários, o que representava uma ameaça contra o acesso ao direito à comunicação.

No Trabalho de Conclusão de Curso *Quando a sociedade democratiza a comunicação em Alagoas: grande reportagem* (2002), seguiu-se a uma documentação, por meio da técnica jornalística da Grande Reportagem, de experiências de comunicação de setores populares da sociedade civil alagoana que estariam agindo no sentido de ampliação do acesso aos meios de comunicação. Os resultados expõem a percepção de setores populares, a exemplo da Associação de Moradores do Conjunto João Sampaio, situado em um bairro de Maceió com alto índice de pobreza, acerca do poder da comunicação mediática para a transformação social. A democratização da comunicação é percebida por importantes parcelas da sociedade civil como fundamental para a democracia brasileira, especialmente em nível local.

Finalmente, na Monografia *Controle social de políticas públicas e rádio comunitária* (2005) o objetivo era fazer uma reflexão sobre os limites e possibilidades do controle social das políticas públicas, nas mais diversas esferas de governo, por meio das Rádios Comunitárias. Estado, sociedade civil, comunicação popular e controle social são algumas das categorias que estão presentes. Diante do aprofundamento da ideologia Neoliberal nas ações do Estado brasileiro, o trabalho indicou que as Rádios Comunitárias, por suas características quanto à produção e ao consumo de informação pelas próprias comunidades, seria uma importante ferramenta de intervenção do cidadão na condução das políticas públicas em favor do aprofundamento da cidadania.

No trabalho atual, procuramos dar alguns passos no conhecimento do problema da comunicação popular e comunitária, especificamente das Rádios Comunitárias. Para isso, nos munimos do Método Dialético, que tem por base a apreensão da totalidade da realidade social em sua concretude. Entendemos que a produção de conhecimento sempre poderá se aproximar da realidade, porém nunca irá dar conta de apreendê-la tal qual ela é exatamente, pois somente age no sentido de uma aproximação mais real.

A dialética pode apresentar, na verdade, três aspectos, conforme se considere: a) o movimento concreto, natural e sócio-histórico, da própria realidade estudada ('sentido objetivo'); b) a lógica do pensamento que se pretende conhecimento adequado dos processos históricos das mudanças e dos conflitos sociais ('sentido subjetivo'); c) a relação entre o objeto construído por uma ciência, o método empregado e o objeto real visado por uma ciência ('sentido metodológico'). (BRUYNE, s.d., p. 65).

Temos também a necessidade de apontar o caráter interdisciplinar deste estudo. Esta investigação foi realizada sob as reflexões e avanços propiciados pelo acúmulo teórico e metodológico do Serviço Social e das Ciências da Comunicação. Para isso, buscamos as contribuições da perspectiva histórico-crítica de interpretação do Serviço Social brasileiro e suas interfaces com as Rádios Comunitárias. A partir destas inclinações, elevamos a prática de produção do conhecimento com o compromisso assumido com a classe trabalhadora.

Logo, cabe ainda explicitarmos, nesta introdução, o nosso entendimento acerca do conceito de classe trabalhadora adotado no trabalho. Para tanto, partiremos das colocações de Marx (1997) a respeito da categoria Trabalho e, em seguida, traremos alguns apontamentos de Antunes (1998; 1999; 2000) que tentam dar validade contemporânea ao conceito marxiano.

Assim, Marx (*op. cit.*, p. 297) traz a seguinte definição em sua discussão sobre o processo de trabalho e o processo de valorização:

[...] o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio [...].

Dessa forma, esse autor define Trabalho como edificador do próprio homem como ser social. A partir do momento em que ele regula sua relação com a natureza e coloca essa matéria natural como utilidade para sua própria vida, ele muda essa matéria-prima natural a seu favor e também se transforma. É esse domínio da corporalidade humana sobre a matéria natural, essa relação orgânica do homem com a natureza, que funda a concepção marxiana de Trabalho. Assim o homem constrói materialmente a sociedade e se constrói como indivíduo.

Ainda sobre o processo de trabalho, Marx (*ibid.*) nos traz a delimitação desse processo quando da subordinação do trabalho ao capital na forma de produção capitalista. Segundo ele, esse processo de consumo da força de trabalho pelo capitalista está embutido de dois fenômenos peculiares que marcam essa forma de produção: de um lado, o trabalhador

produz sob o controle do capitalista a quem pertence seu trabalho e, do outro, o produto desse processo de trabalho é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, ou seja, do trabalhador. Este é o trabalho alienado que marca a sociedade capitalista.

Como condição natural eterna da vida humana, o trabalho passou, ao longo dos tempos, por um crescente processo de ideação e objetivação que fizeram desenvolver o meio de trabalho, complexificando-o cada vez mais. Com a complexificação dos meios de trabalho, ocorre o mesmo com o trabalhador. Ele se torna tão complexo quanto a própria sociedade capitalista. Surgem os trabalhadores intelectuais separados dos manuais, o trabalho produtivo, aqueles que são produtores de mais-valia, e o improdutivo, entre outras formas.

Todo este processo é parte do desenvolvimento da sociedade capitalista, no qual a exploração do Trabalho pelo Capital é o seu eixo. Assim o Trabalho é a base natural e eterna do homem e assim também continua a ser na sociedade produtora de mercadorias. No entanto, a forma de exploração do trabalho vem passando por transformações.

Diante das transformações experimentadas pelo processo de trabalho na sociedade contemporânea, Antunes (1998, p. 41-42) apresenta as principais implicações que contribuem com sua tese sobre as metamorfoses no Mundo do Trabalho:

[...] Pode-se dizer, de maneira sintética, que há uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora.

O autor visualiza duas linhas dessa processualidade: de um lado, ocorre um processo de intelectualização do trabalho manual e, de outro, que surge em sentido inverso, uma desqualificação e subproletarização representada pelo trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado, entre outros.

Antunes (2000) desenvolveu ainda a tese de ampliação da noção de classe trabalhadora como parte das metamorfoses no Mundo do Trabalho. A emergência de novos processos de trabalho corrobora a tese defendida pelo autor. Ele reitera que com os modelos fordista e taylorista de produção - constituídos pela produção em massa, através de linhas de montagem e de produtos mais homogêneos, através do controle dos tempos, entre outros - a

indústria e o processo de trabalho consolidaram-se neste século. Esses modelos foram seguidos pelo toyotismo, como resposta à crise do fordismo-taylorismo, sendo ultrapassados pelo modelo da acumulação flexível.

De acordo com esse autor, a complexificação, heterogenização e fragmentação do ser que vive da venda da força de trabalho fez surgir novas configurações da classe trabalhadora, na qual parece ser necessário dar validade contemporânea ao conceito marxiano. Para isso, ele utiliza a expressão classe-que-vive-do-trabalho. Dessa forma, utilizaremos o conceito de classe trabalhadora a partir de Marx (1997), com elementos retirados das colocações de Antunes (1998; 1999; 2000).

Essa categoria teórica desenvolvida por Antunes (1998) engloba todos aqueles que vendem sua força de trabalho. Tanto o proletariado industrial, quanto o conjunto dos trabalhadores assalariados que vendem a força de trabalho. Diante do processo de heterogenização e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho também estão nessa noção ampliada o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, os trabalhadores terceirizados, os assalariados da economia informal, além dos trabalhadores desempregados, que hoje constituem uma vasta gama expressiva desta classe que somente possui o trabalho para vender e se reproduzir material e subjetivamente.

De acordo com Lakatos (2001, p. 105), podemos qualificar esta pesquisa, quanto aos objetivos, como um trabalho explicativo. Este tipo de pesquisa, além de registrar, analisar e interpretar os fenômenos estudados, procura identificar seus fatores determinantes, ou seja, suas causas.

A maneira utilizada para obtenção de dados necessários permite-nos distinguir esta investigação, quanto aos procedimentos, essencialmente, como uma pesquisa de fontes “de papel”, conforme definição de Lakatos (*op. cit.*, p. 105), que inclui a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A diferença entre uma e outra está na espécie de documentos que constitui fontes de pesquisas: enquanto a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, ou seja, livros e outros documentos bibliográficos, a pesquisa documental baseia-se em documentos primários, originais.

Na pesquisa bibliográfica, buscamos compreender como o objeto Rádio Comunitária foi apreendido pela literatura acadêmica ao longo do desenvolvimento do MBRC. Procuramos

ainda recuperar nesta literatura algumas categorias teóricas que nos ajudaram a elucidar as questões que emergiam na execução deste estudo, tais como Movimentos Sociais, Estado Capitalista, Políticas Públicas, entre outras.

A pesquisa documental foi executada em arquivos públicos nacionais na busca por documentos oficiais e arquivos privados na Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO Nacional), Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, seccional de Alagoas (ABRAÇO/AL), Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação no Brasil (FNDC), Associação Alagoana de Empresas de Rádio, Televisão e Jornais Diários de Alagoas (ALERT) e em fontes estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Também pesquisamos dados no Sistema de Acompanhamento de Controle de Cotas (SIACCO) e no Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa (SISCOM), ambos da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), e ainda no serviço de informações sobre comunicação de massa do Ministério das Comunicações (MC).

Qualificamos este trabalho, no que diz respeito ao objeto, como uma pesquisa bibliográfica e como uma pesquisa de campo. Para isto, utilizamos o ambiente onde fomos encontrar nosso objeto de estudo, tanto na literatura acadêmica, quanto nos locais de organização das ações coletivas estudadas. (ANDRADE, 1998, p. 105-107).

A respeito dos instrumentos e técnicas utilizados, podemos caracterizá-los a partir da documentação direta, da documentação indireta e da observação direta intensiva, a partir de Marconi (1982). Na documentação indireta, utilizamos as técnicas da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental realizada em documentos de fontes primárias.

Na pesquisa de campo, utilizamos a técnica da entrevista. Esta técnica caracterizou-se pela forma semi-estruturada, com um roteiro previamente determinado, mas que não restringia a investigação aos pontos pré-estabelecidos, sendo estes apenas os momentos iniciais. Dessa forma, cada entrevista foi precedida de um roteiro, no qual constavam seus objetivos, os questionamentos iniciais e um espaço para notas do entrevistador, conforme orientações de Lüdke e André (1986).

Entender a sociedade capitalista e a sociabilidade burguesa em sua radicalidade, no sentido de ir à raiz da realidade concreta, faz-se necessário para que possamos apreender a atuação do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária. Logo, faz-se imprescindível

que apontemos, brevemente, os fundamentos da sociedade burguesa, com vistas a explicitarmos os pressupostos sobre os quais se move este trabalho.

O ordenamento social burguês teve origem na passagem da comunidade primitiva para a sociedade de classes. Essa passagem histórica tem como fatos marcantes o surgimento da propriedade privada, da divisão social do trabalho e das classes sociais. Esses fatores reunidos deram início à dominação do homem pelo homem.

Tonet (2004, p. 04), apoiado em Marx (1997), aponta o desenvolvimento das forças produtivas como origem da luta de classes e da exploração de uma classe por outra, quando permitiu que os homens produzissem um excedente para sua subsistência. O que era produzido em comum e repartido em comum pelas forças de todos os indivíduos na sociedade primitiva passou, na sociedade de classes, a ser privatizado e colocado a serviço da exploração e da dominação dos que produzem pelos proprietários dos meios de produção.

[...] a luta de classes, em última análise, tem a ver com o modo de produzir e repartir a riqueza. Todas as outras dimensões sociais (política, ciência, direito, educação, religião etc.) serão, de alguma forma, perpassadas por essa luta que se travará entre as classes.

Diante disso, há uma aparente harmonia representada pela tentativa das classes dominantes de encobrir a luta entre as classes, apresentando uma sociedade sem conflitos. Essa característica também é identificada por Kofler (1971). Para este autor, as tentativas burguesas de encobrir o caráter explorador da sociedade burguesa têm bases na falácia quanto à infinita harmonia e liberdade pessoal que fundaria esta sociabilidade.

A credulidade das massas nessa ordem social mais se assemelha a um milagre, ao passo que essas mesmas massas, o conjunto da classe trabalhadora no capitalismo, sofrem as conseqüências da expansão do capital e, nem sempre, percebem a ordem social exploratória em que estão imersas. Assim, Kofler (*op.cit.*) aponta como explicação para esse milagre a singular estrutura do capitalismo, que obscurece as relações sociais e encobre a luta de classes.

Essa desigualdade que perpassa a ordem atual, baseada na luta de classes e na exploração do homem pelo homem, pode ser superada já que é produto histórico da reprodução das relações sociais dos indivíduos na sociedade capitalista. Lessa e Tonet (2004) fazem referência a Marx para elucidar essas questões.

[...] Para Marx, não haveria uma essência humana independente da história. Os homens são o que eles se fazem a cada momento histórico. A reprodução da sociedade burguesa produz individualidades essencialmente burguesas. Contudo, reconhecer este fato não significa afirmar que a essência mesquinha do homem burguês seja a essência imutável da humanidade. Demonstra Marx que, tal como a humanidade se fez burguesa, ela também pode se fazer comunista. [...] Entre a sociedade burguesa e a sociedade comunista não há nenhum outro obstáculo senão as próprias relações sociais. (Lessa; Tonet, 2004, p. 07).

Logo, as possibilidades de intervenção nessa ordem perversa para a classe trabalhadora e de desmonte do legado opressor da sociedade burguesa são concretas e estão colocadas. Marx (1997) já apontava o homem como construtor da sua história por sua ação diante da situação historicamente dada. O que até hoje foi construído pela exploração do Trabalho pelo Capital pode, no processo de autoconstrução do homem, ser desmontado, dando origem a uma nova sociedade onde a luta de classes pode ser abolida.

A mistificação científica quanto ao fenômeno da comunicação popular, por vezes, tem adotado uma posição de menosprezo quanto aos meios de comunicação da classe trabalhadora, “considerados tão somente como manifestações reacionárias, e, portanto, dignas de interesse apenas daqueles pesquisadores ‘oficiais’ (folcloristas) que buscam catalogar as expressões ‘pitorescas’ e ‘inusitadas’ da nossa cultura”. (MELO, 1980, p. 11).

Para Melo (*op. cit.*, p. 11), o processo de investigação científica quanto à comunicação quase que se limita a refletir sobre a comunicação da classe dominante. Para este investigador da comunicação, há uma racionalidade expressa nesse fato.

De certa maneira esse fenômeno reflete o engajamento, consciente ou inconsciente, da maioria dos pesquisadores da comunicação na tarefa de melhor compreender (e quase sempre de aperfeiçoar) os instrumentos que a burguesia utiliza para expressar e reproduzir a sua visão de mundo.

Partimos do entendimento de que compreender os processos de comunicação da classe trabalhadora é mister para que possamos contribuir com as lutas sociais do trabalho e nos contrapormos as iniciativas do capital. Contudo, cabe não apenas reunir instrumentos para seu entendimento, mas criar alternativas concretas que possibilitem reverter os avanços sócio-tecnológicos a favor da classe trabalhadora.

Os resultados podem ser verificados no transcorrer desta dissertação, que procurou dar conta da interpretação dessas ações coletivas, à luz da teoria marxiana e marxista. Ao final, apresentamos as conclusões que buscam dar respostas às questões preliminarmente colocadas.

Para melhor apresentação desta análise, dividimos a dissertação em quatro seções. No capítulo inicial, procuramos apontar os fundamentos teóricos nos quais estão apoiadas as análises desenvolvidas neste trabalho. Dessa forma, buscamos delimitar a atuação do Estado capitalista a partir de autores marxistas e marxianos. Em seguida, apresentamos os componentes dos movimentos sociais brasileiros presentes no Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária, para depois elaborarmos uma análise que desvelasse a relação entre o Estado brasileiro, os Movimentos Sociais e as Políticas Públicas.

No segundo capítulo, refizemos o movimento sócio-histórico de construção do Projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária. Rádio Comunitária, para quem? Essa foi a indagação inicialmente colada, que visava a apresentar questões contemporâneas da problemática da RadCom na sociedade capitalista brasileira. A recuperação da origem do projeto do Movimento Social estudado foi feita a partir do Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil e da atuação das Rádios Livres, nas décadas de 1970 e 1980, até a adoção da denominação de Rádio Comunitária nos anos de 1990.

No terceiro capítulo, buscamos demonstrar os resultados da investigação acerca da Rádio Comunitária nas políticas públicas de comunicação do Estado brasileiro. Para tanto, delimitamos como se processou a apreensão das demandas por comunicação da classe trabalhadora pela sociedade política nacional, procurando identificar os principais aspectos que marcaram esse processo.

Por último, no quarto capítulo, fomos investigar no Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas se haveria aspectos que pudessem representar a incorporação, em nível local, do Projeto do Movimento nacional. Para tal, empreendemos uma pesquisa documental e uma pesquisa de campo, objetivando reunir informações a respeito da práxis do movimento em âmbito estadual, não sem antes localizá-lo na realidade social e na penetração do Rádio em Alagoas. Delimitamos este estudo entre os anos de 1999 e 2006, por entender, a partir da pesquisa de campo, que somente naquele ano as ações coletivas tomaram o contorno dos Movimentos Sociais.

1 Estado, Movimentos Sociais e Políticas Públicas

1.1 Fundamentos para uma análise do Estado Capitalista atual

O objetivo desta parte do trabalho é explicitar o referencial teórico que nos possibilitou elucidar a atuação do Estado brasileiro na incorporação das demandas dos movimentos da classe trabalhadora em meio à formulação das políticas públicas. Supomos que esse seja um passo inicial importante na defesa das análises que desenvolveremos ao longo dos demais capítulos.

O ponto de partida é a formação do Estado moderno, até chegarmos ao Estado Capitalista atual. A partir desse apanhado teórico e histórico, procuramos desvelar os fundamentos ideológicos da sociedade política contemporânea, especificamente no Brasil, e de que forma a ideologia burguesa dominante orienta o modo como o Estado apresenta-se no país.

Para que possamos desvendar os fundamentos do Estado brasileiro que influenciam a formulação das políticas públicas no país, parece-nos importante, do ponto de vista teórico-metodológico, buscarmos apoio na categoria analítica Estado Capitalista. Ao iniciarmos a análise, a realidade concreta em que se move o Estado nacional nos mostrou a necessidade de explicitarmos os fundamentos para uma crítica desveladora, que ultrapasse os fenômenos e chegue à raiz da problemática aqui investigada.

Para tanto, partimos de indicações acerca do Estado Capitalista em algumas obras de Marx, especialmente *A questão judaica* (1991). Fazemos isso ao adotarmos as observações de Gruppi (1998). Segundo este autor, a obra marxiana não possui uma teoria acabada sobre esta categoria. No entendimento desse autor, o que há é sim uma tese fundamental para apreensão

do processo de dominação do homem pelo homem na sociedade capitalista que nos permite identificar suas características essenciais. É sobre essa tese fundamental que nos debruçamos no presente sub-item.

No entendimento marxiano, o Estado, isto é, a sociedade política, e a sociedade civil, entendida como o conjunto das relações econômicas, representam uma a expressão da outra. Estas estão conectadas, ao passo que a sociedade civil funda o Estado como sua projeção. Mas nem sempre se pensou dessa forma nas análises sociais.

O estudo sobre a gestão do Estado quase sempre esteve dominado pela teoria burguesa e esta tende a ser imprescindivelmente pouco crítica, do ponto de vista da classe dominada. Nos debates sobre a questão, os teóricos burgueses tendem a centrar a atenção em problemas mais imediatos da organização do Estado, em orientações fundamentalmente práticas, no sentido de dar maior eficiência aos seus propósitos na direção de manter a ordem da sociedade burguesa. (HOLLOWAY, p. 1982).

Como forma de entendermos essas formulações, faremos uma breve análise acerca das definições sobre o Estado Moderno até chegarmos ao Estado Capitalista atual. Assim, teremos elementos que nos autorizem a apontar algumas características e particularidades de sua versão brasileira.

A sociedade moderna trouxe luzes para o entendimento das transformações que estavam acontecendo no final da Idade Média. A razão passava a ser cada vez mais difundida para a apreensão da realidade social da época. Neste contexto, passou a figurar a idéia do Estado Moderno.

Gruppi (1998) formula bem a diferença da concepção de Estado que começara a nascer à luz da razão. Segundo ele, o que difere o Estado Moderno do Estado do passado, a exemplo das formulações gregas e romanas, são duas características: a primeira é sua autonomia, a plena soberania do Estado, que não mais permite que sua autoridade dependa de nenhuma outra, e a segunda é a distinção entre Estado e sociedade civil.

Assim, o Estado moderno passou a ser visto como um ente separado da sociedade civil. No entanto, este entendimento não excluiu uma mútua relação entre ambos. O Estado passou a ser compreendido como expressão da sociedade civil.

Um dos primeiros teóricos do Estado moderno foi Maquiavel (1976). Este pensador florentino elaborou, no século XVI, uma teoria sobre como se constituiu o Estado moderno. Diferente de outros pensadores, como Aristóteles que defendia que o Estado tem a função de assegurar felicidade e virtude, ou da concepção da Idade Média, na qual o papel do Estado é preparar para o reino dos céus, o que ele se propôs foi elaborar uma teoria não de como ele deve ser, mas de como ele realmente é. (GRUPPI, p. 1998).

Para Maquiavel (*op. cit.*), não existia Estado ideal. Era necessário considerar a natureza do homem e a realidade efetiva. No caso de suas formulações, a realidade social do final da Idade Média e do florescimento da burguesia na Europa. Quanto à natureza do homem, ele acreditava que este possuía uma natureza imutável, sendo ingratos, volúveis e ávidos pelo lucro, numa clara definição de seu contexto sócio-histórico.

Enquanto Maquiavel (*ibid.*) ocupava-se de uma teoria sobre como se constrói um Estado, em 1576, Bodin fez uma reflexão acerca do que seria o Estado Moderno em sua obra *Os seis livros da república*. Sua maior contribuição acerca da definição desta categoria reside na formulação sobre a soberania do Estado moderno, onde o monarca interpreta as leis divinas, obedecendo a elas, porém de forma autônoma.

No contexto da França do fim da Idade Média, isso significava que esse monarca não necessitava mais da investidura do Papa, já que o Estado passou a ser soberano. Portanto, o pensador francês aponta a soberania como força de estruturação do Estado. É o Estado o elemento que dá coesão a todos os elementos da sociedade.

Dessa forma, o pensamento social vai estruturar uma teoria sobre o Estado. No entanto, as principais formulações utilizadas para se explicar o Estado Capitalista têm base nas concepções que se desenvolveram paralelas ao próprio desenvolvimento do capitalismo. Isso se explica pela necessidade de se entender o processo social de ascensão de uma nova classe social – a burguesia – e seu reflexo político – o Estado Capitalista. De acordo com Gruppi (*op. cit.*), as formulações mais completas vão sendo trabalhadas no século XVII, a partir do filósofo inglês Thomas Hobbes.

Segundo a teoria deste filósofo, diante dos homens primitivos que viviam em estado natural, reinava a destruição de uns sobre os outros na busca por poder, riqueza e propriedade. Para evitar que eles se destruíssem uns aos outros, como lobos de si, surgiu a necessidade de

estabelecer entre os homens um contrato para que constituíssem um Estado que garantisse uma vida mais confortável, eliminando a condição de guerra permanente como consequência das paixões naturais.

Hobbes *apud* Gruppi (1998) defendia a criação de um Estado absoluto. Para ele, somente a dureza do poder poderia dar força ao pacto social. Dessa forma, um contrato entre os homens funda o Estado. Pode-se perceber, diante da conjuntura sócio-histórica da época de ascensão da burguesia, como o caráter mercantil das relações burguesas está expresso nesta idéia de contrato.

O inglês John Locke é considerado o formulador da teoria do cidadão liberal no século XVII. Para este, o Estado deveria impor limites por meio de um contrato como forma de garantir a propriedade, pois na forma natural essa não é garantida. De acordo com Gruppi (*op. cit.*), o contrato em Locke poderia ser mudado como qualquer outro, diferente de Hobbes. Isto aponta o caráter mercantil desse contrato.

Nessa formulação, a relação entre liberdade e propriedade é extremamente evidente, ao passo que o governo deveria garantir determinadas liberdades. A propriedade e a liberdade são, dessa forma, fatores imprescindíveis que na verdade devem garantir a liberdade de iniciativa econômica.

Outro fator interessante no pensamento de Locke é que já havia em sua teoria uma distinção entre sociedade civil e sociedade política. Para Locke, todos os direitos da propriedade seriam exercidos no âmbito da sociedade civil e o Estado teria o papel de garantir essa liberdade e não deveria, em nenhuma hipótese, interferir. As bases das liberdades políticas, como a assembléia e a palavra, seriam garantias para assegurar, no nível político, a liberdade econômica.

Essa separação entre sociedade política e sociedade civil atingiu com Immanuel Kant um novo nível. Este filósofo prussiano da era moderna começou a teorizar sobre a formação do Estado pela burguesia ainda no século XVIII. Porém, foi no século XIX que suas idéias tiveram mais impacto, especialmente entre a filosofia idealista, a exemplo de Hegel na Alemanha. (GRUPPI, *ibid.*).

Kant contribuiu para a formação da concepção liberal elaborando uma distinção entre cidadãos independentes e cidadãos não-independentes. Os primeiros seriam representados por

aqueles que não dependem de outros cidadãos, ou seja, os que possuem a propriedade privada e que, assim, imprimem uma opinião política independente. Assim, os direitos políticos seriam delegados apenas aos proprietários.

Em suas formulações, Kant afirmou que a soberania pertencia ao povo. Mas seu entendimento de povo referia-se à classe proprietária. Essa distinção entre proprietários e não-proprietários e a indissociabilidade entre propriedade e liberdade são as essências do liberalismo.

Este filósofo prussiano também lançou as bases para a formulação da concepção liberal sobre o Estado de Direito. Para ele, a lei era algo sagrado que nem se poderia discutir. Dessa forma, alguns direitos, especialmente aquele fundamental da concepção liberal que é o da propriedade, nunca poderiam ser colocados em discussão. Dentro desses limites do Estado de Direito é exercida a soberania popular. Além da propriedade privada e da livre iniciativa econômica, a liberdade da palavra, de associação e da representatividade no Parlamento fazem parte do conjunto dessas concepções liberais.

Essas limitações colocadas desde o início da formação da sociedade civil e da sociedade política modernas perduram até hoje no jugo das desigualdades plantadas pelo ordenamento da sociedade capitalista. A base que legitima essa situação de opressão, ao nosso ver, é a defesa inalienável da propriedade privada como fundamento da sociabilidade moderna. A hegemonia do pensamento liberal materializa-se na idéia do Estado de Direito como promotor da igualdade formal, disfarçando as origens da desigualdade real.

Segundo Gruppi (1998), no mesmo período em que nasceu a concepção liberal do Estado moderno, surgiu também a concepção democrático-burguesa com o filósofo francês Jean-Jacques Rousseau. Este tem um pensamento diferente de Hobbes. Para Rousseau, também existia uma condição natural dos homens. Porém, esta era de felicidade, de virtude e de liberdade, que fora destruída pela civilização.

Há, neste pensador, uma crítica a Hobbes, quando este afirma, em uma análise da sociedade moderna, que o homem é lobo do homem. Para Rousseau, o homem apontado nessa formulação referia-se especificamente àquele do tempo de Hobbes, da ascensão da burguesia e da busca pela propriedade privada, e não à essência humana em geral. Ele defende que os

homens nascem livres e iguais e que a civilização distorce o que, para Rousseau, seria uma condição natural.

Ainda nas idéias de Rousseau, Gruppi (1998) identifica que a sociedade também nascia de um contrato como em Locke, mas este contrato somente funda a sociedade. Assim, o filósofo iluminista afirmava que o povo nunca deveria criar um Estado distinto da sociedade, sob pena de perder sua soberania.

Outra característica marcante no pensamento de Rousseau é a identificação da relação entre igualdade e liberdade. Para ele, um homem somente pode ser livre se houver igualdade. Mas este se refere à igualdade jurídica, um dos fundamentos do Estado democrático-burguês. Ele reconheceu que existia um problema de igualdade econômico-social, advindo da propriedade privada, porém, não soube indicar como seria a superação da propriedade privada.

Com o liberalismo tomando toda a Europa, logo após a Revolução Francesa, surgiram novos pensadores que foram aprimorando a teoria do Estado. O suíço Benjamin Constant impôs uma contribuição importante ao tratar da separação entre Estado e sociedade civil.

Para Constant, a liberdade é exercida na esfera da vida particular, pois são direitos de iniciativa econômica. Assim, ele polemizou contra Rousseau, afirmando que a igualdade idealizada por este autor é uma ameaça à liberdade moderna, ou seja, à liberdade burguesa. Para o suíço, há uma relação entre o conceito de liberdade e o de propriedade, isto é, a liberdade deve existir como diferença e não como igualdade.

Gruppi (*op. cit.*) identifica na Europa, em pleno século XIX, duas concepções progressistas de Estado: uma concepção liberal, que defende a correlação entre liberdade e propriedade, isto é, a liberdade exige a desigualdade, e uma concepção democrática, na qual a liberdade baseia-se na igualdade, no entanto, essa igualdade é essencialmente jurídica.

O autor acima afirma que, em meados do século XIX, na Europa, houve a fusão entre essas duas correntes. Essa junção sempre reafirmou o direito à propriedade, à iniciativa econômica e ao desenvolvimento capitalista.

Contemporâneo a esse debate, o filósofo alemão Friedrich Hegel restabeleceu a distinção entre Estado e sociedade civil, porém colocando este como fundante daquele. Para este filósofo, não existe sociedade civil sem Estado. Essa concepção é o oposto da democrática. No pensamento de Hegel, a distinção entre Estado e sociedade civil dá-se apenas como conceito, pois o primeiro concretiza uma concepção moral do segundo. (GRUPPI, 1998).

Diante dessas formulações, a tradição marxista procurou responder com o estudo da realidade concreta da sociedade capitalista. A discussão naquele momento passou da busca da igualdade jurídica, formal, para a busca da igualdade efetiva.

Na obra *A questão judaica*, publicada em 1843, o jovem filósofo alemão Karl Marx (1991) já indicava a interpretação mais apropriada para a relação entre sociedade política, ou Estado, e sociedade civil, entendida como as relações econômicas. A relação, antes separada pelo pensamento liberal, agora era exposta pelo filósofo alemão como uma unidade orgânica. A sociedade política é vista neste autor como uma expressão das relações de produção da sociedade civil que nela agem.

Percebe-se a ruptura de pensamento que é instaurada por Marx (*op. cit.*), especialmente numa crítica a Hegel. Diferente deste, aquele filósofo alemão despreza a idéia hegeliana de que o Estado funda a sociedade. Para ele, as raízes da formação do Estado estão contidas nas relações materiais. São estas relações que explicam o surgimento do Estado, o seu caráter classista e seu aparato jurídico-institucional.

Outra contribuição da teoria marxista vem do filósofo alemão Friedrich Engels (2000). Em sua obra clássica, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, o autor demonstrou que nem sempre existiu a entidade Estado. A partir de anotações de Marx a respeito das pesquisas etnológicas e antropológicas do etnólogo norte-americano Lewis Henry Morgan, ele demonstrou como o Estado tornou-se uma necessidade no momento em que a sociedade atingiu um certo grau de desenvolvimento econômico.

Em sua tese, Engels (*op. cit.*) aponta a produção de excedentes como o motivo que fez surgir a divisão da sociedade em classes e com isso a luta de classes. Essas novas condições econômicas introduziram no interior de toda a descendência familiar a diferença

entre as posições que eram ocupadas nas relações de produções. Isso resultou numa crise dos gens e fez emergir a necessidade de organização do Estado para dominar a sociedade.

Em uma passagem do *Manifesto do partido comunista*, publicado pela primeira vez em 1848 por Marx e Engels (1998), há uma definição sobre o Estado Capitalista que hoje, quase cento e sessenta anos depois da primeira edição, nos parece bem atual. Ao discorrer sobre o processo evolutivo da burguesia ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista e de como essa classe social alcança o domínio sobre o direcionamento da história humana, os autores afirmam que cada salto social experimentado pela nova classe então florescente era acompanhado por um progresso político correspondente.

[...] desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, a burguesia conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa. (*op. cit.*, p. 02).

O Estado Capitalista continua comportando-se nos dias atuais como o comitê apontado por Marx e Engels (*ibid.*), ao passo que executa ações que visam essencialmente à reprodução do capital e da superestrutura que lhe dão sustentação. A partir do século XX, em sua fase monopolista, o Estado veio ampliar suas formas de dominação e reprodução, caracterizada pela aliança do capitalismo industrial com sua versão financeira.

Essas novas orientações foram também assumidas pelo capitalismo brasileiro. Isto significa dizer que, na fase monopolista e diante da mundialização do capital financeiro, o Estado Capitalista no Brasil assume o direcionamento dado pelos setores burgueses da sociedade civil nacional que proporcionam sua inserção e manutenção nesta nova dinâmica da economia internacional.

Atualmente, no Brasil, percebemos que a principal característica desse processo é o aumento da financeirização do capital presente na economia brasileira. Segundo dados da Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), os bancos que atuam no país tiveram lucro recorde em solo nacional no ano de 2005. (BRASIL DE FATO: 2006)

Parece-nos mister qualificar o momento atual em que se encontram os setores burgueses da sociedade civil brasileira, como estratégia para identificar os aspectos do Estado Capitalista brasileiro. Isto constituirá elementos que possibilitem uma análise estrutural bem

clara sobre os aspectos que definem a relação entre a sociedade civil e a sociedade política brasileiras.

Uma contribuição interessante para isso é a abordagem conjuntural realizada por Netto (2004). Em sua análise acerca do papel das vanguardas profissionais do Serviço Social brasileiro frente à conjuntura inaugurada pela eleição, em 2002, de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) para a presidência da república, esse autor clarifica as relações entre estrutura e superestrutura no Brasil contemporâneo.

Para Netto (*op. cit.*), ao invés de reverter a orientação macroeconômica implantada pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso, conforme esperado por muitos, a conjuntura inaugurada pela vitória da coalizão liderada pelo petista para a Presidência da República aprofundou essa orientação de fundamentação neoliberal. Assim, mantida esta orientação, as expressões da questão social agravaram-se.

Dessa forma, Netto (*ibid.*) formula uma explicação estrutural para essa conjuntura. Em sua defesa, ele argumenta que, diante da luta de classes na sociedade brasileira contemporânea, o governo federal continuou nas mãos do capital nacional e internacional. Portanto, na luta de classes travada no seio da sociedade civil brasileira, os setores representantes do capital continuam a imprimir uma agenda prioritária para sua reprodução, apesar da miopia de alguns setores frente a esta situação, enquanto para as lutas da classe trabalhadora erguem-se novas barreiras.

Na obra *A Ideologia Alemã*, Marx (1991, p. 58) clarifica a relação orgânica entre o Estado e a sociedade civil:

A sociedade civil abarca o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Encerra o conjunto da vida comercial e industrial existente numa dada fase e ultrapassa por isso mesmo o Estado e a nação, se bem que deva afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado. O termo sociedade civil surgiu no século XVIII, quando as relações de propriedade se desligaram da comunidade antiga e medieval. A sociedade civil enquanto tal só se desenvolve com a burguesia; todavia, a organização social diretamente resultante da produção e do comércio, e que constituiu sempre a base do Estado e do resto da superestrutura idealista, tem sido constantemente designada pelo mesmo nome.

Com isso, o marxismo afirma-se como fundamento para uma análise do Estado Capitalista por sua apreensão do caráter classista desta entidade burguesa. Apesar de não se poder identificar em Marx um estudo específico sobre a teoria do Estado, podemos afirmar que em sua produção teórica encontram-se os elementos para desvendar a base concreta da realidade social e do entendimento acerca da sociedade civil.

No esforço para um melhor entendimento sobre a função do Estado Capitalista e da contribuição do legado de Marx e do marxismo, recorreremos a Holloway (1982, p. 13) para os fundamentos teóricos para uma crítica marxista da administração pública e do Estado:

No se puede tratar al marxismo como una escuela teórica más, como sería el funcionalismo o el incremenstismo. Es más bien una anti-teoría, una teoría de la lucha, una teoría dirigida contra la sociedad burguesa y contra el Estado. Es parte de la lucha de la clase obrera por derrocar el capitalismo [...].

Conforme afirma Holloway (*op. cit.*), as categorias cidadão e cidadania possuem estreita relação ao modo burguês de se pensar o Estado. São peças fundamentais da teoria burguesa do Estado e da Administração Pública e têm como objetivo principal em seu discurso o tratamento igualitário e justo dos cidadãos. Continuando, ele elucida como o conceito de cidadania apóia-se no pensamento liberal-democrata e corrobora a manutenção da estrutura da sociedade burguesa:

[...] El concepto de ciudadanía se basa en, y refuerza, un cuadro ideológico que muestra una sociedad compuesta por una masa de individuos iguales, cuadro que un papel progresista en las luchas por constituir el estado burgués, pero una vez instaurado, el concepto de ciudadanía [al igual que el estado al cual brinda un apoyo ideológico] sirve para mantener un status quo opresivo. Al tratar como iguales a los miembros de clases sociales que no sólo son desiguales sino incluso antagonicos, el concepto de ciudadanía oculta ese antagonismo [la lucha de clases] [...]. (*ibid.*, p. 27).

No que concerne à relação do Estado com os membros da sociedade, há enraizado no pensamento das classes dominadas uma tentativa da burguesia, de modo geral exitosa, de apresentar a administração pública fundada na busca da justiça social e da igualdade perante o promotor das políticas públicas. A compreensão de como está difundida esta ideologia traz como conceito emblemático a concepção de cidadania defendida pela teoria liberal do Estado.

Portanto, a promoção da cidadania e da igualdade social tem por base uma ideologia burguesa em que as políticas públicas formuladas pelo Estado Capitalista funcionam como mecanismos que dilui as lutas entre as classes em demandas pontuais. As raízes dessa ideologia estão fincadas no próprio processo de formação da sociedade capitalista, que teve a substituição do humanismo original do liberalismo europeu pelo individualismo burguês.

Esta aparente harmonia representa a tentativa do Estado de encobrir as lutas entre as classes. Assim, a classe dominante tenta apresentar uma sociedade sem conflitos e encobrir o caráter exploratório da sociedade burguesa, conforme argumenta Kofler (1971, p. 455-456) em sua contribuição à história da sociedade burguesa:

[...] la burguesía logro encubrir el carácter explorador de la sociedad burguesa en tal medida que pudo atreverse a hablar de la infinita armonía del orden burgués que habría de instaurarse y de la perfecta libertad personal en que se fundaría. [...] Apenas es posible explicar este milagro de otra manera que apelando a la singular estructura del capitalismo, que oscurece las relaciones sociales [...].

Netto (1996), ao analisar as transformações no Serviço Social brasileiro na fase monopolista do capitalismo mundial, reafirma a tese de Marx e Engels (1998) acerca do caráter do Estado Capitalista como “comitê executivo” da burguesia monopolista. Porém, ele também aponta a ampliação da intervenção estatal, assumindo o papel de criar condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista e sua necessidade de se legitimar politicamente, ao fazer a incorporação de outros protagonistas sócio-políticos.

“O alargamento da sua base de sustentação e legitimação sócio-políticas, mediante a generalização e a institucionalização de direitos e garantias cívicas e sociais, permite-lhe organizar um consenso que assegura o seu desempenho”. (*op. cit.*, 1996, p. 23).

Diante disso, o Estado capitalista age nos dias atuais sob inspiração do pensamento liberal-democrata, permeado pela ideologia do Estado de Direito e da democracia liberal. Uma dessas táticas é a absorção pelo Estado de demandas da classe trabalhadora, na medida em que essas reivindicações tornam-se insustentáveis se não forem atendidas. No contexto da luta entre classes, os representantes dos governos buscam afirmar aquela cidadania descrita por Kofler (*op. cit.*) e Holloway (1982) a partir de políticas públicas que garantem o acesso a leis e direitos da cidadania como, por exemplo, o direito à comunicação.

A incorporação de seus anseios às ações do Estado fundamenta o discurso da cidadania, buscando integrar esse cidadão à ordem. Essa atitude traz para as massas da população trabalhadora a sensação de unidade harmônica na sociedade.

No caso brasileiro, o Estado absorve demandas da classe trabalhadora, especialmente em períodos democráticos. A democracia liberal no Brasil está atualmente vivendo seu auge, desde o período da Redemocratização nos anos de 1980. A Constituição de 1988 é exemplar quanto a isso. Podemos apontar que a defesa dos setores dominantes da sociedade brasileira na democracia liberal representa a forma mais apropriada encontrada pela burguesia nacional para dar respaldo político à idéia de igualdade e de liberdade que caracteriza a perspectiva liberal.

Bobbio (1990, p. 154), ao participar do debate sobre a democracia direta e a democracia representativa, posiciona-se pela segunda como uma inevitável adaptação do princípio da soberania popular às necessidades dos grandes Estados. Ele ainda afirma que a consolidação da democracia representativa, a qual consideramos o nome genérico da democracia liberal, a partir das colocações de Lênin (1979), assimilou formas secundárias de democracia direta.

Para reunir argumentos, Bobbio (*op. cit.*, p. 54-55) cita o governo através de delegados, o governo de assembleias e o *referendum* como formas secundárias de democracia direta já utilizada por Estados que experimentam a democracia representativa. Em seu entendimento, a segunda e a terceira formas não podem por si sós substituir as formas da democracia do tipo representativa, “a segunda porque é aplicável apenas nas pequenas comunidades, a terceira porque é aplicável apenas em circunstâncias excepcionais e de particular relevo”.

A defesa de Bobbio (*ibid.*) quanto à democracia liberal representativa transparece a formulação adotada pela ideologia dominante na contribuição para o desenvolvimento do pensamento liberal-democrata. No entanto, ao procurar apontar limites na incorporação de forma de democracia direta nas democracias do tipo representativas, entendemos que a intenção inicial deste pensador liberal reverteu-se, pois, ao invés de apontar limites objetivos na primeira, ele levou-nos a descobrir as fragilidades da segunda.

Assim, a versão nacional do Estado Capitalista assume a igualdade em seu caráter formal definida em sua estrutura jurídico-formal. Já a liberdade funda-se na liberdade de iniciativa econômica, que delega como função primordial do Estado brasileiro a reprodução do capital e, por conseguinte, da própria sociedade capitalista brasileira.

1.2 A categoria analítica Movimento Sociais no estudo do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária

Para um entendimento mais aprofundado sobre as relações travadas entre o Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária e o Estado brasileiro na construção das políticas públicas de Rádio Comunitária, faz-se necessário apontar alguns elementos que corroborem uma das hipóteses defendida neste trabalho: as ações coletivas estudadas caracterizam-se pela categoria analítica Movimentos Sociais. Assim, seriam as ações organizadas pelas rádios comunitárias, em especial em Alagoas, expressões dos Movimentos Sociais? Que elementos nos subsidiam para uma análise rigorosa dessas ações coletivas?

Buscaremos essas respostas ao fazermos um recorte da literatura sobre essa categoria analítica, retirando alguns aspectos que possam elucidar essas questões. Entendemos que, ao esclarecer a atuação coletiva das rádios comunitárias e sua relação com o Estado brasileiro, estaremos caminhando no sentido de refazermos na teoria o desenvolvimento das relações Sociedade Política e Sociedade Civil na construção sócio-histórica do projeto e da práxis do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária.

Os Movimentos Sociais emergem com maior vigor nas pesquisas acadêmicas e na sociedade brasileiras, logo após o período de desaceleração da dominação dos governos militares pós-golpe de 1964, entre o fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Conforme nos aponta Sader (1987) na apresentação de uma obra por ele organizada, reunindo as produções brasileiras sobre Movimentos Sociais nesse período de transição à democratização no Brasil, as características assumidas pelos movimentos vêm influenciadas pelo processo social e pela política macro das relações entre o Estado e a sociedade civil no país.

A nova fisionomia dos movimentos sociais foi se construindo apoiada pelo ciclo expansionista da economia brasileira, a partir da segunda metade dos anos 60 e no transcurso dos anos 70 [do século passado] para ganhar seus contornos mais definidos já no processo de crise da ditadura. No desenvolvimento da resistência democrática, esses movimentos sociais

foram adquirindo características comuns e diferenciadas, conforme sua prática social e política. (SADER, 1987, p. 07).

Jacobi (1987) também traz importantes contribuições no entendimento dos Movimentos Sociais na época de transição à democracia no país no início dos anos de 1980. Segundo ele, a redemocratização trouxe a tensão para os movimentos brasileiros entre a inovação e a institucionalização, ou seja, entre a autonomia frente ao Estado, aos partidos políticos, aos políticos propriamente ditos e a perspectiva de negociar e interagir com o Estado.

Ao interpretar as experiências coletivas nesse período, especialmente aquelas desenvolvidas no ambiente urbano, Jacobi (*op. cit.*) aponta ainda que as expectativas quanto ao fim do autoritarismo, que marcou a relação entre os movimentos sociais e o Estado no período anterior, não foram concretizadas. Em vez da democratização da esfera política, prometida pelas lideranças da redemocratização, especialmente os setores ligados ao Partido da Mobilização Democrática Brasileira (PMDB), houve a continuidade de velhas práticas.

Diante disso, passou a existir uma participação popular enviesada, de cima para baixo. Os avanços da democratização política eram acompanhados de retrocessos que limitavam a participação da maioria dos brasileiros na construção da democracia. Assim, as ações organizadas pelos movimentos sociais, tais como ocupações de terra improdutivas pelos movimentos de trabalhadores sem-terra e de moradias desabitadas pelos movimentos de trabalhadores sem-teto, eram reprimidas com o autoritarismo típico do regime de exceção.

Sobre a dicotomia entre a autonomia e a institucionalização que marcou os movimentos sociais no referido período, Sader (1988) acredita que isto ocorreu como consequência do alargamento político da sociedade brasileira, que instituiu novas práticas políticas aos sujeitos coletivos. Dessa forma, o distanciamento da institucionalização e a busca da autonomia marcam a maioria dos movimentos da redemocratização, frutos da desconfiança no autoritarismo do Estado brasileiro.

No Brasil, muitos outros pesquisadores lançaram-se à empreitada de compreender tais movimentos da sociedade. Temos pesquisas como as de Scherer-Warren (1987), Sader (*op. cit.*), Gohn (2002), entre outros. Esta última apresenta uma vasta produção teórica e

metodológica acerca desse objeto das ciências sociais, resumida na obra *Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*.

Em seu trabalho de sistematização da teoria até então produzida, Gohn (2002, p. 13) apreende três paradigmas: um norte-americano, um europeu e, por último, um latino-americano.

O uso de um critério geográfico-espacial foi apenas um recurso pedagógico utilizado não para definir o paradigma em si, mas apenas localizá-lo diferentemente, enquanto corrente teórico-metodológica composta por teorias formuladas a partir de realidades específicas.

O primeiro paradigma definido pela autora é o norte-americano. O núcleo articulador das análises nesse paradigma é a Teoria da Ação Social e sua meta principal é a busca da compreensão dos comportamentos coletivos, por meio de um enfoque sociopsicológico. Há ainda uma ênfase na ação institucional em contraposição à não-institucional.

Nessa visão, toda a ação coletiva resultante das tensões sociais e motivadas pela ideologia parecia ser entendida como antidemocrática. Assim, passam a ser entendidas como uma ameaça para o consenso da sociedade civil.

Segundo a interpretação de Gohn (*op. cit.*), o paradigma norte-americano clássico está dividido em cinco grandes correntes teóricas: a Escola de Chicago e os interacionistas, as Teorias da Sociedade de Massa, a abordagem Sociopolítica, o comportamento político sobre a ótica do Funcionalismo e as Teorias Organizacionais-Comportamentalistas. Entre os principais nomes que têm produções teóricas nesta perspectiva estão Fromm (1941), Hoffer (1951), Lipset (1967), Heberle (1951), Parsons (1952), Turner (1969), entre outros.

Já nas teorias contemporâneas norte-americanas, Gohn (*ibid.*) destaca a Teoria de Mobilização de Recursos e a Teoria de Mobilização Política. Na primeira, os movimentos sociais são abordados como grupos de interesses. Dessa forma, são vistos como organizações e analisados sob a ótica da burocracia como em qualquer instituição, sendo a mobilização de recursos humanos, financeiros e de infra-estrutura a variável mais importante.

Já na Teoria de Mobilização Política ocorre uma reformulação da teoria da Mobilização de Recursos com a busca de novos caminhos de entendimento sobre os

movimentos sociais, segunda a autora. Agora a ênfase reside no processo político, na redescoberta da cultura e na psicologia social.

A teoria da Mobilização Política reintroduziu a psicologia social como instrumento para a compreensão dos comportamentos coletivos dos grupos sociais. Três elementos foram trabalhados: a reconceituação da figura do ator, as microrrelações sociais face a face e a busca de especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sociopolítica, com determinados significados. (GOHN, 2002, p. 73).

Quanto aos estudos europeus, a autora identifica dois paradigmas. O primeiro paradigma é o dos Novos Movimentos Sociais, representado por três correntes: a corrente francesa, sob a influência de Alain Touraine, enfatizando o acionalismo dos atores coletivos; a corrente italiana, com Alberto Melucci, dando ênfase à identidade coletiva; e a corrente alemã, de Claus Offe caracterizada pela abordagem neomarxista.

O segundo paradigma de análise dos movimentos sociais é identificado pela autora como marxista. Há uma abordagem centrada nos fatores políticos, porém com papel tão relevante quanto à economia no desenvolvimento dos processos sociais históricos.

A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltados para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e/ou opressão sociopolítica e cultural [...] As revoluções são pontos deste processo, quando há ruptura da “ordem” dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas. (*op. cit.*, 2002, p. 171).

Para Gohn (*ibid.*, p. 173), as teorias marxistas sobre os movimentos sociais não abandonaram a problemática das classes sociais. Essa teoria é ponto de reflexão acerca da origem dos militantes, os interesses do movimento e o programa ideológico que fundamenta suas ações. Portanto, na avaliação da autora, o que interessa neste paradigma é a organização e a consciência para explicar o seu desenvolvimento; daí a realidade necessita de ferramentas da racionalidade científica para ser entendida.

O paradigma marxista divide-se, quanto à fundamentação, em análises clássicas e nas análises contemporâneas neomarxistas dos movimentos sociais. Entre as fundamentações clássicas, encontramos as contribuições de Marx (1997), com destaque para a categoria marxiana Práxis Social e sua importância para o entendimento dos movimentos sociais, pois

esta categoria é elemento fundamental na transformação da sociedade e da natureza. Há ainda na obra indicações de outros marxistas e suas contribuições ao entendimento dos movimentos sociais como Lênin (1979), Rosa Luxemburgo (2003), Trotsky, Mao Tse-tung e Gramsci (1982).

Nas análises contemporâneas neomarxistas dos movimentos sociais, sobressaem-se as propostas de Castells (1974) a respeito dos movimentos sociais urbanos, além das produções de Borja (1975) e Lojkine (1981). Também são apresentadas as abordagens históricas contemporâneas no paradigma marxista, com destaque para Hobsbawm (1978), Thompson (s.d.) e Rude (s.d.). O que difere a abordagem do marxismo clássico da que é realizada pelos neomarxistas é que esta segunda faz uma releitura do marxismo ortodoxo ou, o que Tonet (2005b) chama de deslocamento das análises sociais da centralidade do trabalho para a centralidade da política.²

O terceiro paradigma proposto por Gohn (2002) é denominado por ela de latino-americano. Para a autora, a realidade concreta dos movimentos sociais que aqui surgiram possui um paradigma de lutas sociais diferenciado, se comparado com o europeu ou com o norte-americano. Outra característica apontada por ela diz respeito à forma eminentemente empírica dos estudos sobre os movimentos sociais na América Latina, em que a análise teórica dava-se especialmente sob a influência do paradigma europeu.

Os estudos ficaram mais no plano descritivo porque a visibilidade aparente dos dados que se coletavam e se registravam era o que mais se destacava, num processo muito vivo, em que os discursos dos novos atores eram supervalorizados. Havia uma base teórica que consistia mais num guia de orientações político-estratégicas para as ações futuras do que num referencial explicativo sobre o passado imediato. (*op. cit.*, 2002, p. 215).

Ainda de acordo com Gohn (*ibid.*), as produções teóricas latino-americanas sobre os movimentos sociais estavam, na maioria das vezes, permeadas por pressupostos ideológicos que derivam de matrizes político-programáticas de partidos políticos. No Brasil, isso pode ser percebido em alguns dos movimentos sociais surgidos entre os anos de 1970 e 1980. O exemplo mais ilustrativo são os movimentos operários no estado de São Paulo, em especial

² Para Tonet (2005b), a centralidade da política está representada pela visão de que a política, e especialmente o Estado e a democracia, seria o caminho mais seguro para a transição para uma sociedade de abundância e do fim da exploração do trabalho pelo capital, no caminho das reformas progressivas do ordenamento social capitalista. Ao contrário, a centralidade do trabalho é entendida como a capacidade que somente a classe trabalhadora tem de quebrar o poder político da burguesia e liderar a transformação social.

aqueles surgidos nas regiões de produção metalúrgicas, e que tiveram grande papel na formação do Partido dos Trabalhadores (PT).

Quanto à perspectiva de abordagem teórica, essa autora identifica que inicialmente as formulações ocorriam sob influência do marxismo. Para ela, isso se explica, porque este era um paradigma extremamente presente nos meios acadêmicos da época.

Uma situação interessante apontada pela autora diz respeito ao que ela qualifica como uma grande confusão entre a realidade dos fatos e a teorização da realidade. Uma considerável parte dos cientistas sociais que estavam pesquisando os movimentos sociais nos anos de 1970 estava engajada em lutas sociais concretas. Portanto, era difícil teorizar e delimitar as tarefas necessárias na luta social do cotidiano ao mesmo tempo, pois estas terminavam por serem confundidas.

Este fato pode ser percebido também na obra *Rádios Livres: a reforma agrária no ar* (MACHADO ET AL., 1987), publicada inicialmente em 1985. Seus autores eram militantes do Movimento de Rádios Livres no Brasil e, por conta disso, é nítida a falta de reflexão sobre o movimento, chegando até em algumas partes a serem idealistas. Com isso, percebemos que esta obra é mais um relato histórico, do que uma produção cujo foco consistia em refletir sobre as Rádios Livres no país.

Gohn (2002) afirma também que a abordagem marxista foi sendo substituída pela perspectiva dos Novos Movimentos Sociais durante o transcorrer dos anos de 1980. A explicação dada pela autora tem a ver com a derrocada da experiência do socialismo, dito “real”, na então União Soviética.

Ela apresenta ainda uma conceituação própria para a categoria analítica Movimentos Sociais:

Movimentos sociais são ações sóciopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciadas pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. [...] Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-

culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (GOHN, 2002, p. 251-252).

No estudo do conceito de Movimentos Sociais da autora, identificamos a influência das análises dos Novos Movimentos Sociais e sua descrença no antagonismo entre as classes sociais que agem no interior da sociedade capitalista. Ao indicar que os Movimentos Sociais podem ser formados por diferentes classes sociais, parece-nos que a única identidade que os funda tem base numa identidade culturalista, ou seja, montado sobre a identidade cultural desses sujeitos, sem que haja qualquer referência ao lugar que eles ocupam na esfera da produção.

Mas, como se aplica esse modelo metodológico ao Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária? Os setores organizados do capital nacional e internacional construíram seus meios de comunicação como suporte para a sociedade capitalista no Brasil. Diante disso, os movimentos populares de trabalhadores no país, apreendendo a problemática da concentração de mídia, lançaram-se na construção de experiências de comunicação próprias. Portanto, não podemos inferir que ocorrerá uma aliança entre as classes sociais no país, quanto essa questão.

No entanto, alguns aspectos da formulação da autora parecem-nos mais adequados no estudo dos Movimentos Sociais. Isso ocorre especialmente quando Gohn (*op. cit.*) aponta as ações destes movimentos emergindo a partir de interesses comuns. No entanto, percebemos que esses interesses estão permeados consciente ou inconsciente pela questão de classe social, diferente da colocação da autora.

Outro ponto que também nos parece contribuir para o entendimento do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária é quando Gohn (*ibid.*) delimita que os Movimentos Sociais possuem base de suporte em entidades e organizações da sociedade civil. No caso em análise, isso se deu com a criação da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO) e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), mas esse componente da análise não pode ser aplicado de forma genérica. Vemos esse processo de institucionalização, mas como uma opção estratégica do movimento social, do que como uma regra geral.

Gohn (2002) também apresenta em suas formulações acerca de uma proposta metodológica para análise dos Movimentos Sociais alguns elementos e categorias básicas que ela entende serem um caminho para o entendimento deste objeto. Entre elas destacam-se as demandas e os repertórios de ação coletiva, a composição do Movimento Social, o princípio articulador interno, a força social, a ideologia, a cultura política, a organização, as práticas, o projeto sociopolítico ou cultural, a identidade dos movimentos, os cenários sociopolíticos, os opositores, suas conquistas e derrotas.

Ela ainda aponta algumas categorias teóricas que, ao seu ver, são importantes nas análises dos Movimentos Sociais na América Latina. Dentre essas, destacamos as categorias Participação, Experiência, Direitos, Cidadania, Exclusão Social e Identidade Coletiva.

Scherer-Warren (1987, p. 16) também apresenta elementos componentes dos Movimentos Sociais, que podem contribuir para seu entendimento. Para esta autora, há a necessidade de compreender a Práxis do Movimento e seu Projeto.

Se a noção de Práxis se refere à natureza da ação do movimento, dos meios para determinado fim, pela noção de projeto entendemos a determinação de um ‘fim’ para o movimento, ou seja, as metas, os objetivos, as utopias na produção transformadora social.

Ela aponta ainda outros componentes dos Movimentos Sociais, como a Ideologia, ou seja, os princípios valorativos, as manifestações culturais e as representações de caráter classistas que agem no sentido de orientar a práxis do grupo e seu projeto de movimento. Scherer-Warren (*op. ct.*, p. 18) também define Direção e Organização; por meio disso, procurou distinguir entre o “basismo”, a postura no interior de um movimento social que tenta reduzir a necessidade de lideranças intelectuais, políticas ou de outras formas, procurando uma participação de todos os membros, e um “vanguardismo”, que seria a defesa da necessidade dessas lideranças.

Definirei, assim, Movimentos Sociais como uma ação grupal para transformação (a práxis) voltando para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (*ibid.*, p. 20).

Diante das colocações acima, percebemos uma melhor consistência em suas formulações. A partir dessa autora, podemos identificar os componentes no Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária e em sua versão local, devido à reprodução dos componentes nacionais, que nos autorizam a caracterizá-lo como um Movimento Social.

A práxis do movimento em análise reside na transformação da realidade atual dos meios de comunicação no Brasil, de modo geral, e em Alagoas, de maneira específica, diante da concentração da propriedade desses meios sob o controle do capital. Para tanto, executa ações que visam à disseminação dos meios de comunicação popular, especialmente as rádios comunitárias.

O projeto que identificamos, a partir do estudo bibliográfico, da análise documental e da pesquisa de campo, é a quebra da dominação dos meios de comunicação de massa na sociedade brasileira. Em última instância, o objetivo é a afirmação da classe trabalhadora como produtora de informação e não apenas como consumidora. Esse projeto ficou historicamente definido como a democratização da comunicação.

Ainda identificamos a ideologia que orienta, muitas vezes de forma inconsciente, o Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária. Seus princípios valorativos ligam-se a sua condição na esfera da produção material e espiritual de dominação do trabalho pelo capital. Assim, as lideranças MBRC apreendem esse antagonismo de classes no país a partir de suas experiências de comunicação.

Quanto à Direção e Organização, o movimento em análise possui traços de “basismo” e “vanguardismo”. O “basismo” está presente na forma como surge esse movimento nas bases, ou seja, nas comunidades. É das comunidades que as Rádios Comunitárias, por exemplo, vão organizar-se e, possivelmente, logo em seguida, articular-se com outras emissoras no movimento social. O “vanguardismo” fica mais claro na forma como, a partir da articulação, é dirigido o movimento. Identificamos que desde seu surgimento no final dos anos de 1990 até as grandes mobilizações, houve a figura do líder ou dirigente.

Assim, a disseminação dos meios de comunicação popular – sua práxis –, a afirmação da classe trabalhadora como produtora de informação e não apenas como consumidora a partir da democratização da comunicação – seu projeto –, a apreensão do

antagonismo de classes no país a partir de suas experiências de comunicação – a ideologia – e sua articulação inicial pelas bases e, de modo geral, por vanguardas intelectuais ou políticas – a direção e organização –, são os componentes da categoria analítica Movimentos Sociais que estão presentes no Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária.

1.3 Políticas Públicas no Brasil: conquista ou engodo para os Movimentos Sociais da classe trabalhadora?

O entendimento da atuação do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária certamente passa pela compreensão das relações entre o Estado e Movimentos Sociais. Mostra-se também imprescindível entender a forma assumida pelas políticas públicas do Estado Capitalista e sua relação com os movimentos sociais da classe trabalhadora.

Para tanto, apresentaremos uma breve exposição de alguns elementos que consideramos introdutórios para o debate que se seguirá acerca das políticas públicas de comunicação, especialmente das políticas de comunicação comunitária no Brasil. Esses pressupostos nos auxiliarão a desvendar a concretude da realidade social em que estão inseridas as rádios comunitárias no país.

Coimbra *apud* Behring (2000, p. 31) apresenta duas hipóteses para abordagem sobre políticas públicas e sociais: a primeira, a hipótese do engodo, em que as políticas são consideradas resquícios da acumulação e servem como cooptação política dos trabalhadores; e a segunda, a hipótese da conquista, em que elas são concebidas como conquistas da classe trabalhadora, pela pressão que exercem sobre o Estado capitalista.

Percebemos que a interpretação apresentada por Coimbra, citado por Behring (*op. cit.*), possui um entendimento dicotomizada da realidade social, que é resumida a duas visões opostos e excludentes. Ao nosso ver, as duas hipóteses desse autor não dão conta de explicar a realidade das políticas sociais brasileira, pois resumem a interpretação desse objeto e vela a riqueza de fatores que podem agir sobre elas.

No entanto, a interpretação de Behring (*ibid.*, p. 31) acerca das políticas públicas e sociais é que estas devem ser compreendidas como fenômenos sociais, como síntese de múltiplos determinantes, em que para sua análise deve-se atender a uma “leitura abrangente e totalizadora, no sentido de reconstruir no pensamento os processos que delineiam um

determinado fenômeno social, seja ele um movimento social, um padrão de proteção social, uma formação social [...]”.

Netto (1996, p. 29) ratifica essa posição ao indicar a complexidade necessária para caracterizar as políticas públicas e sociais. Para o autor:

[...] são resultantes extremamente complexas de um complicado jogo em que protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos. A diferenciação no seio da burguesia, os cortes no conjunto dos trabalhadores e as próprias fissuras no aparelho do Estado [...] tornam a formulação de políticas sociais processos que estão muito distanciados de uma pura conexão causal entre protagonistas, os seus interesses e as suas estratégias.

Logo, colocá-las apenas como concessões da classe dominante ou tão somente como conquistas da classe trabalhadora é limitar o entendimento da realidade social em sua totalidade. Devemos agir no sentido de compreender a complexidade da realidade social, o que nos alerta para interpretações apressadas e mecanicistas.

Diante do exposto, as políticas públicas e sociais do Estado Capitalista definem-se no processo histórico de luta de classes entre a classe dominante, representada especialmente pelo grande capital, e a classe subalterna, o conjunto da classe trabalhadora³. Como define Holloway (1982, p. 16), “[...] a administração [pública] é, sobretudo, um processo de redefinição da luta de classes nos termos das demandas dos cidadãos e de apropriação das respostas a estas demandas”.

Por conseguinte, a atuação dos movimentos sociais da classe trabalhadora, especialmente no movimento estudado nesta pesquisa, ocorre no processo de luta de classes, em que as demandas por comunicação mediática são objeto de disputa por protagonistas sociopolíticos de classes antagônicas. Isso ocorre, pois a comunicação, em especial a comunicação mediada por meios eletrônicos, neste caso o Rádio, representa na sociedade capitalista atual uma das formas mais aprimoradas de dominação ideológica e manutenção do *status quo* da classe dominante no país.

Desse modo, o Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária, impulsionado por uma ideologia que apreende as contradições da sociedade brasileira no campo das

³ Cf. na introdução deste trabalho o conceito de classe trabalhadora adotado nesta investigação, que parte de Marx (1997) e recebe a interpretação contemporânea de Antunes (1998; 1999; 2000).

comunicações, direciona sua práxis a um projeto de contestação ao atual ordenamento do setor no Brasil. Esse movimento também é direcionado contra as novas formas de dominação da classe trabalhadora, mediadas por aparatos tecnológicos, e seu sentido somente pode ser entendido, quando analisamos social e historicamente a construção das políticas públicas como fator que cliva esse processo entre Estado, Movimentos Sociais e políticas públicas.

Ammann (1991, p. 17) faz colocações acerca dos movimentos sociais populares que, ao nosso ver, corroboram a investigação a respeito da relação entre estas ações coletivas e o Estado brasileiro na construção das políticas públicas. Para essa autora, os movimentos sociais caracterizam-se pela contestação e pelo protesto.

Todo Movimento Social carrega o germe da insatisfação, do protesto contra relações sociais que redundam em situações indesejáveis para um grupo ou para a sociedade, sejam elas presentes ou futuras. Os camponeses protestam contra a falta de terra para trabalhar (situação presente); os grandes proprietários rurais protestam contra o projeto de reforma agrária, que ameaça desapropriar suas fazendas (situação futura).

Assim, a contribuição da autora acima ocorre no sentido de delimitar a atuação dos Movimentos Sociais. Não se pode entendê-los somente como ações organizadas em resposta a uma demanda presente. As ações organizadas também se situam contestando um projeto ainda a ser implantado.

Em relação ao Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária, o que apreendemos é que suas ações parecem direcionar-se a contestação de uma situação presente, neste caso o atual ordenamento das comunicações no Brasil. Em última instância, esse ordenamento é determinado pelas políticas públicas de comunicação.

Ammann (*op. cit.*), ao estudar a política de habitação e os movimentos sociais populares que lutavam por moradia na região Centro-Oeste do Brasil, descreve como se dava a presença da sociedade política frente a essas ações coletivas no seio da sociedade civil. Segundo essa autora, o Estado fez-se presente essencialmente: de um lado, era uma força de controle, que agia no atendimento das demandas desses movimentos sociais da classe trabalhadora, e, por outro, atuava como força repressiva que limita os movimentos contestatórios e reivindicatórios dos trabalhadores por ela estudados.

Em todos os casos, o que observamos é a presença do Estado no cotidiano das classes populares, seu controle e a sua repressão, no sentido de garantir as condições para a realização da acumulação ampliada que, no caso em foco, se materializa pelo uso do solo urbano enquanto mercadoria. (AMMANN, 1991, p. 120),

Esse entendimento nos possibilita desvendar a atuação do Estado brasileiro junto às políticas públicas de comunicação. No caso do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária, percebemos os dois momentos da presença do Estado apontados por Ammann (*op. cit.*): inicialmente a repressão, desde as Rádios Livres entre os anos de 1970 e 1980, até os dias atuais com as Rádios Comunitárias que funcionam sem autorização; e o controle, a partir de uma legislação nos anos de 1990, que dificulta o acesso às políticas públicas de comunicação comunitária.

Dessa forma, este trabalho inclui-se na perspectiva de caracterizar as políticas públicas enquanto processo historicamente construído numa relação de totalidade e inserido no contexto de lutas de classe. Uma análise da inserção da RadCom na política de comunicação comunitária do Brasil pode evidenciar o resultado da apreensão das demandas por comunicação da classe trabalhadora. Daí, a necessidade de prosseguirmos fazendo uma breve recuperação das políticas públicas no país, para em seguida compreender a inserção da Rádio Comunitária na política de comunicação do Estado brasileiro.

2 Das Rádios Livres às Rádios Comunitárias: a construção sócio-histórica do Projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária

2.1 Rádio comunitária, para quem?

A partir do problema que inspira este estudo acerca das ações organizadas pelas rádios comunitárias de Alagoas diante do projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária (MBRC), julgamos importante responder preliminarmente um questionamento sobre esses meios de comunicação popular: Rádio Comunitária, para quem?

Acreditamos que entender o significado sócio-histórico do conceito de Rádio Comunitária, a partir dos termos que participam de sua formação - Rádio e Comunidade -, é o caminho adequado para introduzir o debate acerca do projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária. Para isso, retomaremos a chegada do rádio ao Brasil, passando pela análise das determinações ideológicas que agem sobre o conceito de Comunidade, a partir da literatura do Serviço Social. O objetivo é investigar a funcionalidade dessas emissoras, da maneira como se encontram na sociedade capitalista brasileira, visando responder a que e/ou a quem se destinam essas emissoras.

Historicamente, o rádio tem sido um dos meios de comunicação que mais intensamente experimentou o maior processo de massificação entre os meios eletrônicos. Os núcleos residenciais, desde as camadas assalariadas mais baixas até as frações mais especializadas do trabalho intelectual da classe trabalhadora, passando pelos estratos pequenos e médios, até os representantes do mais alto comando do capital, todos dispõem de algum nível de interação com este meio de comunicação, mesmo em nível mais tímido. Essa massificação é reforçada pela alta mobilidade deste meio.

Os primeiros passos do rádio foram dados entre os anos de 1850 e 1900 proporcionados pelo desenvolvimento da telegrafia por fio, da telegrafia sem fio e da radiocomunicação em geral. Segundo Federico (1982), a localização precisa da invenção do rádio, pelo menos de forma oficial, ocorreu com físico italiano Guglielmo Marconi, em 1896, embora existam pesquisas sobre a radiodifusão no Brasil que atribuem ao Padre Landell de Moura a primeira transmissão no estado do Rio Grande do Sul em 1883. Assim, Marconi avançou nas pesquisas sobre a teoria de que as ondas magnéticas que vibrassem no ar poderiam gerar sons. Esta hipótese já havia sido estudada por cientistas como o físico alemão Heinrich Rudolf Hertz, quando demonstrou a existência da radiação eletromagnética.

Dez anos depois, em 1906, com o norte-americano Lee Forest e o canadense Reginald Audrey Fessenden, ocorre a primeira transmissão radiofônica do mundo nos Estados Unidos da América. Com a criação por Forest da válvula de três pólos (tríodo), que permite a utilização das ondas eletromagnéticas para propagar informações sonoras, e usando um microfone construído por eles mesmos, os pesquisadores canadense e americano conseguiram transmitir suas vozes e o som de um disco de fonógrafo.

O processo de invenção do rádio aconteceu de forma gradativa aos avanços científicos e tecnológicos. As invenções do telefone, por Alexander Graham Bell ou Antonio Meucci, o fonógrafo por Thomas Edison, o microfone em 1877, por Émile Berliner, o circuito elétrico sintonizado em 1897, por Oliver Lodge, e as próprias ondas de rádio em 1887, por Heinrich Rudolph Hertz, prepararam o terreno que possibilitou a criação de um novo meio de comunicação. Como os demais avanços técnico-científicos da humanidade, este foi incorporado pelo modo de produção capitalista.

Em comparação com os demais meios de comunicação eletrônica, a exemplo da televisão, o rádio ocupa um lugar especial como instrumento de veiculação da informação na sociedade capitalista atual. Sua penetração no cotidiano do ser social que vive do trabalho eleva-o a instrumento de aperfeiçoamento da sociabilidade e o coloca como integrante do núcleo doméstico.

No Brasil, país que desde cedo experimentou a radiodifusão como meio de comunicação, a penetração do rádio nas residências é extremamente marcante. Este meio eletrônico aparece nas casas dos brasileiros como um dos veículos de comunicação mais presentes em seu dia-a-dia, seja em áreas urbanas ou rurais.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD)⁴ de 2005, referente aos dados nacionais, a diferença entre o número de domicílios com aparelho de rádio e de televisão é bem pequena. Em um total de 53.052.621 domicílios pesquisados, 46.698.262 domicílios possuíam um aparelho de rádio, enquanto em 48.476.947 domicílios existia a presença de um aparelho de televisão. (BRASIL, IBGE, 2005). Isso significa dizer que o Rádio, como um meio de comunicação, está presente em aproximadamente 88% dos domicílios brasileiro. Sem mencionar sua presença nos mais diversos locais como, por exemplo, nos automóveis ou no trabalho proporcionada pela mobilidade deste aparelho.

Historicamente, o rádio passou a ser o meio de comunicação da classe trabalhadora, especialmente nas camadas assalariadas mais baixas. O que impulsionou este fato foi que esse veículo de comunicação possui baixo custo tanto na produção quanto no consumo, se comparado a outros, como a televisão. Essas características fizeram do rádio um meio popular de comunicação.

O rádio surgiu no Brasil na década de 1920 do século passado como meio de comunicação da elite. Era bem distante do que acontece hoje, pois no início era inacessível às massas, dirigindo-se a quem tivesse poder aquisitivo para mandar buscar no exterior os aparelhos receptores, na época muito caros.

A partir da década de 30 do século passado, a passagem de meio cultural para comercial muda a linha seguida pelas emissoras radiofônicas. “A introdução de mensagens comerciais transfigura imediatamente o rádio: o que era ‘erudito’, ‘educativo’, ‘cultural’ passa a transforma-se em ‘popular’, voltado ao lazer e à diversão”. (ORTRIWANO, 1985, p. 15).

Dessa forma, o desenvolvimento técnico-científico proporcionou ao aparelho de Rádio e à radiodifusão, já incorporados pelo capitalismo, tornarem-se meios de consumo de massa. No Brasil da “Era Vargas”, a classe dominante percebeu seus potenciais tanto comercial como político. O exemplo vem do então presidente Getúlio Vargas, que

⁴ A PNAD é aplicada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 1967 e “tem como finalidade a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País”. (IBGE, PNAD, 2005). A partir de 1988, a pesquisa incorporou a investigação sobre a existência de aparelhos de rádio e televisão nos domicílios de particulares permanentes. Diante da conceituação das características investigadas definidas pelo IBGE, define-se domicílios de particulares permanentes como: domicílio é o local de moradia, estruturalmente separado e independente, constituído por um ou mais cômodos; particulares, quando destinados à habitação de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, cujo relacionamento fosse ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência; e permanente para o domicílio localizado em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia.

instrumentalizou a Rádio Nacional do Rio de Janeiro para atingir as massas de trabalhadores, visando à manutenção da dominação.

Para que possamos delimitar a funcionalidade da Rádio Comunitária na sociedade capitalista brasileira, também nos parece importante recorrer à literatura do Serviço Social, para compreendermos algumas determinações ideológicas que agem sobre o conceito de Comunidade inscrito na legislação de Rádios Comunitárias e presente no Movimento de Radiodifusão Comunitária, tanto local, quanto nacional. Isso objetiva desvelar o significado deste termo, agora encoberto pelo idealismo de se fazer radiodifusão comunitária.

Assim está definido o conceito de RadCom no Código de Ética das Rádios Comunitárias da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária - Nacional (ABRAÇO):

[...] 4. As entidades emissoras de radiodifusão comunitária devem pertencer à entidade de caráter cultural e comunitário, sem fins lucrativos, constituídas, prioritária e preponderantemente, por organizações e movimentos formais e não-formais sendo controladas por conselhos comunitários em que diversos setores da comunidade estejam representados. (ABRAÇO - Nacional: 2006).

O Código descreve em seu conteúdo uma série de outras características a serem cumpridas pelas emissoras que assumem o papel de Rádio Comunitária. Ocorre a menção ao compromisso dessas emissoras em apoiar e difundir a produção cultural das comunidades em que estão inscritas.

Outra orientação presente no Código de Ética das Rádios Comunitárias é manter uma grade de programação variada. Isto significa que as RadCom devem garantir o debate das idéias e o acesso das entidades, movimentos e pessoas da comunidade, para apresentarem reivindicações, sugestões, denúncias de violações de direitos e posicionamentos, mesmo que diferente das posições dos dirigentes da emissora.

O Estatuto da ABRAÇO Nacional ressalta que a principal característica destas entidades de caráter comunitário deve ser sua atuação sem fins lucrativos. Essa característica aparece repetidas vezes no documento, porém a definição de Rádio Comunitária não está exposta de forma direta. (ABRAÇO – Nacional: 2006b)

Da mesma forma, a legislação de Radiodifusão Comunitária expressa em diversos momentos a categoria Comunidade, especialmente, quando se refere ao alcance do sinal da

RadCom. “Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila”. (BRASIL, Ministério das Comunicações. Lei N.º 9.612 de 1998).

Logo, entendemos que o Serviço Social pode nos dar subsídios para a apreensão do conceito de Comunidade. Para isso, travaremos um debate entre três produções teóricas que versam sobre o tema em questão, dentro da produção do Serviço Social acerca do Desenvolvimento de Comunidade⁵, a saber: Arcoverde (1985), Ammann (1982) e Wanderley (1993). Privilegiamos as colocações da primeira por entendê-las como mais próximas aos objetivos de nossa investigação.

De forma geral, tem-se atribuído muitas interpretações ao conceito de Comunidade no Brasil, especialmente no período em que as políticas públicas comunitárias eram foco de atuação do Estado durante o regime ditatorial burguês-militar após o golpe de 1964. Os desencontros quanto a uma conceituação clara desta categoria instigaram diversos pesquisadores a desvendar seu significado real como forma de entender as políticas desenvolvidas e apreender as múltiplas determinações da aplicação do conceito em voga. Salientamos que as autoras anteriormente citadas representam parte deste movimento.

Arcoverde (*op. cit.*, p. 136) nos aponta algumas dificuldades por ela encontradas no início de seu trabalho acerca do conceito de Comunidade. Segundo ela, as limitações teóricas relacionadas à delimitação de comunidade e as limitações práticas na formação de objetivos e forma de ação frente à realidade social representam os principais obstáculos identificados em seu estudo.

O ponto de partida da investigação da referida autora deu-se a partir das incoerências refletidas na prática. A autora identifica tanto no Serviço Social quanto na realidade social o que ela considera uma crítica insuficiente aos elementos articuladores do conceito de Comunidade. Ela também aponta a diversidade de conotações e a quebra entre o conceito adotado pelo Serviço Social e o discurso teórico-metodológico do trabalho social. Assim, há a prática desconectada da produção teórica. (*ibid.*, p. 137).

⁵ O objeto Desenvolvimento de Comunidade, tal qual é descrito na literatura, esteve presente na produção teórica e na prática do Serviço Social brasileiro desde que os Assistentes Sociais foram chamados pelos Organismos Internacionais, a exemplo da ONU e da OEA, a desempenhar o trabalho técnico de divulgar e impulsionar esses programas no continente americano, conforme aponta Ammann (*op. cit.*). Assim, o Serviço Social brasileiro possui uma vasta gama de publicações que poderão clarificar o conhecimento do leitor sobre o objeto em questão.

A autora discute também o próprio processo de construção do conhecimento do Serviço Social. Em seus questionamentos, coloca a ambigüidade como marca da teorização do Serviço Social, identificada por sua inconsistência e apoio em representações comuns. Sua tese aqui é que a reflexão desta área do conhecimento não reflete a realidade, seja do ponto de vista histórico e/ou lógico. E isso se aplicada à definição do conceito de Comunidade.

Arcoverde (1985) demonstra que o pensamento sobre Comunidade experimentou, em alguns momentos, uma perspectiva que se contrapunha à sociedade, numa perspectiva de estrutura. Eram distinguidas pela presença de certas relações sociais, como as de família, vicinais e de convivência comunitária. Estas relações eram desenvolvidas pelo senso de pertencer à comunidade.

Com o desenvolvimento da sociedade capitalista, com a distribuição populacional afastada dos locais de trabalho e o progresso técnico-científico dos meios de comunicação, dentre outros fatores, a organização social passou a ser interpretada a partir de interesses e necessidades das pessoas diante dos novos agrupamentos sociais. Partindo daí, passou-se para uma interpretação a partir de uma perspectiva de processo, compreendida pelo modo como os seres humanos interagem.

Tal perspectiva tem por base a idéia de interação e união de todos, em que o processo de socialização e seu caráter psicológico realimentam a coesão e a homogeneidade. O entendimento que se tinha era da comunidade vista como área geográfica. “A comunidade local é vista como o nexo de interação funcional. Desenvolve-se, então, a comunidade funcional, destinada a exercer o controle social”. (*op. cit.*, p. 140).

Especialmente na primeira metade do século passado, destacam-se as colocações da chamada Escola de Chicago⁶. Os pesquisadores desta vertente sociológica identificaram núcleos populacionais com características bastante homogêneas semelhantes às relações primárias. A partir daí, eles passaram a teorizar sobre essas populações, conceituando-as como Comunidade. Surge, neste momento, o mito da comunidade com a valorização da vida comunitária urbana. “Enfatizava-se, assim, a integração, resultante da área geográfica comum, proximidade espacial, laços de vizinhança, homogeneidade cultural e identidade de interesses”. (*ibid.*, p. 140).

⁶ A Escola de Chicago é um conjunto de teorias sociológicas cujo principal tema são os grandes centros urbanos e que se desenvolveu na cidade norte-americana de Chicago.

O conceito de Comunidade da Escola de Chicago tornou-se base, aproximadamente nos anos de 1970, para o planejamento e a execução de programas comunitários estatais para as populações de baixa renda, especialmente nos então chamados países de terceiro mundo. Partia-se de uma realidade homogênea, desprovida de conflitualidade e baseada em interesses integracionistas. O papel das políticas públicas era acentuar esse viés padronizante do ser social em benefício dessa visão, desconsiderando a concretude da realidade social. Entretanto Arcoverde (1985, p. 142) rebate essa perspectiva anticlassista:

Na realidade social, a convivência dos indivíduos ocorre em meio a um complexo sistema de relações sociais (de produção, político-jurídicas, ideológicas) geradas e articuladas pelo modo de produção e em função de necessidades. Todavia, é fundamental a *relação de posse* dos meios de produção na origem da divisão de classes e, conseqüentemente, no estabelecimento de uma subordinação estrutural do trabalho ao capital. As classes geradas e articuladas por essa propriedade privada são antagônicas, embora formem um só conjunto – o todo orgânico da sociedade. Se apóiam e se reproduzem (sic) em conjunto, não podendo ser pensadas isoladamente.

Wanderley (1993) levanta apontamentos interessantes que nos dão subsídios para compreender o significado da concepção de Comunidade instalada nos programas governamentais brasileiros. Ao empreender uma pesquisa sobre a produção do Serviço Social no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, a respeito do Desenvolvimento de Comunidade, a autora ratifica a presença determinante do pensamento estrutural-funcionalismo da sociologia americana, que somente mais tarde passaria a co-existir com outras influências de matrizes filosóficas do pensamento contemporâneo.

Para Wanderley (*op. cit.*, p. 75), a palavra-chave dessa perspectiva é integração e suas categorias básicas eram a participação comunitária e a mudança planejada. Sua íntima relação com o Estado explica, em partes, o atual enraizamento dessa concepção de comunidade nas políticas públicas.

Tendo nascido como estratégia governamental para o desenvolvimento, o desenvolvimento de comunidade tem necessariamente como um dos seus agentes o Estado, cuja ação se dá através de programas que expressam políticas governamentais. É esta concepção que predomina naquelas obras que trabalham o desenvolvimento de comunidade como tal e nas suas relações com o desenvolvimento global.

É a partir do exposto acima que pretendemos apontar o sentido de Comunidade colocado no termo Rádio Comunitária. O viés integracionista é a base desta conceituação. Semelhante ao uso do termo nos programas governamentais, é exposto aqui o sentido de envolvimento da comunidade no processo de desenvolvimento contemplado na época.

Ainda sobre a compreensão por parte do Serviço Social do conceito de Comunidade, Arcoverde (1985) aponta duas tendências epistemológicas no plano da literatura empreendidas no arcabouço teórico-metodológico desta área profissional e que, para efeito deste trabalho, são bem esclarecedoras. A primeira determina o conceito de Comunidade como questão antropológica e sistema social, com uma nítida orientação funcionalista e empirista calcada na noção de estrutura.

No que diz respeito à segunda concepção, esta parte da Comunidade como ação coletiva com base numa orientação histórico-estrutural. Para essa visão, a sociedade é uma totalidade contraditória e defende a formação de uma consciência social como potencial negador e impulsionador da transformação social.

Apropriando-se do caminho seguido por esse debate na obra de Arcoverde (*op. cit.*), chegamos a um ponto da discussão sobre o conceito de Comunidade que vem esclarecer aos questionamentos deste trabalho. Pelo trajeto trilhado até aqui, sentimo-nos autorizados a expor sobre a concretude da Comunidade a que se refere o termo na nomenclatura Rádio Comunitária, como pressuposto para uma qualificação inicial sobre a funcionalidade das RadCom na sociedade capitalista brasileira.

Claramente, salta a esta análise o viés estruturalista, que restringe a noção do coletivo expresso no termo. Fazendo-se desconhecer as contraditoriedades que marcam a realidade social das relações entre os seres sociais, a intenção final velada no termo é a da estruturação de um grupo populacional em torno de uma limitação simplesmente geográfica. Ali, esses seres sociais devem produzir e se reproduzir socialmente, material e espiritualmente.

O limite da realização fica restrito ao limite da existência do conceito de Comunidade embutido na lei que regula a radiodifusão comunitária no Brasil. Portanto, a visão de Comunidade, pelo que visualizamos nas linhas da Lei 9.612/ 98, não rompeu com a visão sistêmica dos agrupamentos sociais típicos dos últimos cinquenta anos.

Vemos na legislação e na prática do Estado brasileiro algo semelhante ao que é identificado por Ammann (1982), quando de sua investigação acerca da gênese e posterior supervalorização dos programas governamentais de Desenvolvimento de Comunidade no Brasil, especialmente pós-golpe militar de 1964.

Para Ammann (*op. cit.*, p. 197), esses programas, a exemplo dos projetos de mutirão para construção de habitações populares, servem como meio de forjar uma falsa participação da classe trabalhadora, ao passo que “contribuem para a exploração da força de trabalho, tanto se vinculando diretamente ao momento do processo produtivo, quanto indiretamente, ao âmbito da vida familiar”. Neste caso, o processo de produção espiritual, nos termos marxianos é similar à produção material e participa da validação da sociabilidade burguesa.

O que a política de comunicação comunitária do Estado Capitalista brasileiro faz é tão somente forjar uma pseudo-sensação de participação da classe trabalhadora na produção de informações e meios de comunicação. Similar ao que é identificado na obra de Ammann (*ibid.*) na esfera da reprodução do trabalho, as políticas de comunicação comunitária estatais servem como elemento de elevação da dominação da classe que somente tem a força de trabalho.

Essa elevação da dominação ocorre porque, além de se aplicar diretamente exploração da força de trabalho para extração da mais-valia, estende-se à dominação no campo das idéias. Dessa forma, reproduzi-se a sociedade capitalista em sua raiz: a exploração do trabalho pelo capital.

A partir do modelo atual desenvolvido no Brasil, pode-se afirmar que as rádios comunitárias são políticas públicas para este fim: reprodução da sociedade capitalista material e espiritualmente. A reprodução material dá-se no ato de reprodução da força de trabalho, ao identificar as carências básicas, por meio da livre expressão defendida nessas emissoras, e da articulação do Estado em responder a essas demandas. Isto ocorre tão somente com o princípio de reproduzir o trabalhador em suas carências básicas com vistas à obtenção de força de trabalho integrada ao sistema de exploração para reprodução do capital.

Já a reprodução espiritual da sociedade capitalista, nos termos marxianos, acontece na programação, na forma de organização e, também, na atuação da comunidade dentro

dessas emissoras. Semelhante a um processo de mutirão, a própria comunidade participa do processo de montagem da emissora e de produção de informação.

No entanto, os membros da comunidade não percebem que a comunicação que produzem está sendo parte desse processo de dominação da sociedade do capital sobre o trabalho. Mas como isso se dá? A produção espiritual da sociedade capitalista é a reprodução da ideologia dominante. Ao passo que reproduzimos essa ideologia reproduzimos a dominação social.

Na obra *A Ideologia Alemã*, seus autores trazem importantes considerações sobre o processo como a classe dominante mantém seu controle no campo das idéias. Vejamos essas considerações:

A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. (MARX; ENGELS, 1991, p. 72).

Assim, a esfera da comunicação, que trabalha a distribuição das idéias produzidas na sociedade, é campo especial onde também se processa a luta de classes. Similar ao que se dá na esfera da produção material, a esfera da produção espiritual, nos termos de Marx e Engels (*op. cit.*), traz a contradição entre o capital e o conjunto da classe trabalhadora. Uma classe que não possui os meios de produção material também é afastada das condições de produção espiritual.

O desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, e da própria cultura de massa, acompanha o desenvolvimento do sistema capitalista na sociedade contemporânea. A comunicação de massa passou a ser o suporte que camufla contradições e antagonismos. É a indústria da consciência, que controla e reproduz a ideologia da burguesia, corroborando a construção e manutenção da dominação de uma classe sobre outra.

Com o desenvolvimento dos meios eletrônicos, a indústria da consciência converteu-se em marca-passos do desenvolvimento sócio-econômico na sociedade pós-industrial. Infiltra-se em todos os demais setores da produção, assume cada vez mais funções de comando e de controle e determina a norma da tecnologia dominante. (ENZENSBERGER, 1978, p. 43).

O filósofo alemão Hans Magnus Enzensberger (1978) trouxe importantes contribuições ao apontar o caminho que o crescimento da Comunicação e da Cultura de Massa estava trilhando em conjunto com o desenvolvimento da sociedade capitalista e da sua presença na reprodução social da classe trabalhadora, ainda na segunda metade do século XX. Ele consegue uma caracterização bem delimitada dos *mass media*, apresentada sob o prisma da dominação da indústria da consciência:

Não permitem qualquer influência recíproca entre emissor e receptor; do ponto de vista técnico, reduzem o *feedback* ao nível mínimo possível. Todavia, esse estado de coisas não se pode justificar do ponto de vista técnico. Muito pelo contrário, pois a técnica eletrônica não conhece contradição essencial entre emissor e receptor. Qualquer rádio transitorizado também é, pela natureza de sua construção, uma emissora em potencial, uma vez que através de realimentação, pode atuar sobre outros receptores. A transformação de um mero meio de distribuição num meio de comunicação não oferece qualquer problema de natureza técnica. Essa transformação se evita conscientemente, justificada pelas boas razões de uma má política. [...]. (*op. cit.*, p. 45).

Partindo-se do pressuposto de que a comunicação somente existe no processo de *feedback* entre emissor e receptor, há de se apontar que existe um imenso potencial de comunicação, por exemplo, nas emissoras de rádio de curto alcance, a exemplo das Freqüências Moduladas e das que funcionam em Ondas Médias com fins comerciais. A capacidade técnica está embutida nos aparelhos de rádio, conforme afirmou Enzensberger (*ibid.*), mas a funcionalidade do rádio para a indústria da consciência direcionou-o como um meio de dominação e reprodução das idéias das classes dominantes em detrimento de se constituir como instrumento de transformação social.

Rubim (1995) confirma esse posicionamento, ao considerar como uma das principais características desses meios de comunicação o que ele denomina de mensagens fechadas, onde não ocorre a troca de sentidos. Por conseguinte, o que simboliza melhor os meios de comunicação de massa é a centralização do poder de fala. Há uma fixação do falante e a existência de um permanente receptor. Justamente a receptividade fixa do ouvinte é uma das marcas do conceito de massas no sentido comunicacional.

O campo dos mídia é um lugar de poder, onde os meios produzem discursos sobre a sociedade, designado por Enzensberger (1978) como Indústria da Consciência. Dessa forma, conforme demonstra Rubim (*op. cit.*), esse campo é uma ação continuada e estratégica. Daí, a

necessidade de entendê-lo para que possa haver um posicionamento pela efetiva participação da classe trabalhadora na construção do caminho à outra sociabilidade.

Logo, julgamos que as emissoras de rádio comunitárias podem representar uma alternativa de comunicação popular no sentido de contrapor-se à comunicação das classes dominantes no embate dos projetos de classes antagônicas. Direcioná-la como instrumento de transformação social poderá reverter os fins atuais em favor do interesse coletivo.

Dessa forma, um aparelho que significou um avanço extraordinário na história da comunicação ocupa, hoje, junto com outros meios de comunicação eletrônica, o papel de persuadir o homem que vive da venda da sua força de trabalho a acreditar que essa dominação material e espiritual pode tomar um direcionamento menos intenso, na qual o Estado atenda a suas demandas através de reformas sociais para superação, ou até a humanização da sociabilidade burguesa. Destaca-se ainda a existência de um discurso da classe dominante distribuído pelos meios de comunicação que naturaliza a exploração do Trabalho pelo Capital, que torna essa situação amplamente aceito pelo conjunto da classe trabalhadora.

Imaginemos o rádio, um meio de comunicação tão presente nos domicílios brasileiros, de acordo com o que foi exposto no início do presente capítulo. Se relacionarmos o sistema de dominação espiritual às emissoras comerciais, podemos supor o nível de controle espiritual sobre a classe trabalhadora. Mas se atentarmos que esse meio de comunicação está mais presente nos domicílios de trabalhadores com baixa renda, podemos deduzir que este controle a partir do rádio é mais intenso nessas camadas do Trabalho.

Se passarmos agora para algumas especificidades da sociedade brasileira, com a presença marcante desse aparelho, analisando pela ótica da RadCom, podemos ver o sistema de dominação espiritual cada vez mais aprofundado. A explicação para isso está na idéia equivocada e mecânica de que o conteúdo da programação das emissoras de rádio comunitária está ligado a lutas da classe trabalhadora. O que nem sempre é verdade, conforme Santos. (1999; 2002; 2005).

Em síntese, é para aqueles membros da classe trabalhadora que procuram elevar o espaço da reprodução social que se direcionam as rádios comunitárias. Reprodução Social entendida nos termos de Marx. Essa categoria marxiana está exposta no capítulo XXI - Reprodução Simples - de *O Capital*, em que Marx (1997) reconstrói a produção capitalista

como um processo em permanente conexão e constante fluxo de renovação, percorrendo sempre as mesmas fases.

[...] as condições de produção são ao mesmo tempo as condições de reprodução. Nenhuma sociedade pode produzir continuamente, isto é, reproduzir, sem retransformar continuamente parte de seus produtos em meios de produção ou em elementos da nova produção. (MARX, 1997, p. 199).

Quando falamos na dimensão social da produção capitalista, a reprodução social reponta na necessidade imprescindível da classe capitalista de manutenção do consumo individual do trabalhador. Marx (*op. cit.*, p. 204) caracteriza o consumo individual como aquele no qual o trabalhador utiliza o dinheiro pago pela sua força de trabalho em meios de subsistência. Dessa perspectiva fica mais clara a conexão e fluxo permanente da categoria Reprodução Social para o entendimento das determinações estruturais que dão funcionalidade às rádios comunitárias da forma como se apresentam na sociedade brasileira atual.

A constante manutenção e reprodução da classe trabalhadora permanece a condição constante para a reprodução do capital. O capitalista pode deixar tranqüilamente o impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores. Ele apenas cuida de manter o consumo individual deles o mais possível nos limites do necessário [...] (ibid., p. 205).

Portanto, o espaço ocupado pelas emissoras de RadCom na sociedade capitalista brasileira, na forma e no conteúdo em que se apresentam atualmente, está montado nas realizações mínimas das necessidades individuais de cada trabalhador. Para o capital, não importa a qualidade de vida experimentada pela força de trabalho de que ele dispõe. Ora, o que é objeto de seus esforços é a reprodução do capital, sendo a reprodução do trabalho mero plano secundário.

Posto isto, configura-se como um dos objetivos desta reflexão um esforço para construir mediação entre as tarefas necessárias à classe trabalhadora de supressão da exploração do capital e o aperfeiçoamento dos seus instrumentos de comunicação. Fazemos isto visando à superação das limitações impostas pelo Estado brasileiro às RadCom, por meio das políticas públicas burguesas.

Assim, o modelo de RadCom no país é instrumental para a manutenção de uma classe dominante na sociedade capitalista brasileira atual. Isso ocorre, pois a maioria dessas

emissoras não consegue formular uma comunicação da classe trabalhadora, no sentido de ser anticapitalista, pois surgem permeadas pelos interesses do modo de produção capitalista e limitadas pelo Estado no sentido de incitar uma falácia da participação. Participação esta que nunca virá autenticamente, não da forma como as Rádios Comunitárias estão estruturadas no Brasil.

2.2 A gênese das Rádios Comunitárias no Movimento pela Democratização da Comunicação no Brasil

O projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária consolidou-se no país permeado pelas contradições no interior da sociedade brasileira. A problemática que mais intensamente orientou a construção do projeto norteador desse movimento encontrava-se no alto grau de concentração da propriedade dos meios de comunicação no Brasil, no qual especialmente as emissoras de rádio e televisão produzem e reproduzem discursos e participam da construção da realidade social, excluindo quase que a totalidade dos brasileiros.

Diante disso, organizou-se um movimento nacional que pretendia responder a essa problemática. A história do MNDC possui um papel central no que atualmente é perseguido pelo Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária em sua práxis.

O MNDC no Brasil teve origem no final da década de 1970 em mobilizações de grupos descontentes com a concentração da mídia no país. Esses grupos eram essencialmente movimentos de contraposição à realidade monopolista da comunicação no país e ainda não possuíam uma ação política bem delimitada. Estavam organizados por ações particularizadas como as Rádios Livres e uma das principais estratégias era a denúncia quanto ao monopólio dos meios de comunicação.

Antes desse movimento, existiam ações isoladas de parcelas da sociedade civil brasileira. Somente com o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação no Brasil, a partir do Capital e da mercantilização cada vez maior das comunicações, é que esses setores atentaram para o aprofundamento desta orientação, em que o rádio e, posteriormente, a televisão passaram a ser objeto de monopólio de grupos capitalistas no país.

É dentro desse movimento que amadureceu a idéia de Rádio Comunitária que temos no Brasil e a seu papel social no processo de democratização dos meios de comunicação no país. Vamos então analisar como se desenvolveu historicamente o MNDC e empreender um

esforço para esboçarmos algumas matrizes ideológicas que estão presentes na construção do projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária.

Para uma análise que venha a facilitar a compreensão, tomaremos a divisão do Movimento pela Democratização da Comunicação no país em períodos, conforme proposta de Santos (1995). Esta divisão compreende de 1974 até 1994 e contém os principais momentos do movimento por meio de fatos de sua história. Entendemos que os aspectos que iremos apontar são marcantes de cada período. Para as análises após 1994, recorreremos a outras fontes como forma de enriquecer este estudo.

Completaremos a análise com informações sistematizadas pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) no documento *Proposta de atualização do Histórico do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação*. (FENAJ: 2005). Também foram valiosos os dados históricos do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação. (FNDC: 2006).

A análise do Movimento pela Democratização da Comunicação é dividida por Santos (*op. cit.*) em três períodos. Um primeiro período de resistência, marcado por ações ainda sem organização. Um segundo período de conquista, no qual figura um avanço nas estratégias de luta, do ponto de vista da concretude das lutas imediatas e uma terceira e última fase para este modelo, mas não a última do movimento, representada pelo período de incertezas quanto aos rumos do MNDC.

O primeiro período teve início logo após o golpe militar de 1964 e terminou em meio às lutas pela redemocratização do país em meados da década de 1980. Antes disso, a comunicação mediática – os mecanismos, dispositivos e formas de produção, circulação e consumo dos discursos sociais, mediados pelos modernos aparatos tecnológicos – não constava como política relevante no Brasil⁷. Isso aconteceu porque ainda não havia no país um sistema de comunicação de massa consolidado e, também, porque “a sociedade brasileira, de base predominantemente rural, ainda não atingira a complexidade que vai alcançar depois, com o conseqüente aguçamento das suas contradições em todos os níveis da vida social”. (*ibid.*, p. 02).

Os militares golpistas de 1964 compreendiam o papel que deveria ser ocupado pelos Meios de Comunicação de Massa (MCM) na sociedade brasileira como suporte para o que

⁷ No entanto, as comunicações sempre estiveram presentes nas políticas públicas brasileiras, a exemplo da restrição a imprensa no Brasil durante o período colonial.

Netto (1991) chamou de Autocracia Burguesa, o projeto de modernização conservadora do Brasil iniciado pelo golpe de Estado durante o governo do presidente João Goulart e capitaneado por um consórcio militar-empresarial. Com isso, a modernização dos MCM – jornal, rádio, televisão e informática – era parte da doutrina de segurança nacional, a ideologia oficial do regime militar.

“De acordo com a doutrina de segurança nacional, a comunicação, ao lado dos poderes militar, político e econômico, seria um dos quatro pilares básicos do poder nacional para se atingir integração nacional e a integração social“. (SANTOS, 1995, p. 03).

Assim, os governos militares investiram no apoio econômico aos grandes jornais diários e na formação de redes de televisão e rádio. Fortalecem-se os grandes grupos comerciais da comunicação brasileira como as Organizações Globo, empresa de comunicação que atua em áreas como televisão, cinema, portais de Internet etc. Ao mesmo tempo, os militares no poder agiam com mecanismos legais e ilegais de censura à expressão.

Diante disso, a luta pela democratização da comunicação foi marcada por ações de denúncia contra o autoritarismo do Estado sob a ditadura burguesa-militar desse período da história brasileira. Surgem, nesse mesmo período, os canais de expressão que representam a resistência à repressão social deste momento da história brasileira. Associações profissionais, movimentos culturais, entre outros, assumem o papel de desenvolver experiências próprias de comunicação. A partir daí, proliferam-se meios de comunicação popular de resistência como jornais mimeografados, livretos etc.

Mais adiante, nos anos de 1980, em meio às discussões para a Constituição de 1988, algumas entidades como a FENAJ e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) entram na luta pela liberdade de expressão. Isso acontece após a discussão internacional dos anos de 1970 liderada pela UNESCO, órgão das Nações Unidas para Comunicação e Cultura, sobre o estabelecimento de políticas nacionais de comunicação para países do terceiro mundo, dentro da construção de uma Nova Ordem Internacional da Comunicação (COOII), posteriormente denominada de Nova Ordem Mundial da Informação e da Comunicação (NOMIC).

Essa discussão que se colocou para o Movimento pela Democratização da Comunicação sobre políticas nacionais de comunicação trazia uma disputa entre dois modelos de comunicação. O primeiro modelo tinha como fundamento uma perspectiva liberal, baseado

na ideologia norte-americana do livre fluxo da informação. O segundo defendia um modelo de comunicação nacional, capitaneado pelo ideário soviético da estatização dos meios de comunicação.

Neste debate, os pesquisadores da Universidade de Brasília (UnB), Mota e Silva, buscam fomentar o debate:

A questão que se coloca para as forças progressistas é a seguinte: com quem ficar? Apoiar a estatização, que envolve também comunicação social com todos os riscos que isso poderia acarretar, ou permanecer ao lado dos que defendem a comunicação liberal, e com ela a preservação dos meios de comunicação como porta-vozes da liberdade de expressão burguesa? (MOTA; SILVA, apud SANTOS, 1995, p. 04).

A resposta do movimento que lutava por mudanças na comunicação no Brasil à pergunta formulada pelos pesquisadores da Universidade de Brasília em debates sobre qual deveria ser a opção de modelo de comunicação brasileiro representa a estratégia que seria adotada a partir daí. Ao que percebemos, numa análise sócio-histórica, o desencanto com as experiências socialistas, especialmente com a União Soviética, possui grande influência.

Esse desencanto é expresso no abandono à idéia de transformação social. A questão da democracia nos moldes liberais aprofundou-se nas lutas sociais na esfera da comunicação. Diante disso, o movimento que, inicialmente, estava disposto a transformar esta esfera da vida social brasileira, apresentava a proposta de apenas reformá-lo, passando, gradativamente, a aproximar-se do modelo de comunicação liberal.

Coutinho (1984, p. 36) tem uma interpretação para este momento histórico da democracia brasileira. Para ele, o valor democrático desse período tem raízes no modelo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro pela “Via Prussiana”, ou seja, “através da conciliação entre frações de classes dominantes, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência internacional”.

Dessa forma, o referido autor defende que o momento da redemocratização no Brasil colocou-se com uma tarefa de alcance mais amplo. Coutinho (*op. cit.*) interpreta nesse movimento da sociedade brasileira uma luta para inverter a tendência elitista ou “prussiana”

da política nacional e de eliminação de suas conseqüências nas várias esferas sociais no país, inclusive nos mídias.

Estão presentes nesta fase da luta pela democratização da comunicação no Brasil aspectos que podemos caracterizá-los como influência da social-democracia. O abandono da luta revolucionária e a formulação de um projeto reformista para o modelo de comunicação no capitalismo brasileiro são características marcantes ao final desse período de resistências e que irão perpassar por todos os outros períodos divididos por Santos (1995), indo além, até os dias atuais.

A segunda fase veio embalada pelo processo de redemocratização em meados da década de 1980. Os valores democráticos liberais foram incorporados exemplarmente, enquanto eram abandonados parcialmente os ideais de emancipação humana, nos termos marxianos, de superação da sociedade capitalista e de abolição da exploração do trabalho pelo capital.

A primeira iniciativa que daria maior visibilidade às idéias de democratização da comunicação foi a formação da Frente Nacional de Luta por Políticas Democráticas de Comunicação (FNLPC) em setembro de 1984. A atuação da FNLPC fortaleceu-se durante as mobilizações pela Constituição em 1988, quando a Frente apresentou uma série de propostas com o objetivo de tornar os meios de comunicação mais acessíveis aos brasileiros. No entanto, elas foram descartadas, em sua maioria, na elaboração do documento final.

Paralelamente, os acordos partidários que deram sustentação política ao Governo Sarney após a morte de Tancredo Neves sepultaram quaisquer expectativas de intervenção da Frente nas políticas de comunicação. Explica-se: a política de comunicação passaria para as mãos do ex-governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, do Partido da Frente Liberal (PFL).

O ex-Governador já havia sido escolhido por Tancredo Neves antes de seu adocimento. No Ministério das Telecomunicações, o político baiano promoveu práticas políticas completamente opostas às defendidas pela idéia da democracia na comunicação. Como exemplo, podemos citar a distribuição de concessões de canais de rádio e televisão a grupos econômicos, aprofundando a concentração da propriedade de mídia no Brasil.

Coutinho (1984, p. 21) levanta pressupostos de que o processo de democratização da política brasileira em curso nos fins da década de 1970 e início dos anos 1980 seria “conteúdo estratégico da etapa atual da revolução brasileira.” Para este autor, a democracia sempre esteve presente na teoria marxista e há um vínculo entre democracia e socialismo. As conquistas da democracia liberal são bases para a democracia socialista, pois o que as classes trabalhadoras conquistam na primeira é elevado a níveis superiores na segunda.

Na fase de redemocratização política do país, em meados dos anos de 1980, o movimento confunde-se com as lutas democráticas no Brasil. Os meios de comunicação são vistos como ferramentas especiais de aperfeiçoamento da sociabilidade então recém-nascida no Brasil. Ocorre a substituição do eixo das lutas, conforme atesta Santos (1995), de políticas nacionais de comunicação para políticas democráticas de comunicação, seguido por democratização da comunicação.

Está explícito neste fato o abandono da luta revolucionária na esfera da comunicação, marcada em períodos anteriores pelas Rádios Livres, pelo processo de aperfeiçoamento das conquistas do capitalismo. Logo em seguida ganha impulso a discussão sobre o direito à comunicação como um novo direito humano.

O entendimento que somente a elevação da comunicação ao nível de um direito colocará a comunicação mediática efetivamente ao alcance de todos os brasileiros é, para nós, um diagnóstico do apego que o movimento passou a ter ao aparato jurídico-político. Somente a força de uma lei poderia fazer o que no movimento real já era concreto. A comunicação é parte integrante do ser humano. As ondas eletromagnéticas são propriedades coletivas. Não serão as instituições que poderão efetivar o que já é de fato.

Numa terceira fase, a partir de 1991, surgiu o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). O Fórum reuniu diversas entidades populares da sociedade civil brasileira, que, de alguma forma, estavam envolvidas no combate à problemática da concentração dos meios de comunicação.

Essa nova articulação pôde dar fôlego ao movimento, que passou a militar em diversas frentes como a elaboração de uma nova Lei de Imprensa, a disputa pela

regulamentação da TV a cabo, a luta pela reestruturação da TV Manchete e a implantação do Conselho de Comunicação Social⁸.

Essas várias frentes de luta fizeram com que o movimento não parasse para repensar seu conteúdo programático com propostas que pudessem abranger a área de comunicação, conforme demonstra por meio da história do movimento. Os debates teóricos e políticos foram desprivilegiados em favor de lutas mais imediatas.

Pode-se perceber nesta fase um dos aspectos da social-democracia. O movimento havia percebido que a luta por uma sociedade mais justa e igualitária deveria passar pelas discussões sobre a concentração de mídia. Mas não conseguia responder a problemática geral da sociedade capitalista, cuja base é construída materialmente e espiritualmente pela exploração do Trabalho. Uma transformação dessa sociedade somente far-se-á pelo trabalho, que está em sua base.

Não se pode negar que esta luta faz parte das várias outras do conjunto da classe trabalhadora no capitalismo brasileiro. Pressupomos que esta é uma luta da classe trabalhadora contra a opressão do capital que utiliza a superestrutura para manter a dominação.

A luta institucional atravessou a terceira fase, chamada por Santos (1995) de período de indefinições. Como esta análise compreende os anos de 1974 a 1994, ela terminou em um ano turbulento, em que as indefinições quanto às políticas do então empossado Presidente Fernando Henrique Cardoso trazia dúvidas. Diante da conjuntura internacional de crise estrutural do capitalista, ajusta às políticas neoliberais e do conjunto das idéias do partido do qual o chefe de governo faz parte – Partido da Social Democracia Brasileira – poder-se-ia prever que as incertezas levantadas pelo autor eram, na verdade, certezas as quais se deveria temer.

⁸ O Conselho de Comunicação é um órgão auxiliar do Congresso Nacional para políticas de comunicação, composto por representantes da sociedade civil. Comporta tanto entidades de caráter popular como a Associação Brasileira de Rádios Comunitárias (ABRAÇO) até os representantes do empresariado da mídia, a exemplo da poderosa Associação Brasileira das Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), do qual a Rede Globo faz parte. Previsto no artigo 224 da Constituição Federal e regulamentado pela Lei 8389 desde 1991, somente entrou em funcionamento em maio de 2002 por meio de um acordo dos movimentos sociais populares e lideranças de partidos de esquerda com parlamentares governistas, liderados pelo PSDB, partido de sustentação do então presidente Fernando Henrique Cardoso, em troca da aprovação da emenda constitucional que abriu as empresas de comunicação brasileiras ao capital estrangeiro.

Para os militantes da luta pela democratização da comunicação, esperançosos com a democracia brasileira e que sepultaram qualquer alternativa para além do capitalismo, restava desenvolver os aspectos social-democratas presentes nesta luta. O deslocamento do campo de luta para as esferas institucionais e seu projeto de reformas progressivas do capitalismo brasileiro trarão em um futuro não muito distante, é o que pensamos, limites bem claros para aqueles que acreditam que a emancipação humana pode ser trilhada dentro da democracia liberal e do capitalismo.

Contudo, para aqueles que ainda perseguem a superação da sociabilidade burguesa, coloca-se a necessidade de compreender os limites postos pela sociedade capitalista. Isso representa um passo na direção de enxergar para além das conquistas formais da democracia liberal.

Vale enfatizar aqui que a classe trabalhadora irá cobrar quando da agudização das contradições do capitalismo brasileiro. Portanto, somos diretos em alertar que a democratização defendida nesta ordem limita as lutas do trabalho. Cabe agora entender esses limites no horizonte de transformação social.

Marx e Engels (1991), em *A ideologia alemã* nos mostram como a classe que possui a força material dominante na sociedade é, concomitantemente, também a sua força espiritual. Eles declaram que ao mesmo tempo em que esta classe tem os meios de produção materiais, também estão em suas mãos os meios de produção espirituais, ou seja, ela domina como pensadora, como produtora de idéias, regulando e distribuindo as idéias de seu tempo. Assim, domina como classe e determina todo o direcionamento de uma dada época histórica.

Os meios de comunicação de massa são responsáveis pela produção espiritual da sociedade brasileira. No Brasil, como de modo geral em outros países de hegemonia do pensamento liberal-democrata, esses meios estão concentrados nas mãos do capital, que também controla a produção material.

As propostas contidas na luta pela democratização da comunicação no Brasil vêm acompanhadas de uma forte presença da virada que a luta pela emancipação humana deu à social-democracia. Partimos do pressuposto de que essas iniciativas emergem como reflexos da guinada à social-democracia que se deu dentro da luta pela emancipação humana no movimento socialista internacional. Assim, tanto o MNDC, quanto os setores social-

democratas do movimento socialista internacional compartilham da concepção de que a democracia seria a forma sociopolítica mais aperfeiçoada da sociabilidade humana.⁹

Diante disso, o que esses movimentos propõem é o aperfeiçoamento da democracia brasileira a partir, somente, da revisão da propriedade dos mídias no país, isto é, a grande concentração dos meios de comunicação de massa no Brasil, especialmente os eletrônicos, deveria passar apenas por uma reforma. São frutos da descrença na superação da sociedade capitalista influenciada pelo desmonte do Socialismo Soviético e das crises estruturais do capital, que somente conseguem enxergar saída no próprio capital.

Analisando o percurso do Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação (MNDC), três aspectos da social-democracia sobressaem-se: o espaço privilegiado ao aparato jurídico-político como arena de batalha, o abandono da luta revolucionária, por entender que existe uma fratura entre os princípios filosóficos de emancipação humana e as atividades práticas imediatas, em detrimento dos objetivos mais amplos de transformação radical e, por último, a defesa de um projeto de reformas progressivas do capitalismo como estratégia ao aperfeiçoamento do atual ordenamento social.

Cabe indicar que estes não são os únicos aspectos que marcam a concepção social-democrata. Também cabe ressaltar que os aspectos da social-democracia presentes na luta pela democratização levantados neste trabalho não devem ser os únicos. Estamos aqui somente apontando aqueles aspectos que nos parecem mais importantes na apreensão dos limites sócio-históricos para que essa luta alcance êxito do ponto de vista da classe trabalhadora no capitalismo contemporâneo.

Depois de indicar alguns aspectos da social-democracia dentro da luta pela democratização da comunicação no Brasil, faremos agora uma breve exposição, porém objetiva, sobre as limitações dessa luta na sociedade capitalista. Não queremos desestimular a

⁹ O movimento social-democrata surgiu efetivamente entre as quatro últimas décadas do século XIX e a Primeira Guerra Mundial. Teve a Alemanha como cenário devido ao seu rápido processo de modernização burguesa. O desenvolvimento das idéias social-democratas pode ser identificado pelas tendências políticas que passaram a existir no próprio movimento. A partir da II Internacional Socialista, consolidaram-se duas correntes que expressavam essa heterogeneidade: uma reformista e outra revolucionária. Essa virada foi liderada por seus principais teóricos – Bernstein e Kautsky – que defendiam a necessidade de mudar a luta socialista para enfrentar a nova configuração do capitalismo naquele período histórico. Naquele momento, o Estado e os grandes monopólios centralizavam as decisões devido ao alto grau de racionalidade técnica atingindo pelo capitalismo. E para eles era imprescindível uma resposta do marxismo para apreender essa nova realidade.

luta contra os impérios de comunicação do capital, nem mesmo desqualificar as experiências de comunicação popular, tão caras às lutas da classe trabalhadora.

Pretendemos deixar claro que essa não é uma luta isolada. A luta pela comunicação livre das sujeições do capital deve fazer parte da estratégia de luta da classe trabalhadora contra a exploração do capital. Ela deve inserir-se na busca pela realização plena das potencialidades humanas do ser social que vive do trabalho, e um desses potenciais é a linguagem, ou de forma mais ampla, a comunicação.

Temos o entendimento, assim como nos mostrou Marx (1997), de que o trabalho é o fundamento do ser social. Pelo trabalho, relação eterna e natural da vida humana, o homem constrói materialmente a sociedade e nesse processo se constrói enquanto ser social. Está claro também para nós que o trabalho na sociedade capitalista é o trabalho alienado, onde o produto do trabalho não pertence àquele produtor, o trabalhador, e sim ao capitalista, aquele que possui o capital e os meios de produção e compra a força de trabalho para produção de mercadorias. Estas mercadorias serão, ao final do processo de trabalho, propriedade privada do capital.

De forma simplificada, o que caracteriza a sociedade capitalista é a exploração do trabalho pelo capital. Há uma contradição entre duas classes, uma que produz o conteúdo material da riqueza social, a classe trabalhadora, e outra que se apropria desse conteúdo como propriedade privada, a burguesia.

Esta contradição traz à tona o antagonismo entre dois projetos de sociedade: um que pretende aperfeiçoar a reprodução do capital, e outro que quer libertar o trabalho da exploração do capital. Marx (op. cit.) nos fala que qualquer alternativa revolucionária passa pelo trabalho, pois é ele que produz a riqueza social que é a base da sociedade. Portanto, os limites para que haja êxito na luta pela democratização da comunicação são impostos pela própria sociedade capitalista.

O que os aspectos da social-democracia, identificados na luta pela democratização da comunicação, sinalizam é, tão somente, uma proposta de emancipação política, assim como Marx (1991) definiu em *A questão judaica*¹⁰. Enquanto a sociabilidade do capital não for

¹⁰ Em sua obra *A questão judaica*, Marx (op. cit.) analisa a questão da luta dos judeus pelos direitos da cidadania na Alemanha do século XIX. Ele afirma que tal luta tem seus limites dentro da sociedade capitalista, pois buscam apenas a emancipação política. Somente a luta pela emancipação humana verdadeiramente poderá levar

superada pela sociabilidade do trabalho emancipado, nos termos marxianos, qualquer movimento da classe trabalhadora somente terá efetividade para sua luta se for de interesse para a reprodutibilidade do capital.

Somente aquelas reivindicações do trabalho que promovam a reprodução do capital são incorporadas na sociedade capitalista, de acordo com Mészáros (1995). Em uma crítica aos novos movimentos sociais, denominados por ele de movimentos de questão única, que procuram incorporar questões pontuais como a ambiental, ele desqualifica a apreensão dessas demandas, afirmando que somente são integrados quando representam ganhos ao capital. Porém, quando essas questões enfrentam o sistema do capital, não existe qualquer possibilidade de êxito.

Para o autor, esses movimentos agem em oposição ao trabalho e com desprezo a seu potencial emancipador. Mesmo quando lutam por questões que podem ser integradas ao capital, os movimentos de questão única podem ser derrotados, pois não representam uma alternativa coerente e abrangente ao controle sociometabólico e à reprodução social. Assim, somente a classe trabalhadora é portadora de uma identidade de luta abrangente de enfrentamento do sistema capitalista devido a sua não-integrabilidade ao sistema.

[...] O trabalho não é apenas não-integrável [...], mas – precisamente como a única alternativa estrutural viável para o capital – pode proporcionar o quadro de referências estratégico abrangente no qual todos os movimentos emancipadores de “questão única” podem conseguir transformar em sucesso sua causa comum para a sobrevivência da humanidade. (*op. cit.*, 1995, p. 96).

O mesmo aplica-se à luta pela democratização da comunicação. A concentração dos meios de comunicação nas mãos do capital é instrumento para que a classe dominante mantenha sua força sobre a classe trabalhadora. Assim, essa luta nunca será completamente incorporada pelo capital.

A ilusão de que na democracia do capital podem-se usar as esferas institucionais, como o parlamento, para fazer essa luta progredir com reformas progressivas, equilibrando o

à cidadania em seu sentido pleno, pois esta é a luta pela superação da exploração de uma maioria por uma minoria.

poder de comunicação mediática no Brasil, nunca terá êxito dentro do capitalismo. Isto porque esta não é uma reivindicação que possa ser incorporada para a reprodução do capital. Logo, esse é o limite da luta pela democratização da comunicação no capitalismo brasileiro.

Assim, qualquer sucesso nas lutas por uma sociedade verdadeiramente livre da opressão e das desigualdades da sociabilidade atual somente será alcançado pela força do trabalho. O mesmo trabalho que funda o ser social, radicalmente social e histórico, criará a sociabilidade do trabalho emancipado. Para isso, é necessária a unificação das lutas da classe trabalhadora em torno da principal bandeira que é a emancipação humana. Fora disso, o que pode existir são lutas que nascem e morrem em seus próprios fins.

Enfim, a gênese do projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária tem um traço comum com o Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação e está intimamente ligada ao processo democrático do país. Dessa forma, todo o debate acumulado está presente desde as Rádios Livres até a consolidação no Brasil das Rádios Comunitárias.

2.3 Das Rádios Livres às Rádios Comunitárias

As Rádios Livres foram parte de um movimento na Europa do início do século XX e que se propagou por todo o mundo. Seu objetivo era se apropriar das ondas eletromagnéticas para fazer radiodifusão livre do controle do Estado.

Tinha-se nesse movimento a compreensão de que o espectro eletromagnético, onde se propagam as ondas das emissoras de rádio, é livre para utilização por qualquer ser humano. Seu sentido somente pode ser entendido se colocado no contexto das lutas de emancipação material e espiritual, que têm marcado a história da classe trabalhadora na sociedade capitalista.

De acordo com Peruzzo (1998), presume-se que a primeira Rádio Livre foi uma emissora sindical da Áustria em 1925. Também nesse ano, surge a União das Rádios Operárias dos Países Baixos e em Chicago, nos Estados Unidos da América, a Federação do Trabalho também organiza uma estação radiofônica. Logo em seguida, foram surgindo diversas emissoras com proposta de atuação semelhante: a Rádio Espanha Independente em 1941, a Rádio Sucre boliviana em 1943 e a Rádio Rebelde cubana em 1958.

Dentre as emissoras acima, o caso da Rádio Rebelde é bem interessante. Esta emissora foi criada em território cubano por idéia do líder revolucionário argentino Ernesto Che Guevera. Entre os anos de 1958 e 1959, a rádio agia como um instrumento de combate e arma política e militar de grande eficácia, conseguindo travar comunicação entre os revolucionários e a população cubana.

Nos Estados Unidos, durante a Guerra do Vietnã, em 1966, a rádio livre KPMX levantava uma bandeira com viés político. Sua proposta figurava em erguer uma bandeira de protesto contra a guerra. E estes posicionamentos tiveram campo fértil na América Latina, com os exemplos da Rádio Sandino em 1978 na Nicarágua, em plena Revolução Sandinista; as emissoras Venceremos e Farabundo Martí, em 1982, em El Salvador e tantas outras experiências de comunicação alinhadas às lutas sociais da classe dominada.

O termo rádio pirata, muitas vezes aplicado pejorativamente às rádios que funcionam sem a concessão do Estado, teve origem nas emissoras de Rádio Livre da Inglaterra por volta de 1958, especificamente a Rádio Merkur FM. Como forma de fugir ao controle oficial, estas emissoras inglesas funcionavam a partir de transmissões realizadas em alto-mar, portanto, fora dos limites das águas territoriais.

No entanto, as Rádios Livres eram plurais quanto a seus objetivos iniciais. Muitas surgiam apenas com o intuito de realizar experiências de radiodifusão, enquanto outras desenvolviam propostas culturais e artísticas, restando também aquelas com cunho político, geralmente ligadas a grupos de esquerda ou a movimentos progressistas como o ecológico, além de minorias sociais.

Como exemplo, temos a Rádio inglesa Merkur FM. Suas experiências, nomeadas como piratas nos anos cinquenta do século XX, eram feitas para promoção de produtos de transnacionais como a Ford e a Lever. Assim, percebemos não só movimentos contestatórios nas Rádios Livres como também reproduções da ordem social. No caso da rádio inglesa, havia uma contestação ao monopólio do Estado sobre a radiodifusão naquele país europeu, porém a luta social parava neste ponto de reivindicação, não ultrapassando a ordem social capitalista.

A partir daí, desenvolveu-se o que Peruzzo (1998, p. 242) qualifica como uma verdadeira avalanche de Rádios Livres no continente Europeu e no mundo. “Elas foram aparecendo como forma de protesto contra o controle estatal da radiodifusão, de contestação da política de concessão de canais, de fruição do poder de comunicar, de expressão política ou de posse de uma unidade produtiva”.

No contexto europeu das Rádios Livres, o movimento italiano foi referência de atuação por sua força e abrangência. Os italianos conseguiram reinventar o rádio numa perspectiva coletiva, tornando seu movimento um dos mais articulados do mundo.

Em 1978, o movimento europeu atinge seu auge com a formação do movimento de Onda Livre, reunindo representantes da França, Bélgica, Alemanha, Espanha e Itália. Com uma composição bem heterogênea, já apontando o pluralismo político-ideológico que existia dentro deste movimento, as reuniões européias de Rádios Livres costumavam contemplar

desde grupos feministas até ecologistas, passando por pessoas exclusivamente interessadas em comunicação alternativa.

Nos anos de 1970, o movimento de Rádios Livres chegou ao Brasil e encontrou um solo fértil e receptivo para seu crescimento. As mídias do país não funcionavam, como nos dias atuais ainda não funcionam, como serviço público e ainda menos como meio de comunicação. Dessa forma, o movimento brasileiro das emissoras livres surgia como resposta aos meios de comunicação de massa e sua marca da incomunicação, pois nada comunicam, a não ser a ideologia de seus próprios proprietários-concessionários. Seus objetivos são prioritariamente privados.

Conforme aponta Peruzzo (1998), a primeira emissora de rádio livre em solo brasileiro foi a Rádio Paranóica, criada em Vitória, capital do Espírito Santo, em outubro de 1970, por dois irmãos adolescentes interessados apenas em fazer rádio. Essa primeira experiência não terminou tão bem para seus idealizadores. Em 1971, a rádio foi fechada acusada de subversão pelo Governo militar que controlava o país depois do golpe de 1964. Nesta época, qualquer emissão não autorizada era considerada crime contra a segurança nacional.

O que motivou especialmente o fechamento e a acusação de subversão contra a Rádio Paranóica foram suas chamadas que diziam: “Paranóica, a única que não entra em cadeia com a Agência Nacional”. Para o Estado autoritário da época, o ato de não reproduzir o noticiário *A Voz do Brasil*, obrigatório a todas as emissoras de rádio do país até hoje, configurava-se como ato de subversão à ordem instituída pelos militares no poder.

Ao nosso ver, esse resquício de autoritarismo que perpassa o Estado brasileiro ainda pode ser visualizado nos dias atuais. A mesma perseguição sofrida pelas Rádios Livres 30 anos atrás pode ser percebida contra as Rádios Comunitárias atualmente. O contexto do Estado sob o controle do poder militar e a serviço do capital brasileiro e internacional, definido como Autocracia Burguesa¹¹ por Netto (1991), foi bem propenso a tais práticas de controle sobre a sociedade civil.

¹¹ Um estudo mais aprofundado sobre o período da história do Brasil qualificado por Netto (op. cit.) de Autocracia Burguesa e seus reflexos na sociedade brasileira pode ser consultado em sua obra *Ditadura e Serviço Social*, principalmente no primeiro capítulo.

Essas práticas autoritárias configuram-se como um legado que ainda hoje age sobre as iniciativas dos movimentos populares de criar experiências próprias de contestação à dominação na ordem social vigente. Nesta perspectiva, cabe ao Estado discriminar os que estão autorizados a falar e os que estão condenados a ouvir¹², quanto aos meios de comunicação no Brasil.

A despeito dos episódios de perseguição que se tornaram rotina junto às Rádios Livres no país, o movimento cresceu no Brasil. A própria Rádio Paranóica voltou a funcionar em 1983 já com o nome de Rádio Sempre Livre. Assim, proliferam-se as emissoras livres, impulsionadas pelo clima de luta contra o regime de exceção imposto pela autocracia burguesa quanto a seus direitos de organização e contestação dos atos do governo militar.

O caso mais conhecido e que é emblemático para o período de proliferação das Rádios Livres no Brasil é o crescimento dessas emissoras na cidade de Sorocaba no início da década de oitenta do século passado. Esse período caracterizou-se como uma das maiores expressões quantitativas do movimento e espalhou a idéia de Rádios Livres por todo o Brasil.

Machado *et al* (1987) apontam que nesta cidade, durante o verão de 1983, em pleno governo do general Figueiredo, chegou a existir mais de quarenta Rádios Livres em funcionamento. Esse nos parece um fato extraordinário quanto as formas de resistência a ordem social vigente, pois ainda estavam em pleno vigor os governos militares.

Um dos motivos que impulsionou o crescente número de emissoras livres no Brasil nos anos de 1980 até a década de 1990 foi a facilidade para se comprar transmissores de baixa potência. O ritmo crescente das rádios livres, resultante do desenvolvimento técnico, com o barateamento dos equipamentos, e da falta de uma legislação que acompanhasse este novo quadro tecnológico, marcou a comunicação brasileira neste período. Ocorreu uma expansão desordenada que incluiu desde as rádios livres preocupadas em combater os monopólios das comunicações, até aquelas de cunho nitidamente comercial, e muitas vezes controladas por políticos.

¹² Um fato emblemático quanto à estrutura de poder do Brasil diz respeito ao gestor das políticas do Ministério das Telecomunicações, hoje Ministério das Comunicações, uma pasta sempre influente no Estado brasileiro e objeto de cobiça e disputas por diversas forças políticas conservadoras do país desde a modernização do setor na ditadura militar. Com a articulação para composição dos Ministérios do Governo Sarney, foi aproveitada a formação idealizada por Tancredo Neves. O gestor das políticas de telecomunicações do governo brasileiro escolhido foi o atual senador baiano Antonio Carlos Magalhães, do Partido da Frente Liberal (PFL), uma das forças políticas brasileiras mais conservadoras. Desta época deriva o poder político junto a diversos governos que o senador ainda detém, resultante dos acordos políticos em torno das concessões de radiodifusão.

No primeiro trabalho produzido no Brasil sobre o movimento de Rádios Livres no país, movimento ainda recente na época desta publicação, Machado *et al.* (1987, p. 21) trazem idéias que refletem o pensamento entusiástico da época, influenciado pela redemocratização dos anos de 1980.

Rádios e televisões livres constituem a melhor resposta de uma sociedade democrática aos conglomerados e monopólios, bem como ao seu poder de concentração e comando. Elas se dirigem a segmentos específicos da população, oferecendo transmissões diferenciadas, voltadas às aspirações de cada estrato social, de cada comunidade ou de cada grupo cultural. Sua programação tende a ser diversificada na mesma amplitude da diversidade do público, ao contrário das rádios e televisões comerciais que, por força de suas ambições hegemônicas, só se podem dirigir à média indiferenciada e amorfa dos cidadãos abstratos. A liberdade para as ondas pode ser a base de uma explosão informativa tão ampla e diversificada como foi o fenômeno das rádios e TVs livres na Europa, na segunda metade dos anos 70.

Os autores situam o fenômeno das Rádios Livres brasileiras na década de 1980 em meio à problemática da concentração de propriedade de mídia no país. É clara no texto a influência do movimento de redemocratização da sociedade política brasileira pós-ditadura militar e do ideário da democracia como valor universal¹³, o que levou a obra em questão a tratar de forma idealista o movimento, para não qualificá-la como ufanista.

“Elas se dirigem [...] às aspirações de cada estrato social, de cada comunidade ou de cada grupo cultural”. (*op. cit.*, p. 21) Assim, foi a abordagem dispensada às rádios livres pelos autores em questão. Eles compreenderam essas emissoras como um fenômeno homogêneo e sem nenhuma contraditoriedade e, por último, fazem comparações entre o movimento europeu e o brasileiro, sem as devidas diferenciações sócio-históricas.

Sem tirar o mérito da obra no que diz respeito ao seu pioneirismo, na época, de apontar as potencialidades destas emissoras para as lutas contra o monopólio das comunicações no Brasil, percebemos uma certa ingenuidade dos autores quanto à sociedade capitalista. Os autores ainda defendem a co-existência do sistema mercantilista de comunicação com as Rádios Livres.

¹³ Uma discussão sobre estas idéias que influenciaram a redemocratização do Brasil pós-ditadura militar pode ser encontrada na obra *Democracia como Valor Universal e outros ensaios de Coutinho* (1984).

[...] os meios de radiodifusão são hoje mantidos basicamente por grupos de interesses comerciais, que deles se utilizam para vender mercadorias e multiplicar o capital. Até aí, tudo muito natural, visto vivermos sob um regime capitalista [...] Mas deve haver espaço também para outras modalidades de exploração, mais democráticas e que permitam engajar a iniciativa da própria comunidade atingida pelos meios. (MACHADO *ET AL.*, 1987, p. 17-18).

Logo, a obra defende tão somente a limitação do espaço dos conglomerados de comunicação eletrônica no país e não sua supressão. Durante a maior parte da obra, os autores colocam as Rádios Livres como espaço de contraposição à força do capital na mídia, mas o máximo que propõem é a co-existência das experiências de comunicação popular com os meios de comunicação de massa. Para eles, a legislação, ou melhor, o Estado, ao impor limites aos grupos de comunicação do capital, faria “sobrar espaço para as expressões de exercício coletivo da democracia”. (*op. cit.*, p. 18)

Portanto, na obra de Machado *et al* (*ibid.*), seus autores expõem que, na esfera da produção espiritual, a classe trabalhadora deve ter acesso apenas às esferas da comunicação eletrônica que não forem de interesse do capital. Ou seja, para estes autores, o interesse de classe dos trabalhadores brasileiros está subordinado aos interesses dos capitalistas dos meios de comunicação de massa.

Neste início da radiodifusão livre no Brasil, as emissoras não tinham um grande envolvimento com lutas sociais maiores. O único objetivo, conforme atesta a literatura sobre o assunto, a exemplo de Machado *et al* (1987) e Peruzzo (1998), era praticar radiofonia. Em sua maioria, os participantes dessas experiências eram jovens, que aproveitavam os momentos livres para exercer algum tipo de atividade de lazer e diversão.

A sensibilização para as expressões da Questão Social¹⁴ da realidade brasileira somente foi sentida mais intensamente num segundo momento das Rádios Livres no país. No transcorrer dos anos oitenta do século passado, com o processo de redemocratização política no Brasil, as lutas sociais do período passaram a ser absorvidas no Movimento das Rádios Livres.

¹⁴ Cf. IAMAMOTO, Marilda. **A Questão Social no Capitalismo**. Revista Temporalis, n.º 3, ABEPSS, 2001, onde a autora apresenta as novas roupagens da Questão Social no capitalismo atual a partir das determinações históricas e suas implicações no cotidiano da classe trabalhadora.

Isto pode ser identificado com a articulação de algumas emissoras livres ao Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação, emergente na época. O engajamento das Rádios Livres foi concretizado a partir de sua participação na Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação, que funcionou especialmente durante a Constituinte para a Carta de 1988.

Dessa forma, as Rádios Livres contribuíram na formação do projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária, ao participarem do processo de amadurecimento da idéia de democratização da comunicação e da importância de disseminar os meios de comunicação populares. Isso representou um passo importante no entendimento das contradições da sociedade brasileira e no questionamento da dominação material e espiritual que sempre marcaram a realidade nacional da classe trabalhadora.

A integração do movimento de Rádios Livres ao Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação, na década de 1980, e sua filiação ao Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), na década de 1990, resultaram na ampliação dos objetivos daqueles que defendiam a proliferação dessas emissoras. A proposta adotada passou a defender a realização de uma reforma agrária no ar, numa comparação entre a concentração de terras nas mãos de latifundiários e a concentração de meios de comunicação eletrônicos na mão de uma pequena elite econômica.

De acordo com Peruzzo (1998, p. 252), o termo Rádio Comunitária, somente foi incorporado pelo Movimento em novembro de 1995. Isso ocorreu no I Encontro Nacional de Rádios Livres Comunitárias, realizado na cidade de São Paulo. Nesse encontro, foram definidas como características dessas emissoras o desenvolvimento de uma gestão pública e a execução de suas atividades sem fins lucrativos, além de possuírem uma programação plural.

Depois de intenso confronto de interesses, é aprovada, em 1998 a Lei N.º 9.612. A Lei conceitua Rádio Comunitária como um serviço de radiodifusão sonora, com baixa potência e com cobertura restrita, para ser executado por fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

Também ficou definida, nessa legislação, a finalidade de dar oportunidade à difusão de idéias, elementos culturais, tradições e hábitos sociais da comunidade. Ainda estava presente a idéia de integração comunitária, por meio do estímulo ao lazer, à cultura e ao

convívio social. A prestação de serviços de utilidade pública ainda aparecia como uma das finalidades, ao lado da determinação de permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão.

No espaço institucional do Congresso Nacional, ocorreu o embate entre as posições contrárias à regulamentação das RadCom e a favor destas. A primeira era representada por parlamentares vinculados aos setores como os empresários da comunicação, por meio da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT).

O segundo grupo compreendia aquelas posições vinculadas aos movimentos populares que integravam o Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação. Estavam presentes representantes do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO Nacional) e da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), entre outros.

A Lei Nº 9.612/98 não atendeu a todos os anseios do FNDC e da ABRAÇO Nacional. No entanto, veio ocupar uma brecha na legislação, ao passo que a existência destas emissoras e, conseqüentemente, a demanda na sociedade brasileira por instrumentos populares de comunicação foram reconhecidas perante o Estado brasileiro.

O que parecia de início ser um impulso ao processo de democratização das ondas de rádio, passou a ser a continuidade de um confronto entre o Estado, com seu poder de repressão a favor da ideologia dominante do capital, e os setores organizados da classe trabalhadora, que ansiavam por implantar uma emissora na sua comunidade. O processo de concessão de uma emissora, de acordo com o que está determinado na Lei 9.612/98, é muito lento, pois a necessidade de aprovação pelo Congresso Nacional dificulta a legalização.

Isto acontece, porque o processo é marcado pela falta de transparência durante a tramitação da autorização, além de ser permeado por interesses privados que emergem com vigor, quando se trata, neste caso específico, do setor de comunicação eletrônica no Brasil. O que é explicado pelo poder que emana da comunicação mediática, em tempos do enorme desenvolvimento técnico-científico do setor.

Assim, muitas emissoras que almejavam ser reconhecidas como oficiais viram-se forçadas a continuar na clandestinidade. Esta atuação, sem o reconhecimento legal, levou ao risco de serem violentamente reprimidas pelo Estado, por meio das Delegacias Regionais do

Ministério das Telecomunicações e, recentemente, depois da criação da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), de serem perseguidas por esta Agência.¹⁵ Isto tem resultado na ampliação de experiências de resistência, que buscam efetivar suas práticas de comunicação popular.

O Estado, instrumentalizado pela classe dominante, tenta, ao máximo, controlar as iniciativas de organização da classe trabalhadora em torno da comunicação. O Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT) é exemplar quanto a esta instrumentalidade. Vejamos o que determina o CTB para aqueles que almejam uma concessão do serviço de radiodifusão:

Art. 34 As novas concessões ou autorizações para o serviço de radiodifusão serão precedidas de edital, publicado com 60 (sessenta) dias de antecedência pelo Conselho Nacional de Telecomunicações, convidando os interessados a apresentar suas propostas em prazo determinado, acompanhadas de:

- a) prova de idoneidade moral;
- b) demonstração dos recursos técnicos e financeiros de que dispõem para o empreendimento; (grifo nosso)
- c) indicação dos responsáveis pela orientação intelectual e administrativa da entidade e, se for o caso, do órgão a que compete a eventual substituição dos responsáveis.

A exigência de recursos financeiros para empreender um canal de rádio ou televisão funciona como barreira para aqueles que não possuem acumulação de capital. Imaginemos trabalhadores assalariados que mal possuem recursos para sua reprodução social: torna-se bem mais difícil reunir recursos financeiros para sua reprodução espiritual.

Esta é uma armadilha da sociedade capitalista, que reduz as possibilidades de organização dos trabalhadores. De um lado, aparentemente, coloca como única alternativa entrar no sistema de comunicação dominante. Por outro lado, conforme descobrimos nesta investigação, na maioria das vezes, cria experiências de comunicação popular que não conseguem fugir à ideologia dominante.

Identificamos uma tendência de que esses meios de comunicação popular, para se sustentarem financeiramente, transitam de espaço de resistência para espaços de cooptação e integração à dominação da ordem burguesa. Isto ocorre, porque, mesmo quando sua origem

¹⁵ Segundo informações da Associação Mundial de Rádios Comunitárias (AMARC), no Brasil, a repressão às emissoras tem sido cada vez maior e mais violenta. A AMARC também considera a legislação brasileira de radiodifusão comunitária uma das mais retrógradas, se comparada com outros países da América Latina.

não provém dos meios político-partidários, muitas vezes elas terminam caindo na influência de políticos de carreira, ocupantes ou pleiteantes de cargos públicos.

A explicação para esta situação é retirada, em partes, da realidade concreta do Sistema Brasileiro de Comunicações. Como os serviços de radiodifusão comunitária são subordinados às decisões do Congresso Nacional, essas autorizações passam pelo jogo do clientelismo político. O que empurra os projetos de Rádio Comunitária para que se articulem com grupos políticos, sob pena de não receberem nunca a autorização, a partir do encaminhamento atual que é dado aos processos.

Enfim, entendemos que o projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária foi construído na luta da classe trabalhadora para democratizar a sociedade política no país. Diante do autoritarismo que sempre marcou essa esfera da vida social brasileira, setores populares da sociedade civil empreenderam esforços no sentido de dar uma nova organização para os meios de comunicação no Brasil.

Assim, a proposta de promover uma reforma na propriedade de mídia no Brasil por meio da proposta de democratização da comunicação e a proliferação dos meios de comunicação populares consolidam-se como projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária. Esse projeto foi construído no processo social e histórico do país, a partir da dialética das relações entre a Sociedade Política e a Sociedade Civil brasileiras.

No entanto, a absorção das demandas de comunicação mediática da classe trabalhadora pelo Estado brasileiro ocorreu de forma a limitar os meios de comunicação popular dessa classe. Logo, o Estado capitalista atuou no sentido de absorvê-las, separando os pontos que seriam facilmente inseridos na dinâmica da sociedade capitalista daquelas que entrariam em conflitos com a reprodução da dominação espiritual e material.

3 Rádio Comunitária nas Políticas Públicas de Comunicação do Estado brasileiro

Após fazermos uma reconstituição sócio-histórica acerca da construção do projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária e do conceito de Rádio Comunitária, partiremos nesta parte do trabalho para o estudo da RadCom na política pública de comunicação do Estado brasileiro. Seguimos esse caminho metodológico por entendermos que se faz necessário perseguirmos o movimento real do objeto estudado.

O estudo do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária, do qual as Rádios Comunitárias fazem parte, nos mostrou que existe uma relação orgânica entre a esfera da Sociedade Civil e a da Sociedade Política. De acordo com os pressupostos desta investigação, a Sociedade Política é entendida como a projeção da Sociedade Civil, sendo esta o local em que se processam as relações de produção. Assim, a luta de classe na esfera da produção que se dá na sociedade civil é projetada no Estado.

A luta de classes na esfera das comunicações é ilustrada pelo antagonismo essencial entre os meios de comunicação de massa e os meios de comunicação popular na sociedade capitalista e possui reflexos na Sociedade Política. Logo, a formulação de políticas públicas de comunicação pelo Estado brasileiro está permeada por essas contradições do modo de produção em que se insere o Brasil.

Diante de um dos objetivos deste estudo, de investigar as relações entre o Movimento Social estudado, o Estado brasileiro e as políticas públicas de comunicação, emerge o pressuposto de entender como foram apreendidas as demandas sociais por comunicação da classe trabalhadora brasileira pelo Estado nacional.

Esse caminho foi apontado pelas discussões elencadas no capítulo anterior, que demonstraram que o Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária surge na luta de classes da sociedade civil brasileira e, de alguma forma, conforme tentaremos demonstrar aqui, foram absorvidos pela sociedade política. Em suma, este é o objetivo deste capítulo:

apreender como se deu essa absorção e desvelar a matriz ideológica que direcionou e ainda direciona esse processo.

Nesse sentido, percorremos a formação da política pública de comunicação brasileira, investigando de que forma os fundamentos ideológicos do Estado nacional perpassam-na. Logo em seguida, iremos demonstrar como esses fundamentos agem sobre a política de comunicação comunitária, na qual se inserem as Rádios Comunitárias.

3.1 A trajetória das Políticas Públicas de Comunicação no Brasil

O Estado Capitalista, em sua versão brasileira, tem por base fundante a mesma concepção que funda a maioria dos Estados nacionais atualmente: o pensamento liberal-democrata. Como já explicitamos na seção 1.1 deste trabalho, esta concepção tem como fundamentos, de forma simplificada, o direito à propriedade privada, à livre iniciativa econômica e à garantia formal das liberdades individuais do cidadão, tais como o direito à associação, na realidade somente para o cidadão burguês, aquele proprietário. Em suma, o Estado Capitalista tem por função, essencialmente, a perpetuação e o desenvolvimento da sociedade capitalista.

Também apontamos na seção 1.1, de forma sucinta, porém objetiva, o processo de formação do Estado Capitalista. Partimos da origem do Estado moderno, passando pela fundamentação da perspectiva liberal e o surgimento da concepção democrático-burguesa até o entendimento atual acerca de sua perspectiva liberal-democrata. Neste sentido, as políticas públicas surgem como operativo que se funda a partir da mesma perspectiva do Estado Capitalista e atinge a raiz da sociedade capitalista: a sua produção e reprodução material e espiritual nos termos marxianos.

Na história do Brasil, podemos identificar fatos que ilustram as políticas públicas do Estado no contexto da luta de classes. Apesar do atraso do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, o país experimentou situações típicas da modernidade burguesa.

No início do processo de colonização, as políticas públicas estavam a serviço da reprodução primeiramente do Estado mercantilista português e dos grupos burgueses nascentes na metrópole portuguesa na época do “descobrimento”¹⁶ da América. O próprio

¹⁶ A interpretação atual da História do Brasil já descartou a tese do descobrimento por acaso, adotando agora a tese do descobrimento intencional, no qual os portugueses já conheciam a existência de terras nas Américas. Assim sendo, empreenderam expedições marítimas para conhecimento com vistas à exploração econômica do “Novo Mundo”.

“descobrimento” do Brasil e o processo de colonização exploratória¹⁷ participam do plano do governo português de abrir caminhos para o comércio com outros povos.

Com a implantação do sistema de Capitânicas Hereditárias, germinaram as primeiras políticas públicas no país. Nelas, podemos ver um importante aspecto que ganhará força com a formação do Estado nacional, após a independência em 1822: a formação da economia brasileira e dos proprietários nacionais.

Durante esse período colonial, a metrópole portuguesa tratou de criar mecanismos que selassem a dominação não somente material, mas também espiritual sobre a colônia brasileira. A proibição de instalações de Universidades e da criação de imprensa foram duas dessas táticas.

O estabelecimento de políticas de comunicação no Brasil tem duas datas bem claras, de acordo com Rebouças (2005). A primeira é o ano de 1808 com a chegada da família Real ao Brasil e também com o lançamento do jornal Correio Brasiliense. A outra data refere-se à criação, no dia 07 de agosto de 1858, do primeiro serviço telegráfico do país.

Segundo Morosini (2006), a primeira instituição de ensino superior no Brasil somente foi criada em 1808, por Dom João VI, como Escola de Cirurgia do Hospital da Bahia na província de mesmo nome. Enquanto isso, quem pretendia seguir nos estudos superiores, teria que se deslocar para Europa, o que se restringia às elites econômicas, mantendo-se, com isso, sua dominação sobre o restante das classes não-proprietárias.

Após a independência, já promovida com o apoio dos grandes proprietários de terras e grandes comerciantes, especialmente de escravos, o país havia atingido um certo nível de desenvolvimento capitalista. A própria experiência de emancipação das colônias européias na América, a exemplo do Brasil, está inserida nos movimentos emancipatórios que surgem como reflexo ao desenvolvimento da sociedade civil no “velho mundo”. O amadurecimento da sociabilidade capitalista é o próprio desenvolvimento das relações de produção.

¹⁷ A História identifica dois tipos de colonização do continente americano: a colônia de povoamento, no qual povos geralmente oriundos das metrópoles colonizadoras e que na maioria das vezes fugiam de perseguições religiosas viam povoar as “novas” terras; e o processo de colônia de exploração, caracterizado pela busca de metais preciosos ou outra atividade econômica que pudesse gerar grande lucro para a metrópole. O Brasil sofreu o segundo processo de colonização.

O processo de independência brasileiro é fruto também das idéias liberais que desde o final do século XVIII espalhavam-se pelo mundo. Daí o processo político mais amplo passou a absorver essa concepção e aplicá-la na realidade local.

A adoção do voto censitário na primeira Constituição brasileira, em 1824, outorgada pelo imperador Dom Pedro I, é o fato que melhor evidencia os primórdios do pensamento liberal no Brasil recém-independente. Segundo a Carta Constitucional de 1824, para votar e ser eleito, exigia-se renda mínima dos cidadãos de 100 mil-réis anuais. Esses elegiam outros, com renda de 200 mil-réis, a quem cabiam escolher os deputados e senadores, 400 e 800 mil-réis, respectivamente.

A burguesia nacional, essencialmente agrária, dominava o campo político e, como classe dominante, tratava de imprimir o direcionamento social ao Estado nacional. Dessa forma, a formulação de políticas públicas vinha atender a necessidade de fermentar a estrutura para o florescimento de atividades econômicas. Aliado a isso, apressava-se em traçar diretrizes, por meio do Estado, que possibilitasse a perpetuação na condição de dominação.

Nessa época, as relações de produção da economia brasileira tinham como principal característica o comércio agrícola para exportação e o comércio de escravos, mantendo a mesma estrutura colonial, de acordo com o que nos mostra Sodré (1976). Durante o transcorrer do século XIX, a hegemonia da produção canavieira, que marcou todo o período colonial, foi sendo ultrapassada pela cultura do café e a classe dominante brasileira, sob novas bases de negócios, mantém a velha dominação sobre a classe dos não-proprietários.

O papel desempenhado pelas políticas públicas durante a fase imperial no Brasil, tanto no período regencial, quanto no governo de Dom Pedro II, foram imprescindíveis para a performance das elites econômicas nacionais e estrangeiras na transição da monocultura da cana-de-açúcar para o café. A criação de ferrovias no Vale do Paraíba, em São Paulo, objetivando escoar a produção cafeeira, ilustra essa relação. Dessa forma, fortaleceram-se os segmentos do capital no desenvolvimento capitalista do país.

Os lucros atingidos pelos cafeicultores brasileiros na segunda metade do século XIX e início do século XX foram um dos fatores que impulsionaram a atividade industrial no país. Entretanto, as iniciativas do Estado foram fundamentais para esse salto experimentado pelo capitalismo brasileiro.

Dentre as políticas públicas do Estado brasileiro que permitiram uma certa modernização do capitalismo nacional, está a implantação, pelo governo Getúlio Vargas, em 1941, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Para um pleno desenvolvimento capitalista no país, era necessária uma grande indústria de base que fornecesse a matéria-prima para a construção de bens duráveis, o que foi implementado pelo Estado brasileiro.

Especialmente, o período da década de 1930 até os anos de 1960 foi marcado pelas políticas públicas populistas. Diante da massa de trabalhadores, eram formuladas políticas de grande visibilidade social, mas que, na prática, pouco ou nada mudam a vida dessas massas.

O ano de 1964 marcou, no país, o início de uma nova fase do capitalismo brasileiro. O golpe burguês-militar aplicado ao Estado brasileiro neste ano emergiu orientado por um projeto de modernização conservadora do capitalismo nacional. Sob as mesmas bases conservadoras da elite econômica brasileira, o capital nacional e internacional lançou-se à ofensiva de modernizar a produção brasileira numa proposta de inserção no capitalismo internacional.

Paralelo ao extremo controle político imposto aos segmentos populares da sociedade civil brasileira, foram traçadas políticas que, em seu conjunto, atendiam à expansão do capital, não somente nativo como também aquele alienígena. O exemplo dado pelo desenvolvimento da indústria automobilística é crucial. Ao mesmo tempo em que a autocracia burguesa-militar executava medidas para a instalação desta indústria, privilegiava-se a política de transporte baseada na construção de rodovias. Esta posição visava a estimular o consumo de automóveis.

No campo das comunicações, o crescimento no número de emissoras de rádio e televisão marcou o período de dominação da Autocracia Burguesa no Brasil. O capital nacional aliado ao internacional começou a desenvolver-se na exploração dos serviços de radiodifusão, pois a classe proprietária enxergava nos mídias um negócio rentável para a reprodução do capital e manutenção do *status quo*.

O desenvolvimento e a regulamentação dos meios eletrônicos de comunicação no Brasil tiveram no rádio o seu impulsionador. Foi o debate em torno da função social deste meio de comunicação que deu início ao processo de definição da política de comunicação brasileira, segundo Bolaño (2003, p. 32). Desde os anos de 1920, a divergência girava em torno de uma função educativa e cultura, de um lado, e ou comercial por outro. Tal processo

teve o ano de 1962 como fundamental com a criação do Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT).

Segundo Bolaño (2003, p. 33), apoiando-se em estudos de Capparelli (1982), o CBT foi uma articulação dos empresários da comunicação, que exigiam uma regulamentação para o setor que atendesse a seus interesses. Assim, eles aproveitaram-se de uma situação política instável, criada pela renúncia do presidente Jânio Quadros e pelas dificuldades do vice João Goulart em assumir o cargo, para aprovar no Congresso Nacional uma legislação nesse sentido.

Abre-se o campo, assim, para a consolidação, no país, diferentemente do que ocorrera em larga escala na Europa, por exemplo, de um sistema comercial privado de rádio e televisão, com base num modelo de concessões públicas – para 10 e 15 anos respectivamente, renováveis por períodos idênticos e sucessivos –, ainda que preservando o direito da União de executar serviço idêntico, dando preferência, no processo de outorgas, às pessoas jurídicas de direito público, inclusive Universidades.

Esta regulamentação continua até os dias de hoje a ordenar a comunicação eletrônica brasileira. Ela demonstra como a concepção liberal-burguesa consolidou-se nas políticas de comunicação. A aliança entre a defesa da livre comunicação e a livre iniciativa econômica na área fundamenta o modelo de comunicação brasileiro.

Posteriormente, o Código foi complementado pelo Regulamento Geral criado por meio do Decreto Federal n.º 52.026, de maio de 1963. Este Regulamento dispunha sobre a estrutura, atribuições e o funcionamento do Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), órgão responsável pela elaboração de um Plano Nacional de Telecomunicações, e do então Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL).

Já em 1967 é criado pelo Governo Militar o Ministério das Comunicações. Assim, a DENTEL e o CONTEL passaram a integrar este órgão. Também foi criado no mesmo ano o Sistema TELEBRAS que incorporaria a Empresa Brasileira de Telecomunicações (TELEBRAS).

Numa análise da regulamentação do sistema de radiodifusão no Brasil, Santos (1995) aponta que esta estratégia de ordenar a exploração do rádio e da televisão representou a visão do governo militar de ver, nas comunicações, um passo adiante no projeto de modernização

conservadora do país. Para este autor, o projeto de modernização dos meios de comunicação de massa fazia parte da doutrina de segurança nacional. Os meios desempenhavam o papel de criação de uma identidade nacional, daí um dos motivos do grande financiamento por parte do Estado brasileiro da época.

Por isso, não faltam fatos que possam ser retirados da história brasileira para desvelar como a formação da classe proprietária no país está organicamente relacionada à construção do Estado Capitalista nacional. Mais ainda, podemos entender o seu papel dominante na orientação ideológica impressa nas políticas públicas, especificamente na política de comunicação.

Uma análise sócio-histórica nos permite inferir como essa parcela burguesa da sociedade civil brasileira, especialmente após a independência, absorveu o pensamento liberal e, em seguida, incorporou o ideário democrata. Por conseguinte, essa foi a matriz que conceituou a formulação das políticas públicas brasileiras, mantendo essa orientação até os dias atuais. Inferimos ainda que isto ocorreu pela necessidade da classe dominante nacional em organizar estratégias teóricas e práticas que permitissem sua perpetuação como classe dirigente do projeto social brasileiro.

Com o período de redemocratização no Brasil, em meados dos anos de 1980, a sociedade civil passou por um momento de lutas políticas pelo direcionamento do projeto da sociedade brasileira. O ápice deste período foi o processo de Constituinte que viria a formular a Constituição Federal de 1988. Com a elaboração da nova Constituição, o país viveu o momento de revisão das políticas de comunicação adotadas anteriormente.

Os trabalhos da Constituinte ocorreram com disputas entre diversos projetos de sociedade, em que se sobressaíam um projeto liberal-democrata e um outro de influência social-democrata. O primeiro é identificado por Bolaño (2003) como uma frente conservadora e o segundo, progressista.

No período da transição democrática, durante o governo Sarney, o Congresso Nacional, além das suas funções cotidianas, assumiu aquelas de uma Assembléia Nacional Constituinte. No seu interior, grosso modo, duas grandes frentes – progressistas e conservadores - se defrontavam, inclusive nos debates que levaram à formulação de todo um capítulo dedicado à comunicação, o qual pode ser considerado como a base para um novo

modelo de regulação setorial [...]. A ABERT¹⁸ aparece, mais uma vez, como uma força poderosa, vinculada à ala conservadora, conhecida como “centrão”. A ala progressista, por sua vez, era influenciada pelas posições da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ). (BOLAÑO, 2003, p. 36).

Os representantes do projeto liberal-democrata conseguiram definir a maioria das idéias no texto final sobre a Comunicação Social. Porém, o grupo social-democrata também conseguiu dar um direcionamento a algumas propostas. Muitas dessas nunca foram regulamentadas, pois certamente viriam a mexer com o poder dos proprietários de meios de comunicação, a exemplo da regionalização da programação em percentuais maiores do que se pratica na programação das emissoras de rádios e televisão. Outras somente foram regulamentadas recentemente, como o Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional.

As políticas públicas brasileiras de comunicação estão baseadas nos mesmos princípios da concepção liberal-democrata. Intensamente penetradas por esta concepção, elas apóiam-se na relação entre a liberdade formal de expressão e na liberdade de iniciativa econômica. Estes preceitos também estão normalmente ligados às chamadas liberdades democráticas.

O papel desempenhado pelo Estado Capitalista brasileiro nas políticas de comunicação é o de regulador no sentido liberal-democrata apontado acima, em conformidade com o que identificamos no Capítulo V da Constituição Federal, que disciplina a Comunicação Social no Brasil. Cabe ao governo federal, gestor destas políticas no Brasil, formular diretrizes que orientem a exploração do setor pelos grupos de capital, normatizar por meio de legislação própria e agir no sentido de coerção às possíveis infrações ao sistema de Comunicação Social do país.

Para Lins (2002, p. 06), o papel que o Estado brasileiro desempenha frente às políticas de comunicação ocorre da seguinte forma: “[...] a fiscalização administrativa, feita diretamente pelo Estado ou por meio de procedimento policial, e a existência de órgão regulador independente”. Isto ocorre, porque a ordenação do setor está sob a responsabilidade do Ministério das Comunicações. Quanto aos órgãos reguladores independentes, referem-se à

¹⁸ A ABERT – Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – foi desde sua fundação em 1960, a maior entidade representativa do capital nas comunicações. Com um poderoso lobby, sempre conseguiu influenciar nas políticas públicas de comunicação.

Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e a Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

O interessante é que as políticas versam quase que exclusivamente sobre os meios de comunicação eletrônicos. O rádio e a televisão figuram como os que possuem uma regulamentação mais robusta. Para nós, isso se explica pelo amplo poder de penetração social que a tecnologia utilizada por esses meios proporciona. Em questão de segundos, a informação chega ao receptor seguindo as mesmas orientações determinadas pelos controladores dos meios de comunicação. Assim, garantiu-se uma legislação mínima que permitisse uma exploração econômica segura.

No confronto de interesses entre idéias conservadoras e propostas progressistas para as comunicações, o primeiro campo de forças sociais conseguiu imprimir suas orientações. No entanto, a segunda força conseguiu implantar alguns avanços na Carta Constitucional de 1988. Bolaño (2003, p. 35) cita algumas:

- Proibição do monopólio e do oligopólio nos meios de comunicação (artigo 220, parágrafo 5);
 - Preservação das finalidades educativas, culturais e informativas;
 - Proteção à cultura regional através da garantia de regionalização da produção;
 - Estímulo à produção independente (artigo 221);
 - Criação dos três modos complementares de exploração (privado, estatal e público) (artigo 223).
- Trata-se de um modelo nacionalista e concentracionista que, ao mesmo tempo em que protege os capitais instalados da concorrência externa, limita a manifestação das expressões locais e o desenvolvimento de um panorama audiovisual diversificado, servindo basicamente aos interesses políticos e econômicos hegemônicos que se articulam no seu interior.

No jogo político, as demandas dos trabalhadores por políticas de comunicação ficaram relegadas para ser conquistadas anos depois. A análise do texto constitucional aprovado nos anos oitenta do século passado demonstra que o documento não contemplar uma definição mais clara acerca de políticas públicas de comunicação comunitárias. O que existe é somente a possibilidade de criação de um sistema de exploração público, expresso no artigo 223 do Capítulo destinado à Comunicação Social.

Apesar da Constituição de 1988 já apontar essa possibilidade de meios de comunicação ligados a setores populares da sociedade civil¹⁹, somente na década de 1990, foram formuladas as primeiras iniciativas do Estado em reconhecimento a essa demanda social. Isso se deu com a Lei nº 8.977, de 06 de janeiro de 1995, que regulamentou o serviço de TV a cabo e definiu um canal comunitário, e com a Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que instituiu o sistema de radiodifusão comunitária.

Em suma, a política de comunicação do Estado Capitalista brasileiro desempenha o papel de manutenção da dominação da classe detentora do capital sobre o conjunto da classe trabalhadora. Na medida em que foram inspiradas pelo pensamento liberal-democrata, essas políticas sempre procuram no desenvolvimento da comunicação no Brasil privilegiar as mesmas classes proprietárias que compartilham do poder político no país, desde os tempos coloniais.

Portanto, a dominação experimentada pelo conjunto da classe trabalhadora brasileira possui laços estreitos com as políticas de comunicação. Por conseguinte, representam limites às lutas da classe trabalhadora. Não é por acaso que o sistema de comunicação do Brasil está montado, principalmente, sob as bases da propriedade privada dos meios de comunicação, em que algumas famílias mantêm ainda um sistema de dominação igualável às capitâncias hereditárias²⁰.

Dessa forma, o processo de formação da classe dominante nacional consolidou-se durante o século XX acompanhado pela modernização da dominação espiritual proporcionada pelo avanço tecnológico dos meios de comunicação eletrônica e sua crescente mercantilização no país.

¹⁹ Conforme disposto no artigo 223 do capítulo V, Da Comunicação Social, onde estão previstos além dos sistemas privado e estatal, um sistema público. (BRASIL: Constituição Federal, 1988).

²⁰ De acordo com o relatório da pesquisa “Os Donos da Mídia”, organizada em 2002 pelo Instituto de Pesquisa em Comunicação (EPCOM) e que detalhou as bases do poder econômico e político constituído a partir das redes privadas de televisão no Brasil, os donos da mídia no país são seis famílias que controlam as redes privadas de televisão aberta – Rede Globo, Rede SBT, Rede Bandeirantes, Rede Record, Rede TV e Rede CNT – e seus cento e trinta e oito grupos afiliados.

3.2 Desvendando a Política de Comunicação Comunitária no país

Ao avançarmos na reflexão acerca das políticas de comunicação do Estado brasileiro, chegamos finalmente à política pública de comunicação comunitária. Com vistas a um melhor entendimento acerca dos pressupostos deste estudo, daremos prosseguimento à tese defendida no segundo capítulo. Essa tese tenta explicar como o projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária foi construído no processo sócio-histórico de formação da democracia brasileira e de seus limites objetivos colocados pela sociedade capitalista.

Para isso, partiremos da compreensão defendida, especificamente na seção 2.1, acerca da funcionalidade das Rádios Comunitárias para a reprodução material e espiritual da sociabilidade capitalista, embutido no conceito de RadCom, e diante do modo como essas emissoras apresentam-se em sua forma e conteúdo atuais na realidade brasileira. Visamos, com isso, à apreensão das determinações ideológicas que orientam o atendimento às demandas de comunicação dos setores populares da sociedade civil nacional pela sociedade política no Brasil.

Podemos apontar que atualmente a política de comunicação comunitária brasileira resume-se basicamente a dois serviços. O primeiro é o Sistema de Radiodifusão Comunitária, instituído pela lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. O segundo está representado pelo serviço de TV à Cabo no Brasil, com a garantia de um canal para funcionamento de uma TV Comunitária. Este serviço foi regulamentado a partir da Lei nº 8.977, de 06 de janeiro de 1995.

Todavia, identificamos ainda opiniões incisivas sobre a inexistência, no Brasil, de uma política de comunicação comunitária. No Relatório Final do Encontro Nacional de Direitos Humanos, realizado em 2005, em Brasília, fica clara a posição dos participantes acerca da inexistência dessa política.

Rever a legislação das rádios comunitárias, que é restritiva e excludente. Criar um fundo para as rádios e TVs comunitárias. Permitir que as TVs comunitárias operem em sinal aberto. Desenvolvimento de uma política de comunicação comunitária para o país, que não existe. (ENDH, 2006).

As questões referentes ao processo de elaboração desta legislação já foram discutidas no segundo capítulo deste trabalho. Portanto, não cabe aqui retornarmos a elas, sobretudo pela impossibilidade de esgotarmos o assunto, e, especificamente, por já havermos abordado os aspectos que nos parecem importantes para esta investigação.

O que marcou a implementação de uma política de comunicação comunitária na chamada “Era FHC” foi a perseguição às emissoras de rádio comunitária que funcionavam sem autorização do Estado. Por meio de uma política restritiva, com vistas ao controle do Estado Capitalista sobre as emissoras de comunicação popular, surgiu a política de comunicação comunitária no país.

No entanto, ao afirmarmos a existência desta política pública, não estamos declarando que ela atenda aos interesses da classe trabalhadora. Defendemos, de acordo com o que está exposto neste trabalho, especificamente na seção 3.2, que as políticas públicas de comunicação do Estado brasileiro visam a atender aos interesses de reprodução da ordem social vigente no país, e que, portanto, a política de comunicação comunitária não foge a essa orientação.

Na lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, que institui o serviço de radiodifusão comunitária no país, estão definidas suas finalidades:

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

[...] V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Com isso, a pretensão aqui é promover, estritamente no âmbito formal, a igualdade no acesso ao direito à comunicação, ou melhor, tão somente ao direito de expressão. Nos princípios que orientaram a formulação da legislação, fica evidente a marca da social-democracia, concepção ideológica oficial da coalizão que controlava o governo naquela época, juntamente com a perspectiva neoliberal.

A matriz ideológica do pensamento liberal-democrata que funda as políticas públicas de comunicação no país também está presente na formulação da política de comunicação comunitária. O principal aspecto que podemos apontar diz respeito à igualdade jurídica que esta política propõe-se a efetivar. A sua principal fundamentação diz respeito à promoção do direito à comunicação das comunidades que utilizem a RadCom como ferramenta de expressão e relacionamento.

O caminho seguido pela política de comunicação comunitária, desde a formulação pelo Partido dos Trabalhadores (PT) de sua proposta de Comunicação Comunitária para o país até sua chegada ao poder, sofreu uma imensa fratura. Em encontro setorial realizado em outubro de 2001, um ano antes das eleições para Presidente da República, o PT apresentou uma plataforma com diretrizes para a política de comunicação comunitária. Percebemos que estas diretrizes estavam bem próximas dos objetivos defendidos pelo Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária²¹.

Cresce, nesse aspecto, a responsabilidade do partido e, em especial, do Setorial de Comunicação Comunitária. É sua tarefa urgente mobilizar e organizar os milhares de militantes que atuam nos veículos de comunicação comunitária, nos veículos convencionais, nas prefeituras e governos, para mostrar a diferença entre nós e a direita.

Por isso, propomos:

- o Que a Secretaria de Comunicação do Partido e nossos governos reconheçam e assumam a Comunicação Comunitária;
- o [...] inclusão das rádios e de uma política de Comunicação Comunitária na estratégia do PT para as eleições de 2002 [...]. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006).

Uma análise mais abrangente da política de comunicação comunitária em vigor²² não pode desconsiderar alguns elementos que consideramos mais representativos acerca da condução atual desta política. Podemos inferir que, a política implementada no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ao invés de sofrer uma transformação na gestão de

²¹ Além de agregar as rádios comunitárias de todo país, o Movimento de Radiodifusão Comunitária reúne também as emissoras de televisão comunitária.

²² Para esta análise, utilizamos como fontes primárias o conjunto da legislação sobre rádio comunitária – leis n.º 9.612/98 e 10.597/2002, decreto de 26 de novembro de 2004 e decreto 2.615/98, Norma 0001/2004, Portarias do Ministério das Comunicações n.ºs 448/2005, 76/2005, 103/2004, 762/2003, 602/2003, 92/2003, 83/2003, 244/2001, 131/2001, 83/99, 191/98 e as Medidas Provisórias em vigor n.º 2143-32 de 31/05/2001 e n.º 2143-33 de 02/05/2001 –, a Ata de instalação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para análise da situação da radiodifusão comunitária no país, o Comunicado n.º 1 do GTI sobre a radiodifusão comunitária, a Tese do Partido dos Trabalhadores aprovada no Encontro Setorial de Comunicação Comunitária realizado em outubro de 2001 com proposta para um projeto de governo e o Programa de Governo da coligação encabeçada pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva.

Lula na presidência, de acordo com a proposta do Partido dos Trabalhadores (PT), sofreu um aprofundamento da orientação anteriormente adotada.

Porém, nas palavras de militantes do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas, a esperança que se tinha no PT de reversão da orientação dada à política de comunicação comunitária foi sendo substituída pelo entendimento de que seriam mantidas as mesmas linhas de repressão. Em conformidade, mantiveram-se os privilégios aos meios de comunicação da classe dominante, ao passo que continuaram as perseguições às emissoras de rádios comunitárias que ainda não possuíam autorização.

Antes esperávamos que o Governo Lula fosse promover a luta das rádios comunitárias. Porém, a realidade foi outra. As alianças que ele (Lula) fez para ganhar a eleição dificultam a política de comunicação comunitária, mais ainda do que no governo de Fernando Henrique Cardoso. O exemplo é o atual ministro da Comunicação²³, que defende uma minoria que detém o poder econômico e seus meios de comunicação, pois ele também é dono de empresa de comunicação. (Entrevista com a Coordenação Geral da ABRAÇO-AL, em janeiro de 2006, apêndice A).

No entanto, para os menos atentos, o Programa de Governo da coligação que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva não apresentava nenhuma proposta relativa à política de comunicação comunitária, muito menos quanto às rádios comunitárias. O foco da ação do governo de coalizão, de acordo com o documento que ditava as diretrizes para um novo governo, seria a manutenção da estabilidade econômica, ou seja, as políticas públicas prioritárias dizem respeito à reprodução do capital. Em síntese, o novo governo em nada se comprometeu, quando da eleição, com a implementação de uma política de comunicação comunitária. (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006b).

Na análise do conjunto da política de comunicação comunitária brasileira, identificamos três aspectos que, ao nosso ver, agem como limítrofes às lutas da classe trabalhadora. Esses aspectos reunidos cercam a organização dos trabalhadores em torno da comunicação popular dentro de uma muralha na qual, qualquer iniciativa que fuja a esses limites é considerada um ataque à ordem social estabelecida. Nesse sentido, as RadCom

²³ Na época da entrevista, janeiro de 2006, o ministro das comunicações era o deputado federal Eunício de Oliveira (PMDB-CE). De acordo com informações do Ministério das Comunicações, o ex-ministro é proprietário de empresas de comunicação, entre as quais duas emissoras de rádio em Freqüência Modulada (FM) no Ceará e outra em Goiás, além de haver familiares e pessoas ligadas ao deputado com concessões de emissoras.

representam um desafio potencial aos limites da ordem social capitalista, conforme atesta o tratamento dispensado pela Polícia Federal às emissoras que funcionam sem autorização.

Tais aspectos dão, em linhas gerais, as diretrizes liberal-democratas ao conceito de Rádio Comunitária impresso na política de comunicação do Estado Capitalista brasileiro. Estes são a igualdade jurídica entre desiguais, a falácia da participação no processo de comunicação e a absorção do pensamento liberal-democrata tanto na forma – modelo de organização, validação social perante o Estado e gestão – quanto no conteúdo – programação, informações etc.

Esse modelo diferencia-se de experiências de rádios populares como as rádios mineiras bolivianas. Estas emissoras detinham uma forma autogestionária e um conteúdo essencialmente ligado às lutas dos trabalhadores, de acordo com o que nos mostrou Peruzzo (1998).

O primeiro aspecto diz respeito à promoção da igualdade em termos de desigualdade. Explicamos melhor. A política em questão defende que a promoção das rádios comunitárias é um passo à frente na efetivação do direito à comunicação. Todavia, o que percebemos é tão somente a efetivação da emancipação política, segundo define Marx (1991). Assim, sem questionar a estrutura de dominação espiritual e material, a classe dominante impõe restrições ao modo de comunicar da classe trabalhadora, sob uma aparente igualdade de acesso aos meios de comunicação. Mas a realidade concreta não é bem assim.

Em abril de 2003, o Estado brasileiro, por meio do Governo Federal, reconhece formalmente a dificuldade de acesso à política de comunicação comunitária por meio das RadComs. Nesta época, de acordo com números do Ministério das Comunicações (MC), contidos na Portaria do MC N.º 83/ 2003, existiam em tramitação na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica cerca de dezessete mil processos, dos quais quatro mil e quatrocentos eram referentes a requerimentos para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Diante disso, é criado pelo Ministério das Comunicações, na gestão do primeiro ministro do governo Lula, Miro Teixeira,²⁴ um Grupo de Trabalho com representantes do

²⁴ O deputado federal Miro Teixeira (PDT-RJ) foi o primeiro dos três ministros das comunicações do Governo Lula (2003-2006). Ficou no cargo de 1º a 31 de janeiro de 2003, quando se licenciou para assumir na legislatura 2003-2007 na Câmara Federal, reassumindo em 03 de fevereiro de 2003 até 23 de janeiro de 2004. Já o segundo

Estado e da sociedade civil, ligados ao Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária. O objetivo era:

“[...] realizar todos os atos necessários à instrução, ao saneamento e ao desenvolvimento dos processos em andamento no âmbito do Ministério, relativos aos pedidos de autorização para os serviços de radiodifusão comunitária”. (BRASIL, Ministério das Comunicações. Portaria 83/ 2003).

Já na reunião de instalação dos trabalhos, em 02 de abril de 2003, o Grupo de Trabalho de RadCom do Ministério das Comunicações pareceu sintonizado com as reivindicações do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária. Entre as questões discutidas, foram apontadas pelos membros do GT RadCom a necessidade de revisão da norma que regula o serviço de rádios comunitárias, a preocupação com a utilização da mesma frequência por todas as emissoras comunitárias, o aumento da potência, que hoje é de 25 WT, considerada de alcance muito restrito pelo movimento, e também a proposta de revisão dos processos arquivados no governo FHC. (BRASIL, Ministério das Comunicações, Ata de Instalação do Grupo de Trabalho Rádio Comunitária: 2003).

Uma das primeiras medidas desse GT foi emitir um comunicado no qual definia mais claramente o termo *entidade comunitária* habilitada para solicitar a autorização de funcionamento de uma rádio comunitária. No mesmo comunicado, o grupo publica ainda a relação das entidades que estão com requerimento tramitando no ministério solicitando o serviço de RadCom “para conhecimento público das pretensões dessas entidades”. (BRASIL, Ministério das Comunicações, Comunicado n.º 1: 2003).

Os trabalhos do GT RadCom transcorreram conforme esperado, com a análise dos processos e da política de comunicação comunitária, no que concerne às rádios comunitárias. Ao final, foi elaborado um relatório contendo sugestões para que o Ministério das Comunicações pudesse modificar o tramite dos processos e minimizar as contradições que impedem as iniciativas de comunicação dos trabalhadores.

Dentre as sugestões, consideramos mais pertinentes a esta investigação:

Ministro das Comunicações, deputado federal Eunício de Oliveira (PMDB – CE), assumiu em 23 de janeiro de 2004 e permaneceu até 14 de julho de 2005, devido à reforma ministerial, que reagrupou as forças políticas que sustentavam o governo. Com a saída do deputado cearense, assumi sua vaga na mesma data outro parlamentar do PMDB, o senador Hélio Costa, que permanece no ministério até esta data.

- a) Elaboração de um Manual de Procedimentos para orientar o processamento de pedidos de autorização²⁵;
- b) Criação de uma cartilha de orientações ao público explicando a tramitação de pedidos de autorização aos interessados;
- c) Formação um Conselho de Radiodifusão Comunitária, uma instância de assessoramento com a finalidade de examinar e avaliar a aplicação de critérios e procedimentos e também de deliberar acerca de conflitos envolvendo o serviço de radiodifusão comunitária. (BRASIL, Ministério das Comunicações, Relatório Final do GT Rádio Comunitária: 2003).

Diante das sugestões elaboradas, o Ministro percebeu os avanços que poderiam trazer à política de comunicação e descartou as propostas. Iniciativas como a criação do Conselho de Radiodifusão Comunitária, que poderiam trazer transparência ao processo de autorização, ampliando o acesso a essas emissoras, foram pulverizadas no jogo político-econômico de Brasília.

Em novembro de 2004, o Ministério das Comunicações criou um novo Grupo de Trabalho (GT), agora interministerial. No entanto, conforme o nome já indicava, esse GT seria formado por representantes de órgãos do governo federal, diferente da composição do GT de 2003, porém este GT também teve o mesmo final: suas propostas foram desconsideradas pelo Governo Federal.

O que deveria ser um passo adiante na formulação da política de comunicação comunitária mostrou-se, mais uma vez, um trabalho ilusório. Em uma carta direcionada ao Presidente Lula, datada de 24 de janeiro de 2006, representantes do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária expressam sua decepção com os trabalhos realizados e não aproveitados no atual governo.

d) Tentamos criar vários fóruns para debater com o Governo a radiodifusão comunitária. Além de todas as reuniões que (sic) participamos (arcando com nossas próprias despesas), estivemos no Grupo de Trabalho criado em 2003 que realizou uma esforçada tarefa. Este GT fez muitas propostas, mas elas nunca foram atendidas e muito menos implementadas. Meses de trabalho ficaram dentro de alguma gaveta.

²⁵ Este documento já era exigido pelo regimento interno do Ministério das Comunicações e até aquela data inexistia.

e) A “*esperança venceu o medo*” quando, em 29 de novembro de 2004, foi publicado Decreto Presidencial nomeando o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de analisar a situação da radiodifusão comunitária no País, propor medidas para disseminação das rádios comunitárias visando ampliar o acesso da população a esta modalidade de comunicação, agilizar os procedimentos de outorga e aperfeiçoar a fiscalização do sistema, com prazo até 10 de agosto de 2005 para conclusão dos trabalhos. O GTI não contou com a participação efetiva de representantes das emissoras comunitárias.

f) No prazo estabelecido o GTI entregou seu relatório junto a Casa Civil. O Ministro das Comunicações assumiu a responsabilidade de entregá-lo a V. Exa, não ocorrendo até a presente data, sem uma justificativa plausível, mesmo com várias ações concretas das entidades junto ao Ministério das Comunicações, Casa Civil e Secretaria Geral da Presidência da República. (ABRAÇO Nacional: 2006).

Dessa forma, diante da concentração de mídia nas mãos da classe proprietária nacional e da luta de classes na esfera da comunicação, as rádios comunitárias são instrumentos de comunicação popular que sofrem cerceamentos das políticas públicas de comunicação e perseguição do Estado Capitalista nacional, que usa do artifício da participação para desarmar os trabalhadores em suas reivindicações.

Nesta parte do trabalho, chegamos ao segundo aspecto identificado por nós na política de comunicação comunitária como reflexo da luta de classes na esfera da comunicação no Brasil. Referimo-nos à falácia da participação na formulação das políticas e na prática da comunicação comunitária.

Do modo como é dada pela sociabilidade burguesa, esta política encobre um mecanismo de integração da classe trabalhadora à ordem capitalista. Em suma, a estratégia consiste em dar espaços limitados de expressão como forma de manter o controle no sistema de dominação daquele que detém os meios de produção sobre os que vivem da venda da força de trabalho.

De acordo com o que expomos na seção 3.1, em meio ao debate acerca da trajetória das políticas de comunicação no Brasil, identificamos que estas políticas surgiram ligadas à classe dominante nacional. Portanto, o Estado brasileiro, depois de duas décadas de luta do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária, reconhece a demanda por comunicação da classe trabalhadora, mas de um modo limitado. É o que representa a imposição de um raio de 1 quilômetro de alcance das RadCom ou a restrição quanto à formação de rede entre diversas emissoras. (BRASIL, Ministério das Comunicações, Lei 9.612, 1998).

Afirmamos que esta é uma falsa participação, já que os usuários não experimentam realmente um nível real de intervenção. Esta é limitada pela superestrutura da sociedade brasileira. A participação somente ocorre nos moldes impressos pela definição de Comunidade²⁶ desvelada neste trabalho. Assim, qualificamos esta participação sob a influência da perspectiva liberal-democrata, ou seja, extremamente delimitada ao nível formal.

É sobre essa perspectiva que apresentamos o terceiro aspecto em nossa análise acerca da política de comunicação comunitária. O modelo de Rádio Comunitária fundada no Brasil sofreu influências do pensamento liberal-democrata. Portanto, a forma adotada e o conteúdo emergem permeados por aspectos que legitimam a ordem burguesa.

Vamos atentar para a forma como as emissoras de Radcom estão organizadas. De acordo com pesquisas realizadas sobre as rádios comunitárias no estado de Alagoas, a forma de organização surge geralmente de lideranças comunitárias que, reunindo um pequeno grupo, propõem-se a montar uma emissora desse tipo. Na maioria das vezes, estes grupos possuem ligações político-partidárias e religiosas. (SANTOS, 1999).

A origem das rádios comunitárias ligadas a grupos políticos-econômicos por si somente já traz emblematicamente a impregnação do pensamento liberal-democrata. Enquanto na concepção ideológica de RadCom há uma ligação intrínseca com a comunicação da classe trabalhadora, a realidade apontada a partir de dados dessas emissoras em Alagoas sugere uma quebra entre a proposta ideológica e sua realidade concreta. (*op. cit.*, 1999).

Some-se a isso, no que diz respeito à forma assumida pelas RadCom em Alagoas, o forte apego ao caráter jurídico-institucional assumido por essas emissoras. Isto pode mais facilmente identificado especialmente naquelas emissoras ligadas a grupos político-econômicos.

A partir de dados do Ministério das Comunicações sobre concessões de radiodifusão comunitária, a ABRAÇO/AL aponta, como exemplo, que as duas emissoras de Rádio Comunitária em Maceió, que estão completamente regularizadas de acordo com a legislação em vigor, têm laços com grupos político-econômicos: a Rádio Comunitária A Voz de Bebedouro e a Rádio Comunitária da Serraria. Daí a necessidade de validação pelo Estado, o

²⁶ O debate sobre o conceito de comunidade expresso na legislação sobre RadCom está presente na secção 2.1.

que demonstra seus laços com a formalidade institucional da ordem social vigente e desprestigia a luta MBRC para mudar a legislação em vigor.

Já quando nos referimos ao conteúdo, também nos deparamos com aspectos que nos permitem identificar a penetração do pensamento liberal-democrata no modo de produção e distribuição da informação radiofônica. A programação das emissoras geralmente não apresenta relação com a proposta de RadCom concebida ideologicamente pelo Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária e expressa em seu projeto.

No tocante à informação, não há, geralmente, o compromisso com a formação da consciência social. O que se pode perceber na programação é a reprodução da ideologia dominante e a validação da sociabilidade burguesa. (SANTOS: 1999; 2002; 2005)

O Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas identifica esta quebra entre a ideologia e a realidade concreta das emissoras comunitárias como um problema interno. Para a Coordenação da ABRAÇO/AL, o que existe é a dificuldade das lideranças de cada emissora em implementar a concepção de Rádio Comunitária diante do projeto do movimento.

Isso acontece porque eles [as lideranças comunitárias] acreditam que se possa criar uma emissora [de RadCom] semelhante às [emissoras] comerciais. Para solucionar isso, estamos fazendo um trabalho de educação popular, discutindo com as comunidades que elas devem participar, discutir problemas comunitários. (Entrevista com a Coordenação Geral da ABRAÇO-AL, em janeiro de 2006, apêndice A).

Segundo ele, essa situação se expressa no grande número de pessoas que desenvolvem experiências de radiodifusão comunitária sem compartilhar da concepção de Rádio Comunitária do MBRC. Nas palavras de um dos líderes do movimento em Alagoas, “isso se dá, pois os próprios militantes não conseguem construir um movimento coeso, na perspectiva de que as rádios comunitárias não sejam utilizadas pelos mesmos grupos que se utilizam das rádios oficiais (comerciais) (*sic.*)”. (*op. cit.*).

Na avaliação do militante, existem dificuldades no Movimento de Radiodifusão Comunitária de Alagoas que o paralisam em sua atuação. Ele defende que, para superar essa situação, é necessário que o movimento siga para o embate com as emissoras comerciais, no sentido de aumentar o número de emissoras e disputar os ouvintes.

Por isso, afirmamos que a institucionalização da política de comunicação comunitária, ao invés de impulsionar a luta pelo direito à comunicação efetiva, promove uma quebra entre as necessidades do ser social que vive do trabalho e a realidade concreta. Não nos referimos àquelas necessidades expostas na legislação, mas àquelas socialmente válidas, nas quais o ser social possa também utilizar o desenvolvimento técnico-científico contemporâneo na comunicação mediática, participando do processo como emissor e receptor.

Os representantes das empresas de comunicação de massa em Alagoas, organizados na Associação Alagoana das Emissoras de Rádio, Televisão e Jornais Diários (ALERT)²⁷, concordam com a necessidade de fazer com que as emissoras comunitárias assumam o papel verdadeiramente comunitário. No entanto, esta afirmação contém a estratégia de combater aquelas emissoras comunitárias que trabalham como rádios comerciais e, como consequência, concorrem comercialmente pelas verbas publicitárias com aquelas que se assumem ligadas ao mercado.

Quanto às rádios comunitárias que atuam nos moldes da legislação em vigor, o representante da ALERT afirmou que não há grande preocupação com essas emissoras. Para a entidade do empresariado alagoano de meios de comunicação, elas desempenham seu papel em conformidade com o que determina a Lei 9.612/98, portanto, não representam ameaça aos meios de comunicação de massa.

Analisamos que essa despreocupação é fundamentada pelo entendimento de que essas emissoras, quando adequadas ao modelo brasileiro de RadCom, conforme já apresentado neste trabalho, são funcionais à sociedade capitalista brasileira. Isto acontece devido à forma e ao conteúdo que são assumidos por essas emissoras.

Atualmente a ALERT participa de uma campanha nacional promovida pela ABERT, que, nas palavras do presidente da entidade local, “pretende combater as rádios piratas”. (Entrevista com o presidente da ALERT em maio de 2006, apêndice B). Uma peça em áudio é veiculada nas rádios comerciais alagoanas, direcionada aos empresários que anunciam seus

²⁷ A ALERT foi fundada em 31 de março de 2003 e possui em seus quadros cerca de 15 emissoras de rádio, além das empresas que exploram o serviço de televisão. Dentre seus objetivos figura a defesa “dos direitos dos concessionários e permissionários dos serviços de radiodifusão, assim como do livre exercício de suas atividades dentro das garantias constitucionais que lhe são conferidas”. (ALERT, Estatuto Social: 2006). A entidade é filiada à ABERT e à ABRA – Associação Brasileira dos Radiodifusores, uma dissidência da ABERT, liderada pela Rede Bandeirantes.

produtos e serviços nas emissoras comunitárias não autorizadas pelo Estado e diz o seguinte: “se você anuncia em uma emissora pirata, sua empresa aparecerá... nas páginas policiais”. (Trecho da peça publicitária da campanha ABERT e ALERT contra as rádios que funcionam sem autorização).

De acordo com a ALERT, a entidade tem interesse em participar de parcerias entre “aquelas emissoras verdadeiramente comunitárias e as rádios comerciais. A ALERT não tem nada contra as rádios verdadeiramente comunitárias. Nós apoiamos as suas atividades”. (op. cit.).

O representante da ALERT ainda apontou nas emissoras que estão de acordo com a legislação de RadCom a possibilidade de elas formarem a mão-de-obra experiente necessária às rádios comerciais. Isso desvela os reais traços impressos pela ideologia dominante na concepção adotada pela política de comunicação comunitária e pode ser identificado na legislação:

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:
[...] IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente; (BRASIL, Ministério das Comunicações, Lei n.º 9.612: 1998).

Em nossa avaliação, tanto a falta de compreensão sobre a concepção ideológica de Rádio Comunitária e acerca do projeto do movimento por parte dos militantes, quanto a utilização de emissoras com propostas semelhantes aos meios de comunicação de massa têm raízes na penetração do pensamento liberal-democrata na ideologia da classe trabalhadora. A principal consequência é a quebra entre o projeto do movimento e a realidade concreta das RadCom em Alagoas.

No momento em que um dos líderes do Movimento em Alagoas afirma que pretende fazer “um trabalho de educação popular”, o que está sendo almejado é a desconstrução da ideologia dominante na consciência social da classe trabalhadora. O que consideramos ser uma tarefa difícil, porém não impossível. E a comunicação popular certamente figurará como instrumento fundamental.

O fato que demonstra a dimensão gigantesca dessa tarefa é apontado pelo próprio militante do movimento e um dos pioneiros no Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas.

Em Maceió, por exemplo, temos aproximadamente 100 emissoras de rádio comunitária. Mas podemos afirmar com certeza que nenhuma desempenha o papel defendido pelo movimento, que é de colocar as pessoas diante da construção de seus destinos, de consciência quanto a seus direitos, de fazer com que as pessoas tenham um senso crítico. (Entrevista com a Coordenação Geral da ABRAÇO-AL, em janeiro de 2006, apêndice A).

A penetração da ideologia dominante atua como barreira a efetivação do projeto do movimento em Alagoas, ao passo que ameaça sua práxis. Logo, temos a noção de como a ideologia dominante, na concepção que funda a sociabilidade burguesa brasileira, tenta imprimir limites ao Movimento de Radiodifusão Comunitária no estado.

A leitura que fazemos da realidade concreta vai ao encontro da defesa de Yamamoto (2001), a favor da criação de espaços coletivos que ultrapassem os espaços oficiais como estratégia de articulação da classe trabalhadora diante do embate entre projetos de classes antagônicas. Dessa forma, a criação de emissoras de rádio comunitárias seria experiências nesse sentido, porque organiza novas formas de diálogo intra-classe com vistas ao fortalecimento de sua organização.

A partir desse contexto, a Rádio Comunitária apresenta-se como a fundação de um novo espaço de interação com várias potencialidades. Um espaço de promoção de uma permanente articulação política no âmbito das organizações populares da sociedade civil para definir propostas e estratégias comuns com vistas a superar a opressão da sociedade capitalista.

Neste sentido, Yamamoto (*op. cit.*) afirma a necessidade de assumir e também extrapolar os espaços oficiais, como os conselhos de direitos. Estas novas alternativas têm a característica de reassumir o trabalho de base, de educação, mobilização e organização popular.

As representações das forças econômicas do capital presentes no Estado Capitalista brasileiro e nas políticas públicas de comunicação são desafios que devem ser enfrentados na

formulação da comunicação da classe trabalhadora. Essa é uma tarefa que deve ser abraçada pelos militantes do movimento e disseminada no conjunto da classe trabalhadora.

A construção de uma sociabilidade mais justa, do ponto de vista do fim da exploração de uma minoria por uma maioria, certamente passa pelo enfrentamento das situações de opressão. Assim, não temos dúvidas de que a luta do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária nos parece uma resistência propositiva.

4 A Práxis das Rádios Comunitárias em Alagoas entre 1999 e 2006 diante do Projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária

4.1 O Rádio em Alagoas: penetração social e realidade local

Para que pudéssemos entender a inserção do rádio em Alagoas, procuramos informações a respeito da penetração social deste meio de comunicação no estado, por meio da análise de documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Logo em seguida, elaboramos uma análise sobre a radiodifusão sonora no estado, a partir do estudo acerca das emissoras de rádio comerciais, especialmente na capital alagoana.

Para se apreender o acesso ao rádio pelos alagoanos, analisaremos os dados coletados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Pretendemos com isso compreender o nível de acesso a este meio de comunicação no estado de Alagoas.

Tomamos por base as pesquisas realizadas nos anos de 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005, pois somente a partir deste período foi incorporada à investigação a questão sobre a presença do rádio identificada por estado da Federação. Esperamos com esta metodologia apreender alguns aspectos da penetração deste meio de comunicação em Alagoas.

Partindo dos dados coletados, realizamos análises sobre a posição ocupada pelo rádio nos domicílios alagoanos, comparando com as posições disputadas com a televisão. Lembramos que o surgimento da televisão no Brasil, com a primeira transmissão ao vivo em 18 de setembro de 1950, pela TV Tupi de São Paulo, representou uma ameaça à hegemonia do rádio, apesar da grande maioria dos donos de TV já possuírem empresas de rádio. Da posição ocupado como meio de comunicação preferido dos brasileiros, este instrumento de

radiodifusão viu, pouco a pouco, as ondas da televisão brasileira ocupando um lugar mais destacado nas residências do país.

Diante disso, os dados referentes a 2001 apontam que, em Alagoas, o rádio ainda mantinha uma posição superior de ocupação dos lares, se comparado à televisão. O rádio aparece no total em 561.470 domicílios pesquisados, ao passo que o aparelho de televisão consta em 540.393 residências. Isto significa que no referido ano o rádio ocupava aproximadamente 3,8% a mais de domicílios que a televisão.

Podemos visualizar estes dados no quadro abaixo:

Quadro 01 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento mensal domiciliar, segundo a situação do domicílio e alguns bens duráveis existentes no domicílio / PNAD – 2001 Alagoas

Situação do domicílio e bens duráveis existentes no domicílio	Domicílios particulares permanentes									
	Classes de rendimento mensal domiciliar (salário mínimo)									
	Total	Até um	Mais de um a dois	Mais de dois a três	Mais de três a cinco	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento (2)	Sem declaração
total	698.963	196.416	193.068	121.679	89.109	51.263	22.516	13.893	11.019	-
rádio										
tinham	561.470	136.053	157.137	98.684	79.528	46.952	22.036	13.414	7.666	-
não tinham	137.493	60.363	35.931	22.995	9.581	4.311	480	479	3.353	-
sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
televisão										
tinham	540.393	114.497	145.160	104.913	83.360	49.826	22.516	13.893	6.228	-
em cores	469.011	80.004	125.038	92.457	80.486	49.347	22.516	13.893	5.270	-
somente em preto e branco	71.382	34.493	20.122	12.456	2.874	479	-	-	958	-
não tinham	158.570	81.919	47.908	16.766	5.749	1.437	-	-	4.791	-
sem declaração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE. (www.ibge.gov.br). 2006.

Outro resultado da análise dos dados da PNAD 2001 constata que, conforme diminui a renda dos domicílios, aumenta a presença do rádio nos domicílios estudados em relação à televisão. Assim, nas camadas de trabalhadores situadas nas faixas sem rendimento até dois mínimos, este meio de comunicação prevalece.

No entanto, quando passamos para as rendas no intervalo entre dois e mais de 20 salários mínimos, a televisão, um aparelho absolutamente mais caro que o rádio, surge mais quantitativamente nestes intervalos de renda. Logo, identificamos que o rádio é o meio de comunicação privilegiado das camadas assalariadas mais baixas ou sem renda oficial da classe trabalhadora.

Já em 2002, a PNAD nos mostra que a tendência apresentada na sociedade brasileira atual de superação, em termos quantitativos, do rádio pela televisão tornou-se concreta no estado de Alagoas. Antes existia uma proximidade no número de aparelhos nos domicílios locais, com uma pequena hegemonia do rádio. No entanto, essa realidade aponta agora para outro caminho.

Houve, em 2002, um considerável aumento no número de domicílios com aparelho de televisão, passando de 540.393 residências em 2001 para 569.452 em 2002, conforme quadro 02. No entanto, o mesmo crescimento não foi observado nos domicílios quanto ao número de aparelhos de rádio. A presença deste aparelho nos domicílios pesquisados teve um aumento tímido de 561.470 residências em 2001 para 563.055 em 2002.

Atentando para os números de 2003, identificamos um crescimento no número de moradias com aparelhos de rádio. Este crescimento aproximou novamente o número de aparelhos de rádio ao de televisão nas residências alagoanas, fazendo a quantidade dos primeiros novamente ultrapassar a dos segundo, ainda que em números mínimos.

Em 2004, o número de residências em Alagoas com televisão ultrapassou expressivamente a presença do rádio, confirmando um cenário de maior penetração daquele meio de comunicação na sociedade brasileira. Essa trajetória foi ratificada com os resultados da PNAD 2005. Neste ano, a presença da televisão ampliou-se nas residências alagoanas, comparando-se com o comportamento do rádio. A explicação para este fato reside no barateamento dos aparelhos de televisão, que além de ser um meio de comunicação com áudio, tem o privilegio de também veicular a imagem, o que o torna muito atrativo nas

residências. Logo, os indicadores da pesquisa 2005 revelaram uma tendência de consolidação desse cenário.

Ao mesmo tempo, confirma-se a forte presença do rádio no cotidiano dos alagoanos. Segundo a PNAD 2005, este meio de comunicação está presente em 81,6% dos domicílios pesquisados, em contrapartida ao 79,6% registrados na pesquisa anterior. A seguir, a tabela com variação de domicílios com rádio e televisão entre 2001 e 2005:

Quadro 02 - Variação anual no número de aparelho de rádio e televisão nos domicílios pesquisados pela PNAD 2001, 2002, 2003, 2004 e 2005.

VARIAÇÃO ANUAL	2001	2002	2003	2004	2005
Rádio	561.470	563.055	575.068	597.005	620.050
Televisão	540.393	569.452	574.611	614.727	640.600

Fonte: IBGE (www.ibge.gov.br). 2006.

Essa tendência estava em gestação na sociedade brasileira desde 2001, quando já era atestada pela PNAD. As pesquisas mostravam números que ainda não eram absolutos na realidade alagoana, mas que traziam indicações do cenário atual.

Em 1999, devido ao crescimento pouco intenso de moradias com rádio, o percentual de domicílios em que havia este bem já mostrava retração em relação ao do ano anterior, mas ainda superava o de domicílios com televisão, que mantinha trajetória ascendente. Em 2001, o percentual de moradias com televisão (89,0%) ultrapassou o de habitações com rádio (88,0%). Em 1999, a participação das habitações com rádio estava em 89,9% e a daquelas com televisão, em 87,8%. (BRASIL, IBGE, PNAD: 2001).

Os dados apresentados comprovam a penetração dos meios eletrônicos de comunicação no cotidiano da classe trabalhadora. Vemos neste fato um potencial de inserção cada vez maior desta classe na sociabilidade burguesa já que, seja a televisão ou o rádio, comunitária ou de massa, ambos participam do sistema de comunicação brasileiro reproduzindo a ideologia dominante, mesmo em níveis diferenciados. Entretanto, isto é mais acentuado com as emissoras de massa. Ao mesmo tempo, entendemos que esse potencial da comunicação eletrônica pode ser revertido em favor da classe trabalhadora.

Segundo estimativa do IBGE²⁸, a partir de dados do Censo de 2000, a cidade de Maceió possuía 903.463 habitantes distribuídos em 511 km² (quilômetros quadrados). Nesta territorialidade, doze concessões de rádio no serviço de radiodifusão convencional (radiodifusão sonora) estão outorgadas pelo Ministério das Comunicações²⁹, das quais nove funcionam em caráter comercial³⁰: cinco emissoras no serviço em frequência modulada e quatro em ondas médias.

Assim, as emissoras comerciais que funcionam em Maceió em Frequência Modulada, conhecidas como rádios FM, são: *Rádio Gazeta FM*, *Rádio Maceió*, *Rádio 96 FM*, *Rádio 103,7(Pajuçara FM)* e *Rede Aleluia*. A principal característica dessas emissoras é a programação, quase que exclusivamente musical. A programação reproduz basicamente músicas da indústria cultural - grupos musicais e cantores produzidos pela grande indústria fonográfica nacional e internacional -, porém há ainda a inserção mínima de notícias locais, nacionais e internacionais, em geral, relacionada ainda a informações sobre a indústria cultural.

Numa comparação entre a programação destas emissoras com o que é produzido em algumas RadCom apontadas como modelo pelo MBRC em Alagoas, a exemplo das Rádios Alternativa FM em Maceió e Salomé Fm na cidade de São Sebastião, no agreste alagoano, percebe-se a ausência de elementos que estimulem a crítica a realidade social dos ouvintes.³¹ Enquanto as primeiras privilegiam uma programação musical, as segundas tentam mesclar a programação musical com o debate acerca de políticas públicas, por exemplo.

Além dessas, outras emissoras em FM com outorga em cidades vizinhas tem programação direcionada à capital alagoana. São elas: a Rádio Jovem Pan, com outorga para a cidade de Marechal Deodoro; a Rede Farol Sat, com outorga para cidade de Rio Largo; e a CBN (Central Brasileira de Notícias) Maceió, com outorga na cidade de Coqueiro Seco.

A autorização para funcionamento de uma rádio comunitária é dada por meio do serviço de Frequência Modulada (FM). Este tipo de serviço de radiodifusão sonora tem a

²⁸ As estimativas foram retiradas do canal Cidades@ no sítio do IBGE: www.ibge.gov.br/cidadesat.

²⁹ Informações reunidas em pesquisas realizadas entre janeiro e maio de 2006 no Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa (SISCOM) da Agência Nacional de Telecomunicações.

³⁰ No Brasil, o serviço de radiodifusão sonora e de imagem são serviços exclusivos do Estado, que poderá conceder canais de rádio ou televisão, com tempo determinado, para exploração comercial, observando-se, de acordo com a Constituição Federal, a complementaridade entre os sistemas estatais, privados e públicos.

³¹ Os elementos para análise da programação destas emissoras de Rádio foram retirados de Santos (1999; 2002; 2005).

vantagem de ser mais barato no que diz respeito aos equipamentos para se promover a emissão do sinal. Os equipamentos, inclusive, podem ser construídos de forma caseira, a exemplo do transmissor.

Outras modalidades de transmissão, como as Ondas Médias (OM), requerem maior tecnologia e, conseqüentemente, maior emprego de recursos financeiros. Isto dificulta a montagem de emissoras por grupos de trabalhadores desprovidos de recursos financeiros para este fim.

No que se refere às emissoras comerciais que trabalham com o serviço de Ondas Médias (OM), conhecidas como rádios AM, Maceió dispõe das seguintes emissoras outorgadas: *Rádio Gazeta*, *Rádio O Jornal*, *Rádio Milênio* e *Rádio Palmares*. Outras emissoras atingem o raio territorial da capital alagoana, porém suas concessões são registradas em cidades vizinhas, a exemplo da *Rádio Imperial*, que possui os transmissores instalados em Marechal Deodoro e os estúdios funcionam em Maceió, e a Rádio Correio AM, que tem outorga na cidade de Pilar.

A realidade nacional de concentração na propriedade dos meios de comunicação é reproduzida em Alagoas com a existência de conglomerados de comunicações. O maior deles está representado pelas Organizações Arnon de Mello (OAM), da família do ex-presidente Fernando Collor de Mello. As OAM detêm emissoras de rádio AM e FM, funcionando também em cidades do interior do estado, além de atuar com um portal na Internet, no setor gráfico, etc.

O mercado de comunicação, especialmente eletrônica, ainda está repartido entre outros grupos, em que se destacam o *Grupo Pajuçara de Comunicação*, com a participação do empresário da agroindústria da cana-de-açúcar João Tenório e do deputado federal por Alagoas José Tomás Nono (PFL), e do *Grupo Sampaio de Rádio e Televisão*, liderado pelo ex-vice-governador do estado Geraldo Sampaio.

A situação das rádios alagoanas faz emergir indícios de que a hipótese apresentada por Stadnik (1991) sobre o coronelismo eletrônico repercute na realidade social local. Sobre esta hipótese nos fala Bayma (2005, p. 01) em seu estudo sobre a concentração da propriedade de meios de comunicação e o coronelismo eletrônico no Brasil:

[...] A ciência política trata como coronelismo a relação entre os coronéis locais, líderes das oligarquias regionais, que buscavam tirar proveito do poder público, no século XIX e início do século XX e não há como deixar de se associar esse termo aos atuais impérios de comunicação mantidos por chefes políticos oligárquicos, que têm, inclusive, forte influência nacional. O compadrio, a patronagem, o clientelismo, e o patrimonialismo ganharam, assim, no Brasil, a companhia dos mais sofisticados meios de extensão do poder da fala até então inventados pelo homem: o rádio e a televisão. Constituindo-se em um dos traços determinantes do atual poder oligárquico nacional, a posse de estações de rádio e de televisão por grupos familiares e pelas elites políticas locais ou regionais é o que se convencionou chamar de coronelismo eletrônico.

Para sermos mais específicos quanto aos indícios que apontam para a confirmação dessa hipótese em Alagoas, atentemos para o trecho da matéria publicada no sítio *Observatório da Imprensa*³² sobre a operação deste fenômeno no governo de Fernando Henrique:

[...] A maior parte das emissoras educativas autorizadas por FHC foi para universidades, igrejas e profissionais de radiodifusão, mas grande número foi parar em fundações ligadas a políticos. A identificação dos políticos favorecidos é difícil porque eles não aparecem como responsáveis pelas fundações na documentação existente nos cartórios e no Ministério Público. Em geral, se fazem representar por parentes, assessores e pessoas de confiança. A Fundação Quilombo, que recebeu as seis concessões aprovadas para o Estado de Alagoas (cinco rádios e uma TV) tem como presidente a assessora do deputado federal João Caldas (PL-AL), Maria Betânia Botelho Alves. Ela disse que o deputado é o 'instituidor' da entidade. (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2006).

Uma das concessões de rádio apontada na reportagem do *Observatório da Imprensa* figura entre as cinco permissões de rádio em frequência modulada para a cidade de Maceió citadas aqui anteriormente. Assim, esses representantes do capital estendem seu poder político ao braço eletrônico dos meios de comunicação de massa e as ondas eletromagnéticas, parte do meio ambiente natural, transformam-se em propriedades privadas a serviço de interesses particulares de dominação, atuando como um dos principais veículos de transmissão da ideologia da burguesia nacional.

³² O Observatório da Imprensa é uma entidade civil e não-governamental. Tem o objetivo de acompanhar, junto com outras organizações da sociedade civil, o desempenho da mídia brasileira. Funciona como um fórum permanente onde os usuários da mídia – leitores, ouvintes e telespectadores – participam, opinando sobre os meios de comunicação. Tem uma versão virtual e outra televisiva apresentada pela Rede Brasil e pela TV Cultura.

Conforme o Relatório Final do Projeto de Pesquisa *Rádio Comunitária e Pedido de Outorga de Canal Comunitário Vinculado à Universidade Federal de Alagoas (2000)*, as emissoras de Rádio Comunitária de algumas cidades da região compreendida como grande Maceió (Maceió, Rio Largo, Paripueira e Barra de Santo Antônio) possuem uma dualidade. Por um lado, são um misto de conformismo com o sistema capitalista, quando reproduzem aspectos da cultura e da comunicação de massa com entretenimento sem compromisso com uma comunicação emancipadora e fazem parte do jogo político-partidário.

Por outro lado, essas emissoras comunitárias representam, ao mesmo tempo, uma forma de resistência à dominação na esfera da comunicação. Isso acontece quando elas tentam direcionar sua atuação para questões ligadas às lutas sociais dos trabalhadores, como, por exemplo, o atendimento a serviços públicos.

A investigação acima também detectou a existência de cinco entidades explicitamente vinculadas a partidos políticos, entre seis solicitações de canal de rádio comunitária ao Ministério das Comunicações. Dentre estas, estão as duas únicas emissoras de Rádio Comunitárias de Maceió que estão autorizadas permanentemente a exercer o serviço de radiodifusão comunitária, de acordo com informações do Sistema de Concessão de Radiodifusão do Ministério das Comunicações: a *RadCom A Voz do Bebedouro*, mantida pela Associação Comunitária A Voz do Bebedouro, e a *Rádio Comunitária da Serraria*, mantida pela Associação dos Moradores do Loteamento Jardim Santa Ana. (Brasil, Ministério das Comunicações, 2006).

Essas são algumas das contradições que podemos identificar nestas emissoras. Ao tentarem copiar modelos da comunicação dominante trazem consigo também elementos da ideologia da classe dominante, o que vem limitando essas experiências de comunicação da classe trabalhadora. A partir dessas análises, não queremos desqualificar as iniciativas de comunicação da classe trabalhadora, mas sim apontar limitações e potencialidades que possam enriquecer esses meios de comunicação popular.

Dessa forma, pretendemos entender a problemática do Rádio em Alagoas, enquanto meio de comunicação e sua inserção no cotidiano da classe trabalhadora. Buscamos ainda apreender aspectos da sua instrumentalização pela classe dominante local. Partimos do pressuposto de que este é o primeiro passo para compreender como surgiram as demandas

loais por comunicação da classe trabalhadora e como suas ações coletivas tentam imprimir orientação ao Movimento Social estudado.

4.2 Elementos para entender a história do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas

O Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas teve origem em iniciativas isoladas de emissoras livres. Semelhante ao que se passou no Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, com o florescimento de Rádios Livres, em pleno período de crise do regime político da Autocracia Burguesa e transição à democracia liberal na sociedade política, no estado de Alagoas também aconteceram algumas experiências semelhantes. Somente mais tarde, ao apreender um pouco da problemática da concentração de propriedade dos meios de comunicação, essas emissoras articulam-se em um movimento organizado e passam a adotar a denominação de Rádio Comunitária.

Segundo algumas lideranças do movimento em Alagoas, as primeiras emissoras de Rádio Livre surgiram em cidades do interior do estado no início dos anos de 1980. Entre as cidades do interior que abrigaram as experiências pioneiras estão Viçosa, Pão de Açúcar, Boca da Mata e Arapiraca. Na capital alagoana, apareceram e desapareceram efemeramente algumas dessas emissoras.

Geralmente essas rádios eram montadas por técnicos em eletrônica e eletrotécnica, que utilizavam seus conhecimentos técnicos para fazer radiodifusão pelo simples prazer. Outros tinham uma intenção anarquista de subverter a ordem autoritária imposta pelo regime de exceção política em vigor. Entretanto, também se tinham interesses comerciais por trás de algumas dessas emissoras.

As características principais dessas emissoras livres alagoanas eram a rudimentariedade dos equipamentos e o amadorismo. O que exemplificam essas características são os transmissores caseiros, a paixão por fazer rádio e a forma desarticulada e fragmentada que atuavam. Isso indica sua origem ligada a setores populares da classe trabalhadora e evidencia a tentativa dessa classe de usufruir, no mesmo grau que a classe dominante, dos avanços técnico-científicos da radiodifusão.

Entre 1993 e 1994, os dirigentes de algumas emissoras, principalmente no interior do estado, repensaram sua forma de atuação e passaram a diferenciar-se das rádios livres. Este fato possibilitou a identificação entre esses radiodifusores comunitários e representou o primeiro passo rumo à organização.

Pelo que apreendemos, essa diferenciação entre Rádio Livre e Rádio Comunitária foi uma repercussão dos rumos que a cristalização do projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária estava seguindo no país. Também em Alagoas começava a haver a preocupação com a formulação de um projeto transformador para o ordenamento dos meios de comunicações. Isso iria, mais tarde, refletir na práxis do movimento local e promover sua inserção no Movimento Nacional.

Em Maceió, há informações de alguns militantes que a primeira Rádio Comunitária tenha sido a Rádio Coqueiro, que funcionava no bairro da Ponta da Terra entre os anos de 1996 e 1997. Essa emissora atuava com perfil semelhante ao conceito adotado atualmente pelo movimento e recebeu esse nome, porque sua antena funcionava no alto de um coqueiro, objetivando um maior raio de alcance e se esconder dos olhares repressores.

Outras experiências consideradas pioneiras na capital alagoana também surgiram no mesmo período no bairro do Benedito Bentes. Os líderes do movimento neste bairro eram conhecidos como Beckmann e Marcos Silva. Essas são consideradas experiências bem incisivas quanto à proposta de rádio comunitária e que enfrentaram uma série de perseguições do Governo Federal por meio, principalmente, da Polícia Federal.

Entre os militantes do MBRC em Alagoas está Freitas Neto, jornalista e sindicalista alagoano. Desde que as emissoras começaram a se articular no estado no início da década de 1990, Freitas Neto participou deste momento, discutindo sobre a atuação do movimento e das próprias emissoras comunitárias.

Somente em 1996, os radiodifusores livres reuniram-se no I Encontro das Rádios Livres Comunitárias de Alagoas. Nesta reunião, o conceito de Rádio Livre foi efetivamente repensado pelos militantes destas emissoras. Isso foi proporcionado pelo desenvolvimento do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária, ainda como consequência do desenrolar das lutas dos militantes do movimento na constituinte da Carta de 1988.

Assim, passaram a adotar a definição de Rádio Comunitária, como uma emissora de rádio sem fins lucrativos, com programação produzida e direcionada às comunidades em que funcionam. Outra característica é que essas emissoras ideologicamente buscam contrapor-se aos meios de comunicação de massa. Dessa forma, pretendiam abandonar a idéia de um ouvinte fixo.

A partir desse momento, o movimento alagoano articulou aqueles sujeitos que defendiam a radiodifusão livre, ainda embalados pelo ideário da redemocratização brasileira. Conforme estudo apresentado no segundo capítulo deste trabalho, a idéia de democratização da comunicação foi forte inspiração para as rádios livres e continua a ser ainda nessa fase de aprofundamento do conceito desse meio de comunicação popular. O movimento aqui foi tardio, se comparado a outros estados da federação.

Depois de grande articulação entre os militantes de diversos municípios, especialmente Arapiraca, São Sebastião e Viçosa, foi fundada, em 14 de maio de 1999, a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, seccional Alagoas (ABRAÇO/AL). De acordo com a Ata de Fundação, participaram deste momento as seguintes entidades: Sindicato dos Radialistas de Alagoas, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas, ONG De Olho em São Sebastião, Associação Rádio Comunitária Major Isidoro, Ascocide de Viçosa e o Centro de Comunicação da Fundação Jaime de Altavila (FEJAL). (ANEXO B).

Um fato curioso é que o nome da entidade ficou provisoriamente definido como Associação da Radiodifusão Comunitária de Alagoas (ARCAL). Somente com a aprovação do Estatuto, em 24 de julho de 1999, adotou-se a denominação ABRAÇO, filiando-se à entidade nacional.

O endereço provisório era bem representativo para o Movimento: situava-se na Casa da Comunicação, um prédio que abrigava, além desta entidade, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Alagoas, o Sindicato dos Radialistas de Alagoas e a Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), seccional de Alagoas. Em meio às sedes dos órgãos dos trabalhadores da comunicação, foi instalada a primeira sede da instituição que passou a reunir os radiodifusores comunitários do estado. Outra sede também funcionou na Sub-Delegacia Sindical Che Guevara, na cidade Arapiraca.

É evidente a origem do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas ligada às lutas da classe trabalhadora. A participação de sindicatos de trabalhadores da comunicação indica que estes compreendiam a problemática da comunicação na sociedade capitalista, especialmente no Brasil. Assim, organizam-se em torno do projeto de democratização dos meios de comunicação e do incentivo aos meios de comunicação popular.

Isso nos permite caracterizar as ações organizadas pelas rádios comunitárias de Alagoas como um Movimento Social da classe trabalhadora. O projeto e a práxis anti-capitalista, em sua essência, exemplificado pelo entendimento que já possuíam acerca dos meios de comunicação de massa como um dos instrumentos de dominação sobre a classe trabalhadora no Brasil, corrobora esse entendimento.

A partir da data de fundação, a administração da ABRAÇO/AL passou a ser exercida por uma diretoria provisória. No entanto, com a aprovação do Estatuto em julho do mesmo ano, foi eleita uma Coordenação Geral composto por um Coordenador Geral, um Coordenador Financeiro, um Coordenador Secretário, um Coordenador de Comunicação, um Coordenador de Formação Técnica em Radiodifusão, um Coordenador de Organização e Eventos e um Coordenador Jurídico. Também foi previsto o funcionamento de um Conselho de Ética com três titulares e três suplentes.

A finalidade da Diretoria Provisória era de organizar as Rádios Comunitárias de Alagoas. Isso foi perseguido por meio das ações organizadas pela entidade, “lutando e incentivando a democratização dos serviços de TV e radiodifusão comunitária, bem como elaborar e realizar o trabalho de criação definitiva da ARCAL, bem como de eleição da Diretoria e demais órgãos da entidade (*sic*)”. (ABRAÇO/AL, Ata de Fundação da ABRAÇO/AL: 1999).

O quadro associativo do movimento, de acordo com o primeiro Estatuto da ABRAÇO/AL, deveria ser composto por emissoras de radiodifusão comunitária e entidades da sociedade civil organizada do Estado de Alagoas, que participassem das atividades defendidas pela entidade. Com isso, esperava-se envolver diversas categorias de radiodifusão popular, tais como Rádios Comunitárias em FM (Frequência Modulada) e AM (Ondas Médias), Rádios Comunitárias com sistema de caixas de som, Rádios Comunitárias com sistema de alto-falantes e TVs Comunitárias.

Podemos perceber que o Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas organizou-se em torno de diversas formas de comunicação popular. No entanto, as rádios FM sobressaem-se, devido à maior facilidade de funcionamento. Isso facilitou a criação de RadCom com a crescente participação de setores elementares da classe trabalhadora, sem muito acesso a recursos financeiros, na radiodifusão.

Com a aprovação do Estatuto, a sede da entidade é transferida, definitivamente, de Maceió para a cidade de Arapiraca. Este fato ilustra como o movimento, que surgiu no interior do estado de Alagoas, mantinha a militância mais forte na região daquela cidade do agreste alagoano.

O Estatuto também apresenta as finalidades da entidade. Dentre essas finalidades destacamos a promoção e o desenvolvimento da democratização da comunicação em todos os seus aspectos e instâncias, a prestação de assistências jurídicas, científicas e sociais aos associados para que eles possam exercer com segurança o pleno exercício de suas atividades na sociedade. (ABRAÇO/AL, Estatuto Social: 1999).

A entidade ainda tinha a finalidade de servir como instrumento de representatividade individual ou coletiva das emissoras comunitárias. Para isso, deveria agir como interlocutor privilegiado, a fim de garantir a defesa dos seus direitos e dos seus deveres junto a todas as instâncias, entidades, instituições, organizações públicas e privadas, suscetíveis de entrar em relações contratuais e/ou conflituais com elas. (ABRAÇO/AL, Estatuto Social: 1999).

Assim, o Projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária (MBRC), especialmente quanto à democratização da comunicação, emerge no movimento local. Isso acontece porque o mesmo antagonismo que marca a comunicação em nível nacional reproduz-se também na esfera local, onde os meios de comunicação de massa detém o monopólio dos que estão autorizados a falar. Portanto, as experiências de comunicação popular defendidas pela ABRAÇO/AL, sejam elas uma “rádio-poste” ou um emissora em FM, atuam no sentido de criar espaços para que a classe trabalhadora possa ser, ao mesmo tempo, produtora e receptora das informações.

A entidade criada pelo Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas também expressa em suas finalidades o sentido de uma unidade no movimento, ao colocar-se como representante das emissoras comunitárias. Parece que esse movimento conseguia

entender a dinâmica da sociedade capitalista ao reconhecer que há antagonismo e contradição tanto na sociedade civil, quanto na sociedade política, quando, no Estatuto da ABRAÇO/AL, é reconhecida a possibilidade do conflito com entes públicos e privados.

No entanto, o atraso do movimento local em relação à articulação já adiantada do Movimento Nacional nos dá indícios de que o antagonismo de classes em Alagoas não estava sendo apreendido por setores expressivos da classe trabalhadora, pelo menos na esfera da comunicação, até o momento de articulação do MBRC no estado. O fato de já existir, desde o início dos anos de 1980, experiências de Rádio Livre e somente depois de quase vinte anos essas emissoras conseguem articular-se em um movimento, pode apontar o baixo grau de envolvimento dos trabalhadores alagoanos com as lutas específicas da classe trabalhadora nacional.

A realização do 1º Congresso Alagoano de Rádios Comunitárias na cidade de Arapiraca somente em 1999 é um fato que corrobora esse entendimento. O tema tratado no congresso girou em torno do processo de legalização das emissoras de RadCom, uma das principais demandas da época, já que a Lei 9.612/98 tinha apenas um ano em vigor.

A partir deste primeiro evento, o congresso passaria a ser promovido bianualmente, conforme determinava o Estatuto da ABRAÇO/AL. Em 2001, foi realizado o II Congresso Alagoano com sede na cidade de Maceió. O tema discutido foi a necessidade de os movimentos sociais engajarem-se nas rádios comunitárias.

Em 2003, acontece o III Congresso, também em Maceió. Neste ano, a temática tratava da formação dos radiodifusores comunitários. Para 2007, está sendo planejado o IV Congresso, que deverá tratar sobre o financiamento das emissoras comunitárias. Com isso, o projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária desenvolve-se em Alagoas na práxis do movimento local.

Em suma, a história do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas nos revela como o projeto do Movimento Nacional chegou ao estado. Explica ainda como o encontro com os mesmos elementos que contestava serviu de campo para seu desenvolvimento: a concentração de meios de comunicação sob o controle de uma classe dominante que os instrumentalizam para perpetuar a situação de dominação sobre o conjunto da classe trabalhadora local.

4.3 A práxis do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas

A consolidação da organização do Movimento Radiodifusão Comunitária em Alagoas estava relacionada ao desenvolvimento de uma práxis que levasse ao avanço de seu projeto, enquanto Movimento Social. Uma iniciativa nesse sentido foi a tentativa de mudar a percepção de Rádio Comunitária que era conhecida pelos alagoanos. A classe dominante local insistia em validar sua visão dessas emissoras como “Rádio Pirata”, termo especialmente usado nos meios de comunicação de massa, o que foi objeto de atuação da ABRAÇO/AL.

É o que indica a reportagem “Rádios ‘piratas’ na mira dos órgãos de fiscalização”, publicada no jornal *Gazeta de Alagoas*, do dia 30 de maio de 1999. O jornal pertence às Organizações Arnon de Mello, que possuem diversas rádios e desde essa época já demonstrava preocupação com o aumento das emissoras de Rádios Comunitárias sem autorização.

A resposta do movimento por meio da recém-fundada ABRAÇO/AL foi rápida. No dia seguinte, 31 de maio de 1999, foi encaminhada uma carta à redação do jornal, esclarecendo o desuso do termo “Rádio Pirata”, em virtude da aprovação da legislação em 1998. Na carta, também foi informado o porquê da maioria das emissoras ainda não possuir a autorização para funcionar.

As emissoras comunitárias estão sendo penalizadas pela morosidade do Ministério das Comunicações em analisar e homologar os processos de concessão. Ressalta-se que existem no país em torno de 11.000 rádios que estão aguardando parecer daquele órgão, sendo em torno de oitenta e uma (81) rádios em Alagoas. (ABRAÇO/AL, Carta da ABRAÇO/AL à Gazeta de Alagoas: 1999).

No mesmo dia, a ABRAÇO/AL, o Sindicato dos Radialistas de Alagoas e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Alagoas enviam uma carta à ANATEL em Alagoas, à Superintendência da Polícia Federal no Estado e ao Posto Avançado local do

Ministério das Comunicações. Neste documento, as entidades representativa das RadCom em Alagoas expõem a situação de perseguição às Rádios Comunitárias no Estado.

O documento ainda expunha argumentos acerca da importância da ABRAÇO/AL na luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil. Há também uma solicitação de empenho destas autoridades, com vistas a resguardar o direito constitucional de livre manifestação de pensamento e a suspensão da apreensão de transmissores. (ABRAÇO/AL, Carta da ABRAÇO/AL aos Órgãos Federais de fiscalização do sistema de comunicação: 1999)

Ao nosso ver, este parece ser um ato político muito importante. Porém, com seus limites objetivos, ele não representou o fim da perseguição, já que o interesse do Estado brasileiro em incentivar as Rádios Comunitárias parece-nos menor do que em atender aos grupos de capital na mídia.

A práxis do Movimento Social estudado estava direcionada a mudar o tratamento dispensado pelo Estado brasileiro às rádios comunitárias por meio das políticas públicas de comunicação comunitária. Conforme apontamos na seção 3.2 deste trabalho, a igualdade de acesso ao direito à comunicação expresso nesta política revela, na verdade, uma situação formal, que esconde uma desigualdade real de acesso aos direitos na sociedade capitalista brasileira.

A práxis do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Alagoas tem sua forma de direção e organização caracterizadas por um misto de “basismo” e “vanguardismo”. O “basismo” é caracterizado por Scherer-Warren (1987) como a postura dos Movimentos Sociais que tenta reduzir a necessidade de lideranças. É encontrado no movimento estudado, quando nas bases, ou seja, nas emissoras há o incentivo à participação dos membros da comunidade nas ações.

Isso pode ser exemplificado no cotidiano de algumas emissoras, a partir da produção da programação da RadCom. O processo de colocação de um programa no ar, geralmente, envolve membros das comunidades, na qual essas emissoras atuam. Outro exemplo pode ser retirado no momento em que uma emissora comunitária, sem autorização, sofre ameaça de fechamento e os membros da comunidade reúnem-se para evitar essa ação.

No que se refere à característica de “vanguardista”, também presente no Movimento de Radiodifusão Comunitária de Alagoas, Scherer-Warren (1987) define-a como a defesa da necessidade de lideranças para os Movimentos Sociais. Assim, essa característica está reproduzida no movimento analisando por meio da organização das ações gerais do movimento, a partir da ABRAÇO/AL.

Acreditamos que os Movimentos Sociais podem organizar-se nesses dois momentos: a articulação das bases e o trabalho das lideranças. O primeiro atua no sentido de mobilizar, na base, o projeto e a ideologia que impulsionarão o movimento social. O segundo age na organização, no sentido mais geral, de direcionamento do projeto e da práxis do movimento.

A práxis do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Alagoas define-se como fortemente institucionalizada, no sentido de se mover, quase que exclusivamente, através da relação entre a ABRAÇO/AL e o Estado brasileiro, ou melhor, entre a sociedade civil e a sociedade política. Logo, a análise de documentos da entidade nos mostrou pistas sobre a atuação do movimento no estado de Alagoas, dando margens para as reflexões que são objeto deste trabalho.

Diferente do que foi mostrado por Jacobi (1987), em seu estudo sobre os Movimentos Sociais no período de redemocratização no Brasil, o dilema colocado para esses movimentos, entre a institucionalização e autonomia, parece não se reproduzir no Movimento de Radiodifusão Comunitária de Alagoas. A forte institucionalização da práxis deste movimento aponta para esse sentido. Ao que percebemos, a atuação junto a representantes do Estado parece ser privilegiada em detrimento de ações mais autônomas.

Há ainda a Assembléia Geral, a cada seis meses, e a Coordenação Executiva, investida de amplos poderes concedidos pelo Estatuto e pela Assembléia Geral para a gestão das ações, de acordo com os fins e objetivos da Associação. Outra instância é o Conselho de Ética, ao qual cabe zelar pelo cumprimento do Estatuto e do Código de Ética. Para isso, o Conselho realiza análises e elabora pareceres acerca dos pedidos de aplicação de penalidades aos coordenadores, entidades associadas e seus representantes.

Os componentes que nos autorizam a identificar essas ações coletivas como um Movimento Social, a partir das colocações dos estudiosos dessa categoria analítica, em especial as colocações de Scherer-Warren (*op. cit.*) acerca da Direção e Organização,

qualificam o Congresso como uma fonte privilegiada de estudo do objeto em questão. Isso porque o Congresso da ABRAÇO/AL é o espaço coletivo do Movimento para refletir sua Práxis, seu Projeto, sua Ideologia e, por conseqüência, a Direção e a Organização a serem assumidas na perseguição de seus objetivos, pelo próximos dois anos subseqüentes à sua realização. Assim, fomos buscar nestes eventos o movimento social.

Até o ano de 2006, foram organizados três congressos de radiodifusão comunitária em Alagoas. Portanto, pôde-se manter uma periodicidade nos espaços coletivos de organização, desde o surgimento do Movimento de Radiodifusão Comunitária no estado, aproximadamente entre os anos de 1996, quando foi realizado o I Encontro de Rádios Livres Comunitárias em Alagoas, e 1999, ano de fundação da ABRAÇO/AL.

Nos dias 20 e 21 de agosto de 1999, é realizado pela ABRAÇO/ AL o primeiro evento, reunindo o Movimento de Radiodifusão Comunitária de Alagoas. O I Encontro Alagoano da Radiodifusão Comunitária aconteceu na Câmara de Vereadores da cidade de Arapiraca, na região do agreste do estado, como espaço que foi o foco de articulação dos primeiros militantes do movimento. Apesar de ainda não possuir em sua nomenclatura a denominação de congresso, este era, de fato, o objetivo das vanguardas que participaram de sua idealização, sendo hoje considerado pelo Movimento como o I Congresso Alagoano de Radiodifusão Comunitária (ConRadCom).

A temática deste encontro foi “Radiodifusão Comunitária: legalização e enfrentamento”. Seus objetivos eram tornar pública a existência da entidade representativa do Movimento e articular as emissoras de radiodifusão comunitária existentes no estado de Alagoas. Outra finalidade, no que diz respeito ao projeto construído de forma sócio-histórica pelo Movimento nacional, foi impulsionar a luta pela democratização dos meios de comunicação em âmbito estadual.

Havia ainda, neste primeiro congresso, a intenção de estimular a articulação da Rede de Mulheres na radiodifusão no estado. Outro objetivo do I ConRadCom era escolher os delegados que iriam participar do III Congresso Nacional da ABRAÇO, que seria realizado no Rio Grande do Sul, de acordo com o que determinava o projeto do encontro.

A realização deste evento também tem raízes na necessidade de organização que se colocava para o movimento. Era imprescindível organizar uma reação às perseguições contra

as emissoras de Rádio Comunitária, que aumentavam a cada dia. A legislação havia sido criada há pouco mais de um ano e nenhuma emissora no Brasil ainda tinha conseguido a autorização para funcionamento. Isso aconteceu, porque a implantação de uma política de comunicação comunitária objetivava somente dar respostas formais às demandas do Movimento Social.

Nesse período, a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que a partir da Lei N.º 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações, passou a ser responsável pela fiscalização do sistema de comunicações brasileiro, empreendia operações de fechamento dos estúdios e lacre dos equipamentos, em conjunto com a Polícia Federal (PF). Como exemplo, o Movimento cita a Rádio Universitária da Universidade Federal de Alagoas, que desenvolvia, desde de 1997, experiências de laboratório no Curso de Comunicação Social, vinculadas aos movimentos sociais populares e que havia sido lacrada pela PF.

A articulação promovida pela ABRAÇO/AL para elaboração de um documento para uma Frente Parlamentar Alagoana em Defesa da Radiodifusão Comunitária parecia não trazer novos horizontes para as ações de perseguição às RadCom em Alagoas. A tentativa de interlocução junto a órgãos do Estado brasileiro responsáveis pela execução das políticas de comunicações e sua fiscalização, a exemplo da ANATEL e Ministério das Comunicações, para tentar solucionar o problema da repressão, diante de tão pouco tempo para buscar a autorização de funcionamento e da morosidade desse processo, havia fracassado.

Havia ainda a possibilidade concreta, apontada pela grande participação feminina no movimento, de criação da Rede Mulher no Rádio. A proposta era integrar a rede alagoana à Rede Nacional.

Esperava-se também reunir uma grande delegação para representar o estado de Alagoas no III Congresso Nacional da entidade, reforçando o movimento em defesa da expansão da radiodifusão comunitária, tanto em nível estadual, quanto em nível nacional. Fortalecer o movimento era uma necessidade imperiosa, até mesmo para a própria existência do Movimento de Radiodifusão Comunitária. Isso porque o crescimento do movimento fortaleceria a práxis direcionada à transformação das comunicações no Brasil.

Portanto, reunir aqueles militantes que desenvolviam experiências nessa perspectiva possibilitava ao movimento refletir suas estratégias e ações no sentido de capacitar essas pessoas para todas as demandas da comunicação da classe trabalhadora. Para isso, o movimento apostava na estruturação e organização de seus quadros de militantes na busca pelo que acreditamos ser seu projeto maior, a luta pela democratização da comunicação, além da expansão das emissoras comunitárias.

No Ofício 0016/99, da ABRAÇO/AL, convidando um representante da ANATEL em Alagoas para o primeiro encontro do movimento no estado, a entidade externa sua opinião sobre as causas mais visíveis da repressão às demandas de comunicação da classe trabalhadora e se posiciona quanto às origens da situação-problema.

O movimento entende que a culpa pelas emissoras estarem em funcionamento sem a competente outorga é do próprio Governo Federal, quando põe em prática o sucateamento de toda a administração pública e, nesse sentido, o próprio MINICOM, que, em princípio, não tem condições materiais e humanas de realizar a análise dos muitos pedidos de outorga, em todo o país. (ABRAÇO/AL, ofício n.º 0016/99).

O que parecia ainda não ter sido apreendido, pelo menos não nesse momento inicial de organização do movimento, é que por trás da morosidade do processo de concessão, está encoberto a luta entre interesses antagônicos quanto às políticas de comunicação do Estado brasileiro. De um lado, os movimentos sociais populares buscando o reconhecimento das formas de comunicação da classe trabalhadora, especialmente a Rádio Comunitária, e de outro, os grupos de capital na mídia, que se articulam no sentido de dificultar ao máximo a autorização desses meios de comunicação popular, conforme já discutido anteriormente neste trabalho.

O I Encontro Alagoano da Radiodifusão Comunitária conseguiu êxito diante de seus objetivos. Os avanços mais consideráveis dizem respeito à legalização integral da ABRAÇO/AL, desde o registro do estatuto até sua inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), o que levou a seu reconhecimento como pessoa jurídica e à abertura de uma conta bancária em nome da entidade.

Esse encontro decidiu ainda priorizar investimentos da entidade na formação de Comunicadores Comunitários. A ação consistiu na realização de três seminários/oficinas de radiodifusão comunitária nos municípios de Major Izidoro, Lagoa da Canoa e São Sebastião,

todos na região de origem do movimento em Alagoas. Essas iniciativas reuniram, em média, vinte e cinco participantes e proporcionou aos militantes do movimento, especialmente da região, um maior aprofundamento no projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária.

Ainda como resultado da organização proporcionada pelo encontro, a ABRAÇO/AL pôde indicar vinte e cinco militantes para participar de um curso de *Formação de Comunicadores pela Educação*. Esse curso foi realizado pelo FUNDESCOLA e promovido pelo Ministério da Educação e pelo Banco Mundial.

Outro reflexo também repercutiu na estruturação física da entidade. Os recursos arrecadados durante o encontro viabilizaram o aluguel de uma sede e a aquisição de equipamento que puderam servir para dar agilidade na atuação da entidade, como computador, aparelho de telefone e móveis para escritório. A comunicação institucional também foi melhorada com a distribuição de boletins informativos.

Outras atividades também surgiram como conseqüências do primeiro encontro estadual. Foram ainda realizados cursos sobre noções de tributos e orçamento público, nos municípios de Coruripe, São Sebastião e Santana do Ipanema, em parceria com a Organização Não-Governamental De Olho em São Sebastião.

Como conseqüência da visibilidade alcançada pelo ABRAÇO/AL junto aos movimentos sociais do estado, a entidade foi convidada pelo Governo do Estado de Alagoas para integrar, junto a outras quatorze entidade, o Conselho Estadual de Comunicação Social. Ainda foram liberados diversos transmissores que estavam apreendidos pela Polícia Federal, depois que o movimento ganhou repercussão e força política.

Por último, foi criada a Coordenação de Gênero na Coordenação Geral da ABRAÇO/AL. Esta iniciativa foi resultado da mobilização de mulheres envolvidas com a radiodifusão comunitária. Isso ainda refletiria no II congresso, com a previsão, de acordo com relato em documentos da entidade, de que cerca de 40% dos participantes deveriam ser formados por mulheres, já que elas estão presentes em todos as emissoras de RadCom do estado de Alagoas, como comunicadoras e/ou dirigentes de associações. (ABRAÇO/AL, OFÍCIO 036/2001).

A realização do II Congresso Alagoano de Radiodifusão Comunitária (ConRadCom), ocorrido entre os dias 23 e 25 de março de 2001, consolida-o como instância máxima de deliberação do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Alagoas sob a liderança da ABRAÇO/AL. O tema do evento foi “As Rádios Comunitárias e os Movimentos Sociais: uma parceria eficaz” e já demonstrava sua ligação aos movimentos de contestação à ordem social estabelecida.

Segundo relatos de lideranças e comprovação por documentos da ABRAÇO/AL, a escolha do tema emergiu em meio às dificuldades do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Alagoas em se aproximar de outros movimentos sociais. Essa mesma dificuldade também ocorria na relação da entidade com emissoras de RadCom no Estado, numeradas naquele momento em cento e quatro rádios comunitárias em todo o estado, entre emissoras em pleno funcionamento e aquelas lacradas pela Polícia Federal.

O II ConRadCom foi sediado em Maceió e tinha, entre outros objetivos, a finalidade de articular as entidades de radiodifusão comunitárias em Alagoas para lutarem pela simplicidade e agilidade no procedimento de autorização para funcionamento das emissoras. Outro objetivo era debater o monopólio e a democratização dos meios de comunicação, agindo para que cada comunidade tivesse acesso aos meios de comunicação.

O evento ainda almejava estimular a articulação da Rede de Mulheres de Radiodifusão Comunitária em todo estado. Tendo em vista a realização do Congresso da entidade nacional, o Congresso local também pretendia escolher os delegados que representariam a ABRAÇO/AL no evento, além de debater a importância do jornalismo público, especialmente do jornalismo comunitário, e a qualidade da programação das emissoras comunitárias em geral.

A organização do II Congresso ocorreu em meio ao endurecimento do Governo Federal quanto à fiscalização das emissoras de Rádio Comunitária que estavam funcionando sem autorização. Apesar das vitórias conseguidas no poder judiciário, com a determinação de devolução de equipamentos apreendidos pela Polícia Federal, o número de emissoras que pararam de funcionar aumentou consideravelmente neste período, conforme relatos da ABRAÇO/AL.

No mês de novembro/ 2000, as rádios de Teotônio Vilela, Junqueiro e São Sebastião foram lacradas. Pontue-se que em cada uma dessas cidades existem duas emissoras, que voltaram a funcionar em razão da decisão de cada comunidade local. Em fevereiro/2001, das quatro RadCom de Arapiraca, três foram lacradas. Uma delas tem liminar, concedida por juiz de direito. Apesar do lacramento, os equipamentos não foram apreendidos. (ABRAÇO/AL, Projeto do II Congresso Alagoano da Radiodifusão Comunitária: 2001).

Esses fatos desvelam o embate travado na democracia liberal acerca do entendimento do direito à comunicação. No nível formal da sociabilidade democrática brasileira, todos os cidadãos têm esse direito. Contudo, na realidade concreta, é dificultado seu acesso à classe trabalhadora, que necessita articular-se para lutar por sua efetivação em níveis, senão ideais, impossível ao nosso ver na sociabilidade burguesa, ao menos satisfatórios, como forma mais imediata.

O caminho seguido pelas reivindicações do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária por um modelo de RadCom que atendesse efetivamente às demandas da classe trabalhadora aponta a impossibilidade de sua incorporação pela sociedade política no capitalismo. Enquanto o projeto historicamente construído pelo MBRC defendia, por exemplo, a potência da 250 watts para as RadCom, o que proporcionaria um maior alcance de seu sinal, após aproximadamente 20 anos de luta, a legislação proposta pelo governo federal e aprovada com apoio dos capitalistas da comunicação impôs a potência de apenas 25 watts.

Portanto, o acesso imediato não pode, de forma nenhuma, ser o ideal perseguido pelo movimento, sob pena de derrotas cada vez mais seguidas. Caso a organização da classe trabalhadora em torno da comunicação não persiga um horizonte radicalmente transformador para a esfera das comunicações no Brasil, em especial dos meios de comunicação eletrônicos, ela verá cada vez mais controlado seu acesso à comunicação mediática.

As articulações para o II Congresso passaram ainda pelo envolvimento de parlamentares para a criação da Frente Parlamentar Alagoana em Defesa da Radiodifusão Comunitária. Até aquele momento, essa frente já contava com a participação de deputados estaduais e vereadores.

Mais uma vez, observamos o caráter institucional sobressaindo-se no Movimento Social. A práxis do Movimento de Radiodifusão Comunitária de Alagoas privilegia, de modo quase absoluto, as relações institucionais, em desprezo às ações de resistência e protesto.

Outro objetivo perseguido era ampliar a militância local como forma de fortalecê-la e, derivada disso, também fortalecer o projeto do Movimento de Radiodifusão Comunitária local e nacional. Esperava-se ainda reforçar a representatividade, a defesa e a expansão da radiodifusão comunitária em Alagoas, pois o movimento identificava uma crescente demanda por este serviço de comunicação.

Igualmente ao que aconteceu no primeiro congresso, o tema da capacitação dos radiocomunicadores comunitários estava presente no II ConRadCom. O debate emergiu em meio à possibilidade de se concretizar uma parceria com a Universidade Federal de Alagoas, para promover seminários, palestras e oficinas de qualificação e capacitação.

Assim o Regimento Interno do II ConRadCom define seus objetivos:

- a) discutir a atual conjuntura da radiodifusão comunitária em Alagoas e no Brasil;
- b) traçar as novas estratégias e formas de atuação da ABRAÇO/AL, no sentido de atrair e despertar os movimentos sociais para participar e integrar o Movimento de Radiodifusão Comunitária;
- c) apreciar temas e questões referentes à radiodifusão comunitária, traçando metas a serem alcançadas no próximo triênio;
- d) balanço político da atuação da ABRAÇO/AL e relato das atividades realizadas pela atual Diretoria;
- e) eleger a nova Diretoria da ABRAÇO/AL para o mandato de 2001/ 2004. (ABRAÇO/AL, Regimento Interno do II ConRadCom: 2001).

Na análise do folder utilizado para divulgar o congresso, encontramos ainda como objetivo a eleição de delegados para participar do IV Congresso Nacional da ABRAÇO. Esse congresso seria realizado em agosto de 2000, em Brasília, Distrito Federal.

O Regimento Interno definiu ainda as instâncias do congresso: a Plenária Geral, a Mesa Coordenadora e os Grupos de Trabalho. A Plenária Geral, que ocorreu no final do evento, destinava-se à discussão de temas específicos, como a leitura e votação dos relatórios dos Gts e das moções, a eleição da nova Diretoria da ABRAÇO/AL e a aprovação da Carta de Maceió.

Já à Mesa Coordenadora cabia colocar em votação qualquer matéria que estivesse em conflito ou dividisse o plenário do congresso. Os Gts discutiam e decidiam acerca das matérias constantes em seus respectivos temas de debate. Os Gts do II ComRadCom eram

quatro: Gt 01, “As RadCom e os Movimentos Sociais: formas de interação e eficácia comunicacional”; Gt 02, “Conjunturas Nacional e Local: balanço, perspectivas e novos modos de atuação da ABRAÇO”; Gt 03, “Radiodifusão Comunitária: legalidade ou ilegalidade?”; e Gt 04, “Modelos de Programação para as RadCom: jornalismo comunitário, prestação de serviço à comunidade e entretenimento”.

Os trabalhos que eram apresentados nos Gts eram classificados em teses e moções. As primeiras versavam sobre o tema específico do grupo, enquanto a segunda referia-se a qualquer problema de interesse da radiodifusão comunitária, dos movimentos sociais ou de organizações da sociedade civil.

Participaram do II Congresso trinta e três delegados representantes das doze entidades até então filiadas e mantenedoras da ABRAÇO/AL. Também estavam presentes representantes de outras entidades que têm interesse na luta pela democratização dos meios de comunicação, a exemplo do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Alagoas, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e da Federação das Associação de Moradores de Alagoas (FAMOAL), estas apenas com direito à voz.

A Carta de Maceió, documento elaborado durante o congresso pelos militantes do movimento, expressa bem o entendimento dos radiocomunicadores comunitários sobre suas ações coletivas e foi distribuída a diversos setores da sociedade civil e da sociedade política:

[...] o surgimento do Movimento de Radiodifusão Comunitária apresenta-se como uma contribuição eficaz no processo de democratização da comunicação e da informação em nosso país e, particularmente, em Alagoas, nesse momento em que os meios de comunicação integrantes do Sistema da Indústria da Cultura estão plenamente comprometidos com a reprodução do capital, através do projeto Neoliberal, que desencadeia um processo de globalização da economia e da cultura, que exclui a maioria da população e seus valores. (ABRAÇO/ AL, II ConRadCom, Carta de Maceió: 2001).

Assim, o movimento buscava uma práxis que apontasse para um novo ordenamento das comunicações em Alagoas. De acordo com o que mostramos na seção 4.1, a concentração de mídia no estado está ligada à estratégia da classe dominante local em manter a dominação político-econômica. Por conseguinte, a práxis do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas também contestava essa situação.

Foram ainda aprovadas sete resoluções: n.º 01/ 2001, que fixava os procedimentos básicos para cadastro e filiação de novas entidades a ABRAÇO/ AL; n.º 02/ 2001, que fixava o valor mensal da contribuição social das entidades filiadas e a data limite para o repasse; n.º 03/ 2001, que referendava a criação da Coordenação de Gênero da entidade; n.º 04/ 2001, que criava as coordenação regionais da ABRAÇO/ AL; n.º 05/ 2001, que criava o Conselho Fiscal da ABRAÇO/ AL; n.º 06/ 2001, que estabelecia a pré-filiação de entidades participantes do II Congresso e não cadastradas na ABRAÇO/ AL e a n.º 07/ 2001, que determinava que a Coordenação Geral da entidade impetrasse ação judicial sempre que alguma empresa ou profissional da área de comunicação social atacasse as Rádios Comunitárias de forma a jogar a opinião pública contra as emissoras por meio de propaganda nos meios de comunicação de massa.

Ainda foram aprovadas sete moções: a Moção de Repúdio 01, que condenou a postura antiética dos senadores Jáder Barbalho e Antônio Carlos Magalhães, que anteriormente haviam trocado acusações no Congresso Nacional; a Moção de Repúdio 02, contra o projeto de transposição do Rio São Francisco; a Moção de Repúdio 03 contra o corte nas verbas das Universidades Públicas Federais e à educação como um todo, promovida durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso; a Moção de Apoio 04, à campanha salarial dos servidores públicos federais, que estavam há sete anos sem aumento.

Outras moções aprovadas foram: Moção de Repúdio 05, contra a atitude da Direção executiva da Rádio Comunitária Novo Horizonte FM, 105,9 MHZ, da cidade de Girau do Porciano, que além de negar a participação das entidades da comunidade local na elaboração da programação, restringia o acesso de qualquer pessoa e não constituía o conselho comunitário da emissoras, o que foi considerado pelo militantes presentes no congresso como uma atitude antidemocrática.

Há ainda a Moção de Repúdio 06, que condenava a atitude do Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), pelo uso do Projeto Alvorada do Governo Federal, com a promessa de criação de RadCom, o que somente poderia ser feito a partir da própria comunidade; e a Moção de Repúdio 07, condenando a atitude omissa da justiça alagoana e brasileira, bem como a falta de punição aos ocupantes de cargos públicos envolvidos em crimes de desvio de verbas e patrimônios públicos.

Como desdobramentos do II Congresso, podemos identificar uma ação mais articulada dos militantes. A ação mais contundente foi decidida em reunião da entidade do dia 22 de setembro de 2001, quando foi deliberado o dia 28 de setembro, como “Dia Estadual do Deslacre”, quando todas as emissoras em funcionamento e aquelas lacradas pela Polícia Federal leriam a seguinte nota:

A Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, em Alagoas (ABRAÇO/AL) com apoio da ABRAÇO Nacional, informa à população que neste horário estão sendo deslacradas várias rádios comunitárias, em vários municípios de Alagoas, em razão da repugnante ação do governo Fernando Henrique Cardoso, via ANATEL, que tenta calar o povo brasileiro, especialmente, a população alagoana. (ABRAÇO/AL, Carta às Rádios Comunitárias de Alagoas pelo Dia Estadual do Deslacre: 2001).

Identificamos no “Dia Estadual do Deslacre” uma ação mais próxima das bases do Movimento Social estudado. Podemos caracterizá-la ainda com sentido revolucionário, pois age no sentido de romper a ordem social estabelecida. Essas iniciativas estavam afastadas da práxis do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária desde as Rádios Livres e da formulação da política pública de comunicação comunitária no país.

Ainda por duas vezes, a ABRAÇO/AL solicitou aos deputados estaduais alagoanos a realização de uma Audiência Pública na Assembléia Legislativa de Alagoas para tratar dos confrontos envolvendo militantes do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas com agentes da Polícia Federal e da ANATEL. O primeiro pedido foi feito em 28 de setembro de 2001 ao deputado estadual do Partido dos Trabalhadores (PT) Paulo Fernando dos Santos, o Paulão. O segundo pedido foi encaminhado, em 18 de março de 2002, ao então presidente da casa legislativa, deputado estadual Antônio Albuquerque.

Seguindo indicações do II Congresso Estadual da ABRAÇO/AL, a entidade organizou em dezembro de 2001 o I Encontro de Comunicação Comunitária do Médio-Sertão, na cidade de Santana do Ipanema. O objetivo era intensificar o número de emissoras, reabrindo as que estavam fechadas ou abrindo novas emissoras,

A ABRAÇO/AL ainda reuniu em uma Assembléia Geral, no dia 25 de fevereiro de 2002, diversas representantes de órgãos públicos, como a Superintendência da Polícia Federal em Alagoas, Secretaria Estadual de Defesa Social, além de parlamentares como o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o deputado estadual Paulão (PT-AL) e o deputado federal

Givaldo Carimbão (PSB-AL). A finalidade era discutir o processo de autorização e funcionamento das Rádios Comunitárias e a perseguição por elas sofrida.

O resultado da Assembléia foi a formação de duas comissões. A primeira ficou responsável por negociar e viabilizar a realização de uma reunião em Brasília com toda a bancada federal no Congresso Nacional e a segunda comissão viabilizaria uma Audiência Pública junto à Assembléia Legislativa de Alagoas. O objetivo dessas comissões era promover um debate acerca da perseguição às emissoras de RadCom e também cobrar agilidade na análise dos processo de concessão.

Como podemos perceber, por meio da investigação acerca do desenvolvimento sócio-histórico do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas e a partir da pesquisa documental na ABRAÇO/AL, o principal problema, que vem desde as Rádios Livres e continuou com a criação da Lei 9.612/ 98, é a perseguição àquelas emissoras que não possuem autorização para funcionar. Mesmo após a edição da Medida Provisória Nº 2.143-33, de 31 de maio de 2001³³, essas operações continuaram perseguindo as RadCom e os membros das associações mantenedoras, inclusive com a invasão de suas residências.

No dia 03 de abril de 2002, a ABRAÇO/AL articulou o envio de uma carta endereçada à Presidência da ANATEL em Brasília e subscrita pela bancada de parlamentares alagoanos no Congresso Nacional. No documento, os nove deputados federais e os três senadores da república solicitam providências e expunham a situação de perseguição às RadCom alagoanas.

O documento solicitava ainda celeridade na análise dos pedidos de autorização de Alagoas e obediência rigorosa à ordem cronológica dos mesmos. A carta também requeria que a agência agisse no sentido de paralisar as operações de lacramento das emissoras não autorizadas, que já teriam procedido ao pedido de autorização, mas que, devido à morosidade dos trabalhos, ainda não tinham seus pedidos analisados.

Em 2003, foi realizado pela ABRAÇO/AL o III Congresso Alagoana de Radiodifusão Comunitária, com o tema “Formando e Qualificando os Comunicadores

³³ Esta mediada Provisória, ainda em vigor, autoriza a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto na Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Ministério das Comunicações expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

Comunitários para o Cumprimento de sua Função Social”. O Congresso teve sede em Maceió e aconteceu entre os dias 25 e 27 de abril daquele ano.

Os objetivos desse evento eram similares aos anteriores, como traçar as novas estratégias e formas de atuação da entidade em Alagoas, balanço político da atuação da entidade, eleição da coordenação geral e de delegados para o Congresso Nacional da ABRAÇO, em Brasília. As instâncias também são as mesmas dos eventos anteriores: Plenária Geral, Mesa Coordenadora e Grupos de Trabalho.

Já na Carta de Maceió, documento formulado ao final dos congressos da ABRAÇO/AL, está definida a principal idéia que acompanhou o desenvolvimento de Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas. O documento declarava: “Democratizar a Comunicação e o acesso à Informação é o caminho mais eficaz para Democratizar a Sociedade”.

A Carta exigia ainda aos representantes políticos do estado um posicionamento quanto à regularização das RadCom que estão com processo tramitando no Ministério das Comunicações. A novidade em relação aos outros congressos foi que esse documento final do evento trazia agora a incorporação de reivindicações quanto as TVs Comunitárias.

Entendemos que tal fato deve-se à implantação, em Maceió, da primeira TV Comunitária de Alagoas, a TVCOM. Apesar do Movimento em Alagoas sempre abranger a radiodifusão comunitária em sua totalidade, rádios e televisões, as RadCom sempre estiveram entre as principais ações organizadas do movimento.

Quanto às ações centradas nas resoluções do III Congresso, a realização do Curso de Qualificação Básica de Locutores teve maior relação com a temática do evento. Essa iniciativa ainda proporcionou a qualificação dos radiodifusores comunitários.

No que se refere ao IV Congresso Alagoano de Radiodifusão Comunitária, que de acordo com o Estatuto da entidade deveria ter acontecido em 2005, esse não foi realizado. O que de certa forma provocou uma desmobilização no movimento e certamente trará outras conseqüências, até aqui desconhecidas por nós.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rádio e a radiodifusão figuram na história da humanidade como importantes avanços técnico-científicos na comunicação mediática. No entanto, o salto experimentado resultante da produção humana não foi incorporado como um bem coletivo, assim como as demais inovações proporcionadas pela ciência e pela tecnologia que servem apenas como valor de troca, ou melhor, como mercadoria. Dessa forma, essas tecnologias são instrumentalizadas pelo modo de produção capitalista.

No início de sua trajetória no país, nas primeiras décadas do século passado, este era um meio de comunicação da elite econômica. Essa situação foi sendo mudada pelo desenvolvimento técnico-científico proporcionado pelo capitalismo, que o transformou em instrumento comercial e político direcionado às massas.

O rádio massificou-se no Brasil e hoje é o segundo meio de comunicação mais presente nas residências das mais variadas frações de classes, desde o trabalhador sem-renda até aquela parcela mais alta do trabalho intelectual, além de se encontrar ainda junto aos representantes da burguesia nacional. Logo, em diversos setores da sociedade brasileira, há algum tipo de interação com este meio de comunicação.

Diante da problemática de concentração dos meios de comunicação no Brasil e sob influência dos movimentos de Rádio Livre que surgiam pelo mundo criando novas emissoras de forma autônoma do controle do Estado, emergem no país experiências de radiodifusão. Assim, as Rádios Comunitárias que conhecemos hoje tiveram influência das Rádios Livres. Sua chegada ao Brasil coincide com as lutas pela redemocratização política nos anos de 1970.

O Movimento de Rádios Livres, assim como o Movimento Nacional pela Democratização da Comunicação (MNDC), conseguiu apreender a problemática da concentração de mídia no país. No entanto, não superaram a idéia de que uma reforma na propriedade dos meios de comunicação, ou seja, uma redistribuição da propriedade, poderá solucionar o problema.

Além de combater os monopólios na comunicação, o MNDC passou a defender, com a militância das Rádios Livres, a proliferação dessas emissoras em todo país. Esses objetivos, democratizar o setor de comunicação e proliferar os meios de comunicação popular, foram sendo construídos como o projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária ao longo dos trinta anos desses movimentos.

No início dos anos de 1970, as ações de algumas Rádios Livres apresentavam um sentido revolucionário. Eram iniciativas que se moviam no sentido de ser anticapitalista e de buscar uma nova ordem para as comunicações no Brasil. O funcionamento clandestino dessas emissoras livres frente ao Estado autoritário da época, exemplifica algumas características iniciais dessas emissoras.

Essas ações foram ficando raras durante a segunda fase do MNDC, até assumirem iniciativas marcadas pela influência da social-democracia, com o apego jurídico-institucional como arena de batalha, o abandono da luta revolucionária em favor das questões mais imediatas e a defesa aberta da democracia liberal em um projeto de reformas do capitalismo brasileiro. Assim, o Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária consolidou seu projeto de democratização da comunicação e de proliferação dos meios de comunicação popular com a marca da descrença na transformação social na esfera das comunicações no Brasil.

As lideranças do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária (MBRC) não compreenderam, ao nosso ver, que a luta da classe trabalhadora contra a dominação material e espiritual, para qual se enquadra a luta pela democratização da comunicação, não é integrável ao capital. Isso é demonstrado pela opção das lideranças do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas em tentar reunir apoio da bancada de parlamentares alagoanos no Congresso Nacional contra a perseguição do governo federal às RadCom, mesmo sabendo que muito deles são proprietários de empresas de comunicação. O resultado foi o descompromisso desses parlamentares com o projeto do MBRC e a frustração dos militantes.

Entendemos que, de forma geral, isso ocorreu como reflexo da aposta que frações dos movimentos da classe trabalhadora fizeram na democracia liberal como solução imediata para essa situação de dominação experimentada pela maioria da população brasileira. Ao nosso ver, a estratégia de colocar na mão da classe dominante nacional a resolução desta

situação foi equivocada, pois, assim como nos afirma Mészáros (1995), a classe trabalhadora é a única alternativa viável de enfrentamento da situação de exploração.

O que deve ser entendido é que a reforma na propriedade de mídia é tão somente um passo em direção à emancipação política, nos termos de Marx (1991), pois, apesar de ampliar o reconhecimento de direitos que influem positivamente na vida cotidiana da classe trabalhadora, essa reforma não põe fim a dominação do capital sobre o trabalho. Um horizonte de luta que busca efetivamente o fim da exploração, ou melhor, a emancipação humana, deve passar por uma transformação radical no ordenamento social.

Isto aplicado à esfera dos meios de comunicação no Brasil significa que somente uma luta que seja radical, no sentido de ir à raiz do problema que se combate, terá êxito quanto a seus objetivos. E a raiz da dominação material e espiritual da classe trabalhadora no país é o modo de produção em que estamos inseridos. Logo, a democracia nos meios de comunicação nunca passará dos limites estritamente formais da democracia liberal se essa luta não for radical no sentido definido aqui.

No entanto, os avanços políticos experimentados pela classe trabalhadora na esfera da comunicação, a exemplo do reconhecimento das demandas por comunicação popular da classe trabalhadora, devem ser aprofundados. Essa seria uma estratégia de ampliação das conquistas quanto aos direitos sociais e humanos, como o direito à comunicação, que, somada a outras conquistas cada vez maiores, aumentariam as forças sociais dos trabalhadores brasileiros.

Com a aprovação da Lei 9.612/98, o Movimento conseguiu obter avanços depois de imensa luta de interesses entre os grupos de capital na mídia e as vanguardas defensoras da democracia na comunicação. Mesmo não atendendo totalmente às demandas por comunicação mediática da classe trabalhadora no país, a instituição de uma política de comunicação comunitária representou a abertura de um campo formal de lutas, que possibilita a mediação das reivindicações dos trabalhadores no Brasil.

Na análise que realizamos da política de comunicação comunitária no Brasil, encontramos três aspectos que qualificam o direcionamento dado. O primeiro aspecto diz respeito à igualdade jurídica entre desiguais, demonstrada na realidade concreta pelas dificuldades encontradas pelos membros da classe trabalhadora em montar experiências de

comunicação; o mesmo não acontece com os proprietários de meios de comunicação de massa, que recebem incentivos financeiros e fiscais para suas empresas, o que fortalece a tese de um Estado Capitalista brasileiro.

Um segundo aspecto é a falácia da participação, tanto na formulação de políticas de comunicação, como no desenvolvimento de experiências de comunicação comunitárias. Como já desvendamos, esta participação visa a incorporar outros protagonistas sociopolíticos ao debate como forma de dar legitimidade política a atual orientação que é dada ao setor.

O terceiro aspecto apontado por nós está na influência do pensamento liberal-democrata no modelo de Rádio Comunitária no Brasil. Isso se deu tanto na forma, expressa por meio do modelo de organização, no processo de validação social perante o Estado e na gestão das emissoras, quanto no conteúdo percebido na programação, nas informações etc.

Esse três aspectos reunidos dão a formatação ideal do ponto de vista da classe dominante brasileira, que conforma a funcionalidade da Rádio Comunitária, a partir da forma e conteúdo atual assumidos no país, à sociedade capitalista. Eles ainda são referendados por meio do conceito de comunidade velado no termo Rádio Comunitária, em que se sobressai a perspectiva funcional-estruturalista, entendendo esses agrupamentos humanos como homogêneos e desprovidos de contraditoriedades.

Cabe ao movimento superar os limites objetivos postos pela sociedade capitalista rumo a uma nova formatação da Rádio Comunitária no Brasil. Esta nova formatação deve ser baseada na realidade concreta da classe trabalhadora e suas demandas por comunicação, no percurso de baixo para cima, das demandas à política e não o inverso. Isso significa que a forma e o conteúdo assumidos pelas RadCom no país deverão ser repensados pelo movimento e, ao final, terão que atender as necessidades reais das comunidades quanto à comunicação.

O espaço jurídico-institucional não deve significar a única via onde se deve mover a práxis do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária, como esta investigação demonstrou. Os espaços de luta formais conseguidos até o momento na democracia liberal devem ser elevados ao máximo como conquistas, mas não se podem resumir os canais por onde se busca concretizar o projeto do movimento estudado. Vemos nisso a influência da

social-democracia, que move a práxis deste movimento, quase que exclusivamente, por vias institucionais.

Mesmo tendo reconhecido a Radiodifusão Comunitária como demanda da sociedade brasileira, o Estado ainda trata as emissoras que funcionam sem autorização como assunto policial, o que ilustra os resíduos de autoritarismo da sociedade política nacional. Com isso, entendemos que as marcas do desenvolvimento capitalista de “via prussiana”, como afirmou Coutinho (1984), prevalece com as decisões de cima para baixo.

Os exemplos mais recentes em relação à política de comunicação comunitária foram mostrados com os resultados dos dois Grupos de Trabalhos (GT) organizados pelo Governo Federal para discutir a situação dos processos de autorização do serviço de radiodifusão comunitária. O primeiro GT foi realizado em 2003 e o segundo em 2004.

Apesar da contribuição do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária, as propostas dos dois GTs nunca foram postas em prática. Isso demonstrou o nível de compromisso do Estado brasileiro com a questão, especialmente o Governo Federal atual. Esperava-se que, por ser oriundo dos movimentos de trabalhadores, agisse favorável às RadCom. No entanto, o resultado, ou melhor, a falta deles parece ilustrar o descompromisso com a luta desse movimento.

Ao mesmo tempo, afirmamos que as políticas públicas do Estado Capitalista brasileiro não são de maneira nenhuma impermeáveis à classe trabalhadora. Com isso, cabe ao Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária abrir espaços nas políticas de comunicações visando a incorporações de novas demandas que acompanhem o desenvolvimento técnico-científico da humanidade.

A hegemonia do pensamento liberal-democrata na sociedade brasileira e, conseqüentemente, no Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária põe as bases para a reação pouco ou nada radical em relação à política de comunicação comunitária atual. Os aspectos acima citados são reflexos desta hegemonia e, ao mesmo tempo, agem em sua manutenção, tornando um movimento que se apresenta revolucionário, o mais reformista possível. Isto contribui para que as Rádios Comunitárias, a partir do modelo brasileiro com as características apresentadas neste trabalho, sejam funcionais à sociedade capitalista.

No caso específico de Alagoas, essa situação é reproduzida. O rádio é um meio de comunicação também muito presente nos domicílios, especialmente das frações assalariadas mais baixas da classe trabalhadora e aqueles sem renda declarada, como mostraram os dados analisados da PNAD - 2004 do IBGE.

Mostramos ainda que a classe dominante local soube empregar esforços no sentido de estender sua dominação do campo material para o espiritual. É o que mostra os conglomerados de comunicação, que indicam o coronelismo eletrônico em Alagoas. Assim está clara para nós a tentativa da classe dominante de instrumentalizar a radiodifusão, inclusive as RadCom.

Logo, as ações coletivas da classe trabalhadora em Alagoas organizam-se na tentativa de resistir a essa situação e criar experiências de comunicação própria, como as Rádios Comunitárias.

Diante dos componentes apontados pelos estudiosos dos Movimentos Sociais, consideramos que essas ações coletivas podem ser explicadas por essa categoria teórica, especialmente nas colocações de Scherer-Warren (1987). A partir dessa autora, identificamos a práxis do movimento - a disseminação dos meios de comunicação popular -, seu projeto - a afirmação da classe trabalhadora como produtora de informação e não somente como consumidora, na busca da democratização da comunicação -, a ideologia - a apreensão do antagonismo de classes no país, representada essencialmente pelos meios de comunicação de massa e os meios de comunicação popular a partir de suas experiências de comunicação - organização e direção - e sua articulação inicial pelas bases e, de modo geral, por vanguardas intelectuais ou políticas.

Apesar de um certo atraso, explicado, em parte, pelo fraco antagonismo de classe propiciado pelo incipiente desenvolvimento econômico do estado, começaram a existir, por volta dos anos de 1980, experiências da classe trabalhadora de contestação da concentração de meios de comunicação no estado de Alagoas. Somente nos de 1990, essas ações assumem caráter coletivo com as características dos Movimentos Sociais.

Percebemos ainda que esta organização de caráter coletivo teve como inspiração inicial o projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária. Logo, esta investigação inferiu que é o projeto do movimento nacional - a democratização das

comunicações - que funda a práxis do movimento local - a proliferação dos meios de comunicação popular.

Isso foi comprovado na pesquisa documental e na pesquisa de campo com o Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas. A práxis do movimento, é o que concluímos, está permeada pelo projeto do movimento nacional, no momento em que os militantes perseguem a mobilização nas comunidades, as reuniões ampliadas com potenciais novos sócios para a ABRAÇO/AL, a divulgação da entidade, a articulação com outros protagonistas sociopolíticos, entre outras ações.

Agora sentimo-nos autorizados a alertar que há uma inconsistência teórico-metodológica entre a práxis do movimento e seu projeto transformador. Enquanto a práxis concretizada atua no sentido estritamente formal com o abandono, quase que total, das ações efetivas de resistências, como o funcionamento cada vez maior de emissoras sem a autorização, o projeto transformador ficará cada vez mais distante.

Conforme já frisamos, somente as lutas que implicam ganhos para o capital são por ele integráveis e o projeto do Movimento Brasileiro de Radiodifusão Comunitária não se enquadra nisso. Daí a necessidade de uma luta verdadeiramente revolucionária, que combata a raiz do problema da concentração de mídia no Brasil: o modelo liberal com base na propriedade privada dos meios de comunicação e, em última instância, no modo de produção capitalista.

Enfim, ao nosso ver, as tarefas necessárias a dar coerência teórico-metodológica à práxis e ao projeto do movimento estudado tem a ver com a revisão de suas estratégias de luta diante da transformação no atual ordenamento dos meios de comunicação eletrônicos no Brasil. Não sendo assim, somente podemos apontar derrotas maiores da classe trabalhadora, como a crescente repressão e controle do Estado sobre a radiodifusão comunitária. E, por último, a dissolução do movimento, explicada pela ineficácia de sua práxis, na qual a não realização do IV Congresso Alagoano da Radiodifusão Comunitária, que estava previsto para 2005, é a evidência mais forte.

Esperamos que, ao desvendar as ações do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas, tenhamos contribuído para a produção de conhecimento no Serviço Social e nas Ciências da Comunicação. Para o Serviço Social, que trabalha diretamente com as expressões

da Questão Social, compreender a organização da classe trabalhadora em torno de experiências coletivas de comunicação poderá elevar a concretização do projeto ético-político profissional de ruptura com as práticas conservadoras e neoconservadoras da profissão.

Já nas Ciências da Comunicação, esperamos adicionar à produção contemporânea uma crítica radical às práticas de comunicação dita “emancipadoras”, no sentido de ultrapassar seus aspectos conservadores. Com os resultados desta análise, tentamos explicar também aos militantes do movimento social estudado a tarefa de entender os limites que a sociedade capitalista tenta impor às ações da classe trabalhadora que seguem contra os interesses de reprodução do capital.

Finalmente, temos noção dos limites enfrentados por esta investigação, em especial quanto às dificuldades de acesso à bibliografia especializada sobre Rádios Comunitárias. A explicação para isso é que, em sua maioria, essas obras não se encontram em Alagoas, e/ou estão esgotadas suas publicações.

Ainda entendemos que este é o início de uma investigação, mais profunda, porém, não menos rigorosa sobre o fenômeno das Rádios Comunitárias. Algumas questões emergiram e não conseguimos resolvê-las por completo neste estudo, seja pela necessidade de aprofundá-las em uma investigação específica, ou limitação de fontes diante do tempo determinado para o curso de Mestrado. Entre essas questões, destacam-se um estudo delimitado acerca do projeto de democratização da comunicação do MBRC, com um esboço de interpretação exposto na seção 2.2, e o desvendamento mais aprofundado das determinações ideológicas que agem sobre o conceito de Comunidade nas Rádios Comunitárias no Brasil.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Movimento popular de bairro: de frente para o Estado, em busca do parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez, 1998.

_____. **Crise capitalista contemporânea e as transformações no mundo do trabalho**. In: Capacitação em serviço social e política social. Módulo I. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **O coletivo ilusório: uma reflexão sobre o conceito de comunidade**. Recife: Universitária, 1985.

ASSOCIAÇÃO ALAGOANA DAS EMISSORAS DE RÁDIOS, TELEVISÃO E JORNAIS DIÁRIOS (ALERT). **Estatuto Social**: Maceió, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, SECCIONAL ALAGOAS (ABRAÇO – Nacional). **Carta do Movimento de Radiodifusão Comunitária ao Presidente Lula**. www.fndc.org.br. 2006.

_____. **Código de Ética das Rádios Comunitárias**. www.fndc.org.br. 2006.

_____. **Estatuto Social da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária**. www.fndc.org.br. 2006b.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA, SECCIONAL ALAGOAS (ABRAÇO/AL). *Ofícios*: OF/ ABRAÇO/AL EncontroI / 0016 / 99; OF/ ABRAÇO AL/ EncontroI/ 0013 / 99; OF/ ABRAÇO/AL ConRadcom/0/36/2001; OF/ ABRAÇO/AL 038/01; OF/ ABRAÇO/AL 051/01; OF/ ABRAÇO/AL CONVITE/ 003/ 2002; 015/02; OF/ ABRAÇO/AL 015/02; OF/ ABRAÇO/AL 020/02; OF/ ABRAÇO/AL 038/01; *Atas*: Ata da Assembléia de Fundação da Abraço em Alagoas, 14 de maio de 1999; Ata da Plenária geral do 2º Congresso Alagoano de Radiodifusão Comunitária, 25 de março de 2001; Ata da Assembléia da ABRAÇO/AL. 25 de fevereiro de 2002; Ata de Reunião da ABRAÇO/AL 21 de dezembro de 2001; Ata da Assembléia da ABRAÇO/AL, 23 de março de 2002; Assembléia da ABRAÇO/AL. 30 de março de 2002; Ata da Assembléia da ABRAÇO/AL, 21 de dezembro de 2002; Ata da Assembléia da ABRAÇO/AL, 20 de outubro de 2005; Ata da Assembléia da ABRAÇO/AL, 20 de agosto de 2005; *Cartas*: Carta ao Jornalista Dorgival Júnior da Gazeta de Alagoas: 31 de maio de 1999; Carta ao Presidente da ANATEL, assinada pelos membros da bancada alagoana no Congresso Nacional: 03 de abril de 2002; Carta ao Ministro das Comunicações, assinada pelos membros da bancada alagoana no Congresso Nacional: 03 de abril de 2002; Carta de Maceió, documento oficial do II Congresso Alagoana da Radiodifusão Comunitária: 25 de março de 2001; Carta de Maceió, documento oficial do III Congresso Alagoana da Radiodifusão Comunitária: 27 de abril de 2003; *Outros*: Projeto do I Encontro Estadual da ABRAÇO/AL: 02 de julho de 1999; Projeto do II Congresso Alagoana da Radiodifusão Comunitária: 31 de janeiro de 2001; Projeto do I Encontro de Comunitária do Médio-Sertão Comunitária: 26 de novembro de 2001; Manifesto pelo Dia Estadual do Deslacre: ABRAÇO: Maceió, 28 de setembro de 2001; Requerimento ABRAÇO/AL a Superintendência da Polícia Federal em Alagoas: 24 de novembro de 2000; Projeto do III Congresso Alagoana da Radiodifusão Comunitária: 25 de abril de 2002;

BAYMA, Israel F. de Carvalho. **A concentração da propriedade de meios de comunicação e o coronelismo eletrônico no Brasil**. Assessoria Técnica da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001. www.pt.org.br. 2005.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Principais abordagens teóricas da política social e da cidadania**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 03. Programa de capacitação Continuada para Assistentes Sociais. Brasília: CEAD, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

BOLAÑO, C.R.S. **Políticas de comunicação e economia política das telecomunicações no Brasil**: convergência, regionalização e reforma. Aracajú: UFS, 2003.

BORDENAVE, Juan E. Diaz, **Além dos meios e mensagens**: introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. 3. edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

_____. **O que é comunicação?** 15. edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos**. Buenos Aires: SIAP, 1975.

BRASIL, Constituição Federal (1988). Brasília: Senado, 2006.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), **Síntese dos Indicadores – Alagoas: 2001**. Brasília, 2006. www.ibge.gov.br

_____. **Síntese dos Indicadores – Alagoas: 2002**. Brasília, 2006. www.ibge.gov.br

_____. **Síntese dos Indicadores – Alagoas: 2003**. Brasília, 2006. www.ibge.gov.br

_____. **Síntese dos Indicadores – Alagoas: 2004**. Brasília, 2006. www.ibge.gov.br

_____. **Síntese dos Indicadores – Alagoas: 2005**. Brasília, 2006. www.ibge.gov.br

_____. **Dados Nacionais – Brasil: 2005**. Brasília, 2006. www.ibge.gov.br

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Informação, Serviços, Comunicação de Massa (SISCOM)**. Brasília, 2006. www.mc.gov.br

BRASIL. Ministério das Comunicações. Grupo de Trabalho Rádio Comunitária. **Ata de Instalação do Grupo Interministerial sobre Rádio Comunitária: 2003**. Brasília, 2006. www.mc.gov.br

_____. **Comunicado n.º 1 do Grupo Interministerial sobre Rádio Comunitária**. Brasília, 2006. www.mc.gov.br

BRASIL. Ministério das Comunicações. Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). **Sistema de Acompanhamento de Controle de Cotas (SIACCO)**. Brasília, 2006. www.mc.gov.br

BRASIL. Ministério das Comunicações. Secretária de Serviços de Comunicação Eletrônica. Departamento de Outorga de Serviços. **Relação dos Dirigentes das Entidades de Serviços de Radiodifusão Comunitária (RadCom)**. Brasília, 2006. www.mc.gov.br

BRASIL. Ministério das Comunicações. **Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT)**. Brasília, 1962. www.mc.gov.br. 2005.

BRASIL. Ministérios das Comunicações. Legislação brasileira sobre Radiodifusão Comunitária: *Leis*: Lei 10.597 de 11/12/2002, altera o parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.612, de 19/02/1998, que Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária, para aumentar o prazo de outorga; Lei 9.612 de 19/02/98, institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências; *Decretos*: Decreto de 26 de novembro de 2004 - Cria Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de analisar a situação da radiodifusão comunitária no País e propor medidas para disseminação das rádios comunitárias, visando ampliar o acesso da população a esta modalidade de comunicação, agilizar os procedimentos de outorga aperfeiçoar a fiscalização do sistema; Decreto 2.615 de 03/06/98, aprova, na forma do Anexo a este Decreto, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária; *Normas*: Norma 001/2004 - Norma Complementar nº 001/2004 - Serviço de Radiodifusão Comunitária; *Portarias*: Portaria nº 448 de 13 de outubro de 2005 - altera a norma complementar nº 1/2004; Portaria nº 76 de 10 de fevereiro de 2005 - o Ministro Eunício Oliviera Designa os seguintes membros para integrar o Grupo de Trabalho Interministerial; Portaria N.º 103, de janeiro de 2004 - Aprovar a Norma Complementar no 1/2004; Portaria 762 DE 22 de novembro de 2003 - Art. 1º Prorrogar, até 15 de janeiro de 2004, o prazo fixado na Portaria nº 602, de 28 de novembro de 2003, para apresentação de comentários e sugestões à Norma Complementar nº 1/2003 Serviço de Radiodifusão Comunitária; Portaria 602 DE 28 de novembro de 2003 - Submeter a comentários públicos a anexa minuta de Portaria que aprova a Norma Complementar nº 1/2003 - Serviço de Radiodifusão Comunitária; Portaria 92 de 02/04/03, institui Grupo de Trabalho em caráter emergencial e extraordinário.(D.O.U. 03/04/03); Portaria 83 de 24/03/03, realiza todos os atos necessários à instrução, ao saneamento e ao desenvolvimento dos processos relativos aos pedidos de autorização para os Serviços de Radiodifusão Comunitária. (D.O.U. 26/03/03); Portaria 244 de 08/05/2001, aprova a Regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e o disposto no art. 30 da Medida Provisória nº 2.143-32, de 2 de maio de 2001. (D.O.U 30/05/2001); Portaria 131 de 19/03/2001,(republicada em 20/03/2001) aprova o termo de liberação de funcionamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. (D.O.U 20/03/2001); Portaria 83 de 19/07/99, dá nova redação aos itens 6.1, 6.6, 6.7, inciso X, 10.9, 11.2, 11.4, 14.2.7.1.1, 14.2.10, 14.3.1, 14.4.3, 14.4.4 e 15.3, inciso IV, e inclui o item 14.4.12, da Norma Complementar nº 02/98; Portaria 191 de 06/08/98, aprova Norma Complementar do Serviço de Radiodifusão Comunitária nº 2/98, anexa a esta Portaria. - Norma Complementar 002/98; *Medidas Provisórias*: Medida Provisória nº 2143-33 de 31/05/2001 (reedição), autorizada a execução do serviço e, transcorrido o prazo previsto no art. 64, §§ 2º e 4º da Constituição, sem apreciação do Congresso Nacional, o Poder Concedente expedirá autorização de operação, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional." (NR) (D.O.U 01/06/2001); Medida Provisória nº 2143-32 de 02/05/2001, Autorizada a execução do serviço, o Poder Concedente, expedirá licença de funcionamento, em caráter provisório, que perdurará até a apreciação do ato de outorga pelo Congresso Nacional." (NR) (D.O.U 03/05/2001).

BRASIL DE FATO. **A folia dos bancos continua.** www.brasildefato.com.br. 2006

BRUYNE, Paul de et al. **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais:** os pólos da prática metodológica. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, s.d.

CAPARELLI, Sérgio. **Comunicação de massa sem massa.** São Paulo: Cortez, 1982.

CASTELLS, Manuel. **Movimientos sociales urbanos.** Madri: Siglo XXI, 1974.

COSTA, Ana Rita F. et al. **Orientações metodológicas para produção de trabalhos acadêmicos.** Série Apontamentos. 6. ed. Maceió: Edufal, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios.** 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

ENZENSBERGER, Hans. **Elementos para uma teoria dos meios de comunicação.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), **Proposta de atualização do Histórico do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.** www.fenaj.org.br. 2005.

FEDERICO, Maria Elvira Bonavita. **História da comunicação:** rádio e tv no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1982.

FROMM, E. **Escape from freedom.** New York: Rinehart, 1941.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2002.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado:** para além do socialismo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

GRAMSCI, Antonio. **Os Intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1982.

GRUPPI, L. **Tudo começou com Maquiavel**. Porto Alegre: L&PM., 1998.

HERBELE, Rudolf. **Social movements: an introduction to political sociology**. New York: Appleton-Century-Crofts Inc, 1951.

HOBBSAWM, Eric. **Rebeldes primitivos**. São Paulo: Zahar, 1978.

HOFFER, E. **The true believer: thoughts on the nature of mass movements**. New York: Mentor, 1951.

HOLLOWAY, Jonh. **Fundamentos teóricos para una crítica marxista de la administración pública**. Cidade do México: INAP, 1982.

IAMAMOTO, M. **A questão social no capitalismo**. Revista Temporalis, n. 3, ABEPSS. 2001

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais urbanos numa época de transição: limites e potencialidades**. IN SADER, Emir (org.) *Movimentos sociais na transição democrática*. São Paulo: Cortez, 1987.

KOFLER, Leo. **Contribucion a la historia de la sociedad burguesa**. Amorrortu Editores: Buenos Aires, 1971.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Atlas, 2001.

LASKI, Harold J. **O Liberalismo Europeu**. São Paulo: Editora Mestre Jou, s.d.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2004, 73 p. Mimeografado.

LENIN, Vladimir I. **O Estado e a revolução**. In: *Obras Escolhidas (tomo I)*. São Paulo: Ed. Alfa-Omega, 1979.

LINS, Bernardo F. E. **Análise Comparativa de políticas públicas de comunicação social**. Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2002.

LIPSET, Seymour M. **Elites y desarrollo em Amarica Latina**. Buenos Aires: Paidós, 1967.

LOJKINE, Jean. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

LUCKESI, Cipriano et al. **Fazer universidade: uma proposta metodológica**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

LUXEMBURG, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2003.

MACHADO, Arlindo et al. **Rádios livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

MARCONI, Marina de Andrade et al. **Técnicas de pesquisa : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARX, Karl. **O capital**. Volume I, Tomo I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. **A questão judaica**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucite, 1991.

_____. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo. Ed. Cortez, 1998.

MELO, José Marques (coord.). **Comunicação e classes subalternas**. São Paulo: Cortez, 1980.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.** Campinas: Boitempo, 1995.

MOROSINI, Marília. **A universidade no Brasil: concepções e modelos.** Brasília: INEP, 2006.

MOTA, Luiz Gonzaga e SILVA, Ubirajara da. IN: SANTOS, José Milton. **A democratização da comunicação nos discursos da sociedade civil brasileira: 1974 - 94.** Ordem/Desordem. Belo Horizonte: Fumarc/PUC-Minas, 1995.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social.** São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **A conjuntura brasileira: o serviço social posto à prova.** Revista Serviço Social e Sociedade. N.º 79. Ano XXIV São Paulo: Cortez, 2004.

ORTRIWANO, Gisela Stwetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** São Paulo: Sumus, 1985.

PARSONS, Talcott. **The social system.** London: Tavistock, 1952.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Tese do Encontro Setorial Nacional de Comunicação Comunitária.** Outubro de 2001. www.pt.org.br. 2006.

_____. **Programa de Governo do Candidato Luiz Inácio Lula da Silva.** www.pt.gov.br. 2006b.

PERUZZO, Cicília Maria K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** Petrópolis: Vozes, 1998.

REIS, Marcelo Braz Morais dos. **Notas sobre o projeto ético-político do serviço social.** <http://www.cress-mg.org.br/textosearquivos.htm>. 2005

Relatório preliminar do encontro nacional de direitos humanos 2005, **Direito humano à comunicação: um mundo, muitas vozes.** IN: Encontro Nacional de Direitos Humanos 2005: Brasília, Câmara dos Deputados. www.direitos.org.br.

REBOUÇAS, Edgard. **Políticas públicas:** os direitos à comunicação no Brasil. In: *Mídia Cidadã - Seminário UNESCO/WACC/UMESP*, São Bernardo do Campo, 2005.

RUBIM, Antônio Albino C. **Comunicação e contemporaneidade:** aspectos conceituais. Panorama atual da informação e comunicação social em saúde no Brasil. Série desenvolvimento de serviços de saúde. Nº 15. Brasília, 1995.

RUDÉ, George. **Ideologia e protesto popular.** Rio de Janeiro: Zahar, s.d.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena:** experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-80). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SADER, Emir (org.) **Movimentos sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, Bruno S. **Relatório final do projeto de pesquisa rádio comunitária e pedido de outorga de canal comunitário vinculado à Universidade Federal de Alagoas.** Maceió: UFAL, 2000.

_____. **Quando a sociedade democratiza a comunicação em Alagoas:** grande reportagem. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2002.

SANTOS, Bruno S.; ARAÚJO, Josilene Santos. **Controle social de políticas públicas e rádio comunitária.** Monografia de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão e Controle Social de Políticas Públicas) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2005.

SANTOS, José Milton. **A democratização da comunicação nos discursos da sociedade civil brasileira: 1974 - 94.** In: *Ordem/Desordem*. Belo Horizonte: Fumarc/PUC-Minas, 1995.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos Sociais.** Florianópolis: Editora da UFSC, 1987.

SILVA, Maria Ozanira de Silva e. **Serviço social e o popular:** resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE RADIODIFUSÃO NO ESTADO DE ALAGOAS. **Ofício Circular N.º 0016 / 99.**

Síntese da Pesquisa “Os Donos da Mídia”. Instituto de Pesquisa em Comunicação (EPCOM). www.fndc.org.br/arquivos/donosdamidia.pdf. 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

STADNIK, Célia **A hipótese do fenômeno do coronelismo eletrônico e as ligações dos parlamentares federais e governadores com os meios de comunicação de massa no Brasil.** 1991. Monografia (Graduação em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1991.

TONET, Ivo. **Sobre o socialismo.** www.geocities.com/ivotonet. 2004.

_____. **Educação, cidadania e emancipação humana.** www.geocities.com/ivotonet. 2005a.

_____. **Marx e a centralidade do trabalho.** www.geocities.com/ivotonet. 2005b.

TURNER, R. The public perception of protest. **American sociological Review**, n.º 34, p. 815-831.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, s.d.

UNESCO. **Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época.** Comissão internacional para o estudo dos problemas de comunicação. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. **Metamorfose do desenvolvimento de comunidade.** São Paulo: Cortez, 1993.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA 01

ENTREVISTADO: Carlos Alberto da Silva, Coordenador Geral da ABRAÇO/AL (2003/2005);

OBJETIVO: investigar a história e os objetivos do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas.

ROTEIRO INÍCIAL

1. Como surgiu o Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas?
2. Quem eram os primeiros militantes?
3. Qual o objetivo do movimento?
4. Quais as principais ações que podem ser destacadas entre seu surgimento e os dias atuais?
5. Qual sua avaliação como liderança do movimento sobre a atuação das Rádios Comunitárias em Alagoas?
6. Outras perguntas.

NOTAS

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA 02

ENTREVISTADO: Gilberto lima, presidente da Associação Alagoana das Emissoras de Rádio, Televisão e Jornais Diários (ALERT).

OBJETIVO: estudar o posicionamento e as ações da ALERT e de seus sócios acerca das Rádios Comunitárias em Alagoas.

ROTEIRO INÍCIAL

1. O que é a ALERT?
2. Quem são seus sócios?
3. Qual o objetivo da entidade?
4. Quais as principais ações já realizadas e quais estão sendo planejadas?
5. Quais as relações desenvolvidas entre a ALERT e o Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas?
6. Existe alguma ação organizada entre a ALERT e a ABRAÇO/AL;
7. Outras perguntas.

NOTAS

APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA 03

ENTREVISTADO: Lutero Rodrigues, secretário da ABRAÇO/AL e Presidente da Associação das Entidades Usuárias do Canal Comunitário de Maceió (TVCOM).

OBJETIVO: Investigar a história do Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas e suas ações atuais diante do projeto do Movimento Nacional.

ROTEIRO INÍCIAL

1. Como teve início o Movimento de Radiodifusão Comunitária em Alagoas?
2. Quem eram os primeiros militantes?
3. Qual era o objetivo dessas ações?
4. Qual sua opinião como militante sobre a atuação da ABRAÇO/AL?
5. Quais são os próximos planos do Movimento?
6. Outras perguntas.

NOTAS

ANEXOS

ANEXO A



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 9.612, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada, operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço.

§ 1º Entende-se por baixa potência o serviço de radiodifusão prestado a comunidade, com potência limitada a um máximo de 25 watts ERP e altura do sistema irradiante não superior a trinta metros.

§ 2º Entende-se por cobertura restrita aquela destinada ao atendimento de determinada comunidade de um bairro e/ou vila.

Art. 2º O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá aos preceitos desta Lei e, no que couber, aos mandamentos da [Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962](#), modificada pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, e demais disposições legais. ([Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001](#))

Parágrafo único. O Serviço de Radiodifusão Comunitária obedecerá ao disposto no art. 223 da Constituição Federal. ([Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001](#))

Art. 3º O Serviço de Radiodifusão Comunitária tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada, com vistas a:

I - dar oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da comunidade;

II - oferecer mecanismos à formação e integração da comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social;

III - prestar serviços de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário;

IV - contribuir para o aperfeiçoamento profissional nas áreas de atuação dos jornalistas e radialistas, de conformidade com a legislação profissional vigente;

V - permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida;

IV - não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções político-ideológico-partidárias e condição social nas relações comunitárias.

§ 1º É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação das emissoras de radiodifusão comunitária.

§ 2º As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versão simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre, as diferentes interpretações relativas aos fatos noticiados.

§ 3º Qualquer cidadão da comunidade beneficiada terá direito a emitir opiniões sobre quaisquer assuntos abordados na programação da emissora, bem como manifestar idéias, propostas, sugestões, reclamações ou reivindicações, devendo observar apenas o momento adequado da programação para fazê-lo, mediante pedido encaminhado à Direção responsável pela Rádio Comunitária.

Art. 5º O Poder Concedente designará, em nível nacional, para utilização do Serviço de Radiodifusão Comunitária, um único e específico canal na faixa de frequência do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada.

Parágrafo único. Em caso de manifesta impossibilidade técnica quanto ao uso desse canal em determinada região, será indicado, em substituição, canal alternativo, para utilização exclusiva nessa região.

Art. 6º Compete ao Poder Concedente outorgar à entidade interessada autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, observados os procedimentos estabelecidos nesta Lei e normas reguladoras das condições de exploração do Serviço.

~~Parágrafo único. A outorga terá validade de três anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes.~~

Parágrafo único. A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes. [\(Redação dada pela Lei nº 10.597, de 2002\)](#)

Art. 7º São competentes para explorar o Serviço de Radiodifusão Comunitária as fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, desde que legalmente instituídas e devidamente registradas, sediadas na área da comunidade para a qual pretendem prestar o Serviço, e cujos dirigentes sejam brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Parágrafo único. Os dirigentes das fundações e sociedades civis autorizadas a explorar o Serviço, além das exigências deste artigo, deverão manter residência na área da comunidade atendida.

Art. 8º A entidade autorizada a explorar o Serviço deverá instituir um Conselho Comunitário, composto por no mínimo cinco pessoas representantes de entidades da comunidade local, tais como associações de classe, beneméritas, religiosas ou de moradores, desde que legalmente constituídas, com o objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos no art. 4º desta Lei.

Art. 9º Para outorga da autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária, as entidades interessadas deverão dirigir petição ao Poder Concedente, indicando a área onde pretendem prestar o serviço.

§ 1º Analisada a pretensão quanto a sua viabilidade técnica, o Poder Concedente publicará comunicado de habilitação e promoverá sua mais ampla divulgação para que as entidades interessadas se inscrevam.

§ 2º As entidades deverão apresentar, no prazo fixado para habilitação, os seguintes documentos: I - estatuto da entidade, devidamente registrado;

II - ata da constituição da entidade e eleição dos seus dirigentes, devidamente registrada;

III - prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;

IV - comprovação de maioria dos diretores;

V - declaração assinada de cada diretor, comprometendo-se ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para o serviço;

VI - manifestação em apoio à iniciativa, formulada por entidades associativas e comunitárias, legalmente constituídas e sediadas na área pretendida para a prestação do serviço, e firmada por pessoas naturais ou jurídicas que tenham residência, domicílio ou sede nessa área.

§ 3º Se apenas uma entidade se habilitar para a prestação do Serviço e estando regular a documentação apresentada, o Poder Concedente outorgará a autorização à referida entidade.

§ 4º Havendo mais de uma entidade habilitada para a prestação do Serviço, o Poder Concedente promoverá o entendimento entre elas, objetivando que se associem.

§ 5º Não alcançando êxito a iniciativa prevista no parágrafo anterior, o Poder Concedente procederá à escolha da entidade levando em consideração o critério da representatividade, evidenciada por meio de manifestações de apoio encaminhadas por membros da comunidade a ser atendida e/ou por associações que a representem.

§ 6º Havendo igual representatividade entre as entidades, proceder-se-á à escolha por sorteio.

Art. 10. A cada entidade será outorgada apenas uma autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Parágrafo único. É vedada a outorga de autorização para entidades prestadoras de qualquer outra modalidade de Serviço de Radiodifusão ou de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como à entidade que tenha como integrante de seus quadros de sócios e de administradores pessoas que, nestas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para exploração de qualquer dos serviços mencionados.

Art. 11. A entidade detentora de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Art. 12. É vedada a transferência, a qualquer título, das autorizações para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Art. 13. A entidade detentora de autorização para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária pode realizar alterações em seus atos constitutivos e modificar a composição de sua diretoria, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidos os termos e condições inicialmente exigidos para a outorga da autorização, devendo apresentar, para fins de registro e controle, os atos que caracterizam as alterações mencionadas, devidamente registrados ou averbados na repartição competente, dentro do prazo de trinta dias contados de sua efetivação.

Art. 14. Os equipamentos de transmissão utilizados no Serviço de Radiodifusão Comunitária serão pré-sintonizados na frequência de operação designada para o serviço e devem ser homologados ou certificados pelo Poder Concedente.

Art. 15. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária assegurarão, em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

Art. 16. É vedada a formação de redes na exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária, excetuadas as situações de guerra, calamidade pública e epidemias, bem como as transmissões obrigatórias dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo definidas em leis.

Art. 17. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária cumprirão tempo mínimo de operação diária a ser fixado na regulamentação desta Lei.

Art. 18. As prestadoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária poderão admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para os programas a serem transmitidos, desde que restritos aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida.

Art. 19. É vedada a cessão ou arrendamento da emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária ou de horários de sua programação.

Art. 20. Compete ao Poder Concedente estimular o desenvolvimento de Serviço de Radiodifusão Comunitária em todo o território nacional, podendo, para tanto, elaborar Manual de Legislação, Conhecimentos e Ética para uso das rádios comunitárias e organizar cursos de treinamento, destinados aos interessados na operação de emissoras comunitárias, visando o seu aprimoramento e a melhoria na execução do serviço.

Art. 21. Constituem infrações - operação das emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária:

- I - usar equipamentos fora das especificações autorizadas pelo Poder Concedente;
- II - transferir a terceiros os direitos ou procedimentos de execução do Serviço;
- III - permanecer fora de operação por mais de trinta dias sem motivo justificável;
- IV - infringir qualquer dispositivo desta Lei ou da correspondente regulamentação;

Parágrafo único. As penalidades aplicáveis em decorrência das infrações cometidas são:

- I - advertência;
- II - multa; e
- III - na reincidência, revogação da autorização.

Art. 22. As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária operarão sem direito a proteção contra eventuais interferências causadas por emissoras de quaisquer Serviços de Telecomunicações e Radiodifusão regularmente instaladas, condições estas que constarão do seu certificado de licença de funcionamento.

Art. 23. Estando em funcionamento a emissora do Serviço de Radiodifusão Comunitária, em conformidade com as prescrições desta Lei, e constatando-se interferências indesejáveis nos demais Serviços regulares de Telecomunicações e Radiodifusão, o Poder Concedente determinará a correção da operação e, se a interferência não for eliminada, no prazo estipulado, determinará a interrupção do serviço.

Art. 24. A outorga de autorização para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária fica sujeita a pagamento de taxa simbólica, para efeito de cadastramento, cujo valor e condições serão estabelecidos pelo Poder Concedente.

Art. 25. O Poder Concedente baixará os atos complementares necessários à regulamentação do Serviço de Radiodifusão Comunitária, no prazo de cento e vinte dias, contados da publicação desta Lei.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 27. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 19 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Sergio Motta

ANEXO B

ATA DE FUNDAÇÃO DA ABRAÇO/AL